

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FABRÍCIO, Ronaldo Arthur da Cruz . Ronaldo Arthur da Cruz Fabrício (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (4h 46min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ronaldo Arthur da Cruz Fabrício
(depoimento, 2009)**

Rio de Janeiro

2016

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Marly Silva da Motta; Regina da Luz Moreira;

Levantamento de dados: Tatiana Pedro do Coutto;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Lucas Assis Nascimento; Marly Silva da Motta; Tatiana Pedro do Coutto;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 05/11/2009 a 16/11/2009

Duração: 4h 46min

Arquivo digital - vídeo: 5; MiniDV: 5;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória Histórica e Estratégica da Energia Nuclear no Brasil”, desenvolvido pelo CPDOC/FGV com financiamento da FINEP, entre setembro de 2009 e setembro de 2011. O projeto visa à criação de um banco de entrevistas com pessoas de grande expressão na história da energia nuclear no Brasil. Serão realizadas 100 horas de entrevistas, que resultarão na construção dos originais de um livro.

Temas: Acordo Nuclear Brasil - Alemanha (1975); Acordos e tratados nucleares; Alemanha; Centrais nucleares; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Energia elétrica; Energia nuclear; Engenharia; Furnas Centrais Elétricas; Governo José Sarney (1985-1989); José Israel Vargas; Niterói; Paulo Nogueira Batista; Política nuclear; Privatização; Programa Nuclear Brasileiro; Trajetória política; Urânio; Usinas Nucleares;

Sumário

1^a entrevista: 05/11/2010

Origens familiares; estada em Londres; preparação para o vestibular; conhecendo a futura esposa; a escolha da engenharia; o ingresso na faculdade (1953); vida na faculdade; formatura (1957); casamento (1957?); a mudança para Niterói; a empresa de construção Brito & Fabrício; os cargos de: Engenheiro Civil da Comissão Estadual de Energia Elétrica (1958/1964) e Diretor Técnico da Comissão Estadual de Energia Elétrica; levando energia ao interior do estado; a função de Superintendente das Centrais Elétricas Fluminenses, CELF (1964); a saída da CELF e entrada em Furnas (1967); usina hidrelétrica de Funil (1967/1970); Furnas decide comprar uma usina nuclear e abre concorrência internacional; Westinghouse vence concorrência; viagem aos EUA para observar construção de diferentes usinas nucleares (1971); adjunto do Chefe de Obras em Angra I; a escolha da localização da usina; início das obras de Angra I (1972); problemas com a Rio-Santos; indicação para a prefeitura de Niterói (1975); a escolha do secretariado; problemas na prefeitura; reestruturação da prefeitura de Niterói; as ações como prefeito; a saída da prefeitura (1977); preocupação pessoal com as crianças abandonadas; participação em pastorais; conhecendo Paulo Nogueira Batista (1976); o cargo de diretor-superintendente da Nuclen (1977); a aproximação de dos EUA e o acordo nuclear com os Alemães.

2^a entrevista: 16/11/2009

Tentativa de um acordo nuclear com os EUA; o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975); a importância da tecnologia de enriquecimento de urânio; pressões internacionais sobre o acordo com a Alemanha; as diferenças entre ultracentrifugação, jato centrífugo e difusão gasosa; a barreira entre o Programa Oficial e o Programa Paralelo; a importância da bomba para os militares; a escolha de Paulo Nogueira Batista para a Nuclebrás (1975); a formação dos recursos humanos para o Programa Oficial; convite para a Nuclen (1977); diferenças culturais entre Brasil e Alemanha; a divisão das funções entre Nuclen e Furnas na construção das usinas nucleares; o início da construção de Angra II; o problema das fundações de Angra II; a saída de Paulo Nogueira Batista da Nuclebrás (1983); as dificuldades de orçamento para montagem de Angra II; o pedido de demissão da Nuclebrás (1986); a ida para a iniciativa

privada; as dificuldades de orçamento do setor elétrico durante o Governo Sarney (fim do tripé do orçamento); as etapas de construção de uma usina nuclear; experiência na iniciativa privada (empresa de reengenharia) e a desilusão com energia nuclear; a CPI Nuclear (1978); o acúmulo de cargos (1983-1986); os problemas de Angra I; a Comissão Israel Vargas (1985); a ida para a ABDAN (convite de Paulino Cícero); a reorganização da Nuclebrás e o surgimento da INB (1988); responsabilidade pela construção de Angra II; volta para Furnas (1988); os prejuízos causados pelo acidente de Three Mile Island ao mercado nuclear; o cargo de diretor de Produção Termonuclear de Furnas; Angra I parada nos 18 meses anteriores (1993); o acordo com a KWU para a produção de combustível para Angra I e os problemas técnicos desse arranjo (1993); o acordo para venda de combustível com Westinghouse (1998); o cargo de Presidente de Furnas (1994-1995); os preparativos para a privatização do setor elétrico; a questão de privatizar Furnas; função de Diretor-presidente da Nuclen (1995-1997); a criação da Eletronuclear; a presidência da Eletronuclear (1997); problemas da integração entre setor nuclear de Furnas e Nuclen; o financiamento da construção de Angra II pela Eletrobrás; término da construção de Angra II (2000); atritos com o Ministro de Minas e Energia Daniel Tourinho; a saída da eletronuclear e volta à iniciativa privada (2000)- as eleições municipais em Niterói (2002); possibilidades de privatização do setor nuclear; a revalorização da energia nuclear hoje; o papel da CNEN no futuro da energia nuclear no Brasil; a fiscalização da AIEA.

1ª Entrevista: 05/11/2009

Marly Silva da Motta – Bom, como nós tínhamos falado com o senhor, nós gostaríamos de começar pedindo para o senhor falar sobre as suas origens familiares, vida na infância, primeiros estudos, a escolha pela engenharia...

Regina da Luz Moreira – Nascimento, nome completo...

Ronaldo Arthur da Cruz Fabrício – [risos] Bom...

M.M – Isso! Tudo! Sua ficha completa!

R.F – Meu nome completo é Ronaldo Arthur Cruz Fabrício, eu sou filho... Eu tenho uma irmã apenas, sou filho do que foi militar, não é, general Jardel Fabrício quando faleceu e Adélia Cruz Fabrício que era a minha mãe. E como todo militar se movimenta muito no Brasil não é, eu morei em vários lugares [risos] e a minha educação também foi fragmentada, porque eu fiz o primário em Curitiba depois continuei em Juiz de Fora está entendendo? Em um colégio de padres que tinha lá. E finalmente o meu pai foi nomeado Adido militar em Londres. O que foi pra nós uma experiência excepcional, pra mim e pra minha irmã, que eu era garoto tinha dezesseis anos...

M.M – Quando, Dr. Ronaldo?

R.F. – Quando? Eu tinha dezesseis anos, deve ter sido em 1950 e... 1950, eu nasci em 33, foi em 51 eu acho, foi em 51, exatamente, tinha dezessete para dezoito anos.

R.M. – Início do governo Vargas, do segundo...

R.F. – Hein?

R.M. – Início do segundo governo Vargas.

R.F. – Segundo governo Vargas, exatamente.

M.M. – É.

R.F. –É, porque houve um fato até interessante que, quando eu estava na escola de engenharia, porque eu parei um ano, o ano que ele esteve em Londres, ele ficou lá mais de dois anos. Mas eu parei um ano para poder retornar e fazer o vestibular para engenharia. E quando eu estava no segundo ano de engenharia, em uma das aulas de física, o professor A. J. da Costa Nunes interrompeu a aula e disse: “Meus amigos eu queria dizer aos senhores que o presidente Getúlio Vargas acaba de se suicidar”. Eu já estava na escola de engenharia nessa época.

Mas o que foi muito bom para mim nessa passagem por Londres foi aprender o inglês correntemente, quer dizer, hoje o inglês para mim é uma segunda língua. Porque, a senhora sabe, quando a gente aprende criança, não esquece nunca, não é? E quando mora num país, que é a melhor forma de aprender uma língua, fica mais fácil ainda. E inclusive eu freqüentei lá um curso, que chamava-se David’s School, que era um curso para estrangeiros, certo? Onde a gente tinha como companheiro de colégio lá o filho do Xá do Irã, o filho do Emir não sei de onde. Está entendendo? [risos] Era uma escola cheia de pessoas estrangeiras, cujos pais eram diplomatas lá em Londres, e que iam aprender inglês. A escola era especificamente para aprender inglês. O que foi muito bom na minha vida inclusive porque toda essa parte de acordo nuclear, a língua oficial era o inglês e isso me facilitou demais, não é?

Mas voltando então ao caso, eu estava em Juiz de Fora, estudando em um colégio de padre, no segundo ano científico, quando o meu pai foi nomeado Adido militar em Londres, aí nós fomos todos, eu fiquei um ano lá, em que eu estudei inglês, apenas.

M.M. – E como era viver na Inglaterra no pós-guerra?

R. M – Saindo de Juiz de Fora.

R.F. – Ah, muito interessante, eu vou lhe dizer o seguinte, infelizmente. A Inglaterra...

M.M – Não é. E no pós-guerra, não é. Tinha poucos anos.

R.F. – Para a senhora ter um ideia, a Inglaterra era um país espetacular, nós chegamos lá em 51, 52, depois da guerra, mas ainda havia racionamento. Certo?! A gente tinha um talãozinho pra comprar carne, pra comprar chá, etc., a senhora precisava para comprar açúcar, portanto chocolate etc. tinha que ter o talãozinho de racionamento, só tinha direito a certo número de gramas de açúcar por mês. Mas os diplomatas tinham condição de importar, então o papai importava ovos da Bélgica, chocolate da Suíça [risos], está entendendo? Nós tínhamos então essas facilidades.

Mas é um país muito sério, muito sério, para a senhora ter uma ideia, na época, além da nota de uma libra, tinha uma nota de cinco libras, a nota de cinco libras era um papel branco como esse aqui, certo? E uma vez eu fui comprar qualquer coisa com uma nota de cinco libras e era uma nota de pouca circulação, cinco libras, na época, era bastante dinheiro, ele disse assim: “O senhor quer assinar o seu nome atrás da nota?”. Era um papel em branco assim. “Eu posso assinar, mas eu gostaria de saber o por quê?” “Não é porque essa nota pode ser falsa.” Eu disse: “Ué, mas se fosse falsa eu botava o nome falso”. “Se fosse falso o senhor não estava usando para pagar”. [risos]

Quer dizer, o que é o conceito, não é? O contrário do brasileiro, que parte do princípio que todo mundo, não é, quer passar o outro para trás. Lá a coisa é extraordinária, quer dizer, até foram os Beatles, [risos] porque depois dos Beatles acabou toda a seriedade, a pontualidade inglesa, aquela história toda, que era corretíssima, está entendendo, da pontualidade, aquela história toda. Que depois eu só vim encontrar igual na Alemanha, mas nós vamos chegar lá.

Mas foi uma experiência, para mim, garoto, uma experiência excepcional. Eu...

M.M. – E o seu pai, dentro, desculpa, e seu pai dentro do exército ele já, ele tinha especialização...

R.F. – Ele era de artilharia.

R.L – Mas não tinha nada a ver com engenharia.

R.F. – Não, tanto uma homenagem a ele, digamos assim, eu fiz o CPOR na artilharia, já estava cursando engenharia, mas fiz o CPOR no curso de artilharia. Fui o primeiro colocado, ele ficou todo satisfeito quando foi lá, mas eu não tinha nenhuma tendência para ser militar.

R.M. – Vocação...

R.F. - E ele inclusive, tinha todos os cursos, foi a guerra como major e tudo mais. Mas quando ele chegou coronel, que era o mais antigo da classe dele, era o João Goulart era o presidente. Eles começaram a promover aqueles generais políticos, etc., ele acabou levando uma carona danada.

Mas então essa passagem na Inglaterra foi excelente. Quando eu voltei, eu precisava fazer ainda o terceiro-científico, e simultaneamente um cursinho, pra fazer o vestibular pra engenharia.

M.M – 1952.

R.F. – Foi em 52, 1952 eu voltei e aí é que veio a minha ida pra Niterói, porque como os meus pais estavam lá, e a minha tia morava em Niterói, eu, então, fui morar com ela, lá em Niterói, em Icaraí. E como eu ia fazer o cursinho de engenharia, que era um curso pesado, eu resolvi fazer um terceiro-científico à noite, onde os estudos são sempre mais leves, no colégio Bittecourt. E lá sentava-se na minha frente, a Neli a minha atual esposa [risos]. Que foi a minha primeira namorada, e nós agora fizemos 50 anos de casados, há dois anos atrás. E aí eu fiquei em Niterói, conheci a Neli, não é?

M.M – Ela também fez pra engenharia?

R.F. – Não ela fez curso de letras, era professora de inglês e de anglo-germânico.

M.M – O senhor fazia vestibular de dia e esse cursinho a noite ou não?

R.F. – Não eu fazia o cursinho de dia e o científico à noite. Aí quando chegou em 53 eu fiz o vestibular. E, na época, havia duas faculdades de engenharia, a PUC e a Nacional, eu passei para ambas. Muito bem até, porque eu era um cara aplicado digamos assim [risos].

R.M. – Agora, o que levou o senhor a escolher engenharia?

R.F. – O que me levou a escolher engenharia é que eu sempre fui muito voltado para a área técnica, eu adorava matemática, adorava física, adorava química, está entendendo? Eu não tinha aquelas tendências pra área de...

M.M. – Humanas, nossa área.

R.F. – Humanas, Latina, está entendendo? Depois eu adquiri muito isso ao longo da vida, principalmente como prefeito de Niterói como eu vou lhe contar. Mas [risos] que foi uma transformação pessoal imensa , que... Imensa, imensa, eu passei a lidar com problemas que eu jamais tinha enfrentado de planejamento familiar e órfão e... Uma coisa impressionante, mas foi uma experiência realmente fantástica. E eu então comecei a namorar a Neli e aí eu voltei, meus pais voltaram, eu voltei a morar no Rio. E...

M.M. – O senhor morava aqui no Rio, onde?

R.F. – Morava aqui em Laranjeiras, na rua Soares Cabral. E lá ficamos morando até que em 1957 eu me formei, ela formou em 56 em letras e eu formei 1957 em engenharia. E nós nos casamos. Eu ainda morava na minha casa, dos meus pais, aqui no Rio. Aí logo em 58, a

minha sogra que tinha lá umas casas, ela era austríaca e esse pessoal que gosta muito de investir em coisas sólidas não é? Casa, terreno, etc. Que passaram pela primeira guerra em que perderam tudo, não havia dinheiro, jóia, nada disso tem valor substantivo, não é? Eles gostam muito de chão, chão não é, nem apartamento, casa. Porque apartamento elas achava que tinha um pedaço do ar [risos]. Ela então tinha uma casa lá que nos cedeu e nós mudamos para lá, eu e a Neli nos mudamos para o Gragoatá, lá em Niterói. A essa altura, foi decretado o estado de sítio, eu não sei se estou entrando em muito detalhe?

M.M. – Não, não, nós vamos pra trás.

R.F. – Mais atrás ainda?

M.M. - Nós vamos pra sua escolha, não pra sua escolha pela faculdade de engenharia, de fazer na Universidade do Brasil. Por que o senhor escolheu? Dinheiro?

R.F. – Simples, Porque era gratuito [risos]. É isso, está entendendo? A senhora sabe, naquela época, os militares ganhavam muito pouco, muito pouco. Eu me lembro, pelas nossas andanças aí pelo Brasil, em Juiz de Fora a gente morava numa pensão em um quarto lá, que a minha mãe fez uma divisória assim, com uma colcha e eu e minha irmã dormíamos num lado e ela e meu pai do outro. Porque o militar era muito sacrificado, não havia vila de militares em várias cidades. Onde havia vila militar você até que ia pra uma casa razoável, onde não havia era o suficiente para alugar um quarto de pensão, está entendendo? E foi por essa razão, eu fiz até PUC primeiro... Cheguei até a me matricular, por via das dúvidas, e eu me lembro que passei em oitavo lugar, e aí depois fiz pra Universidade Federal, passei para a federal, tranquei a matrícula na PUC. Razão única e exclusivamente financeira. Mas, naquela época, a Universidade Federal do Rio de Janeiro era extremamente positiva, competente, está entendendo? Meus colegas de turma...

M.M. – A engenharia funcionava aonde, aqui no Largo do São Francisco?

R.F. – Lá no Largo do São Francisco. Naquele prédio antigo.

R.M. – Na escola politécnica.

R.F. – Eu tive colegas, o Mário Henrique Simonsen, o Henrique Flanzer que foi ministro, uma série de colegas meus, está entendendo, ocuparam cargos importantes. A escola era muito concorrido, os professores eram extremamente competentes. E...

M.M. – Quais? O senhor lembra dos professores que o senhor teve? Professores que mais o marcaram? Assim, que o senhor...

R.F. – O professor da A. J. Costa Nunes foi um, era professor de física, está entendendo? Assim de momento, de memória eu não lembro assim de alguns professores. Mas, naquela época, não existia faculdade de economia, só existia faculdade de engenharia. Então depois que nós nos formamos, a universidade federal criou um curso de especialização em economia, onde o Mário Henrique foi, o Henrique Flanzer que depois foi ministro do Planejamento, está entendendo. O Marcos Viana que foi ministro da Fazenda.

M.M. – Do BNDES também. Não é?

R.F. – É. O Simil Woults. Quer dizer, uma porção de pessoas...

M.M. – Como é o nome desse senhor?

R.F. – Simil Woults. Esse não teve nenhum cargo público muito importante, mas eles fizeram esse curso depois graduação em economia, e depois dedicaram a vida deles a isso. O Mario Henrique era um cara genial, não é, *pô*. Ele...

M.M. – Quem era colega... Como era ser colega dele?

R.F. – Muito difícil.

MM. – Fechado.

R.F. – Fechado, convencido, pretensioso, mas inteligente pra caramba [risos]. Inteligente pra caramba, está entendendo? Mas olha só, é que naquela época o máximo de pontos que se poderia fazer no vestibular eram 50 pontos, ele fez 49. E ele dava cada saia justa nos professores, porque [risos] quando tinham que ensinar qualquer coisa parecia que ele já tinha aprendido.

M.M. – Estudava antes.

R.F. – Fazia perguntas, sei lá como, fazia perguntas que deixavam os professores lá em uma sai justa. Agora, profundamente convencido e com razão, não é? Porque têm pessoas que são convencidas sem razão nenhuma. São vaidosas à toa. Mas ele não [risos]....

R.M. – Ele sabia.

R.F. – Ele fazia jus aquilo tudo. Eu me lembro que uma vez um colega nosso perguntou pra ele sobre um teorema. Ele disse: “Teorema eu não sei de quanto.” Ele disse “Teorema de quem?” O cara falou, e: “Tsc! Não conheço! Logo não existe”. E não existia, e o pior é que não existia mesmo, está entendendo. Não existia mesmo. Quer dizer, foi um cara fabuloso, agora digo, difícil o trato, está entendendo? E tinha um grupinho que, não me lembro hoje, que fez a escola nas costas dele sabe? Porque a gente tinha uns grupinhos para fazer uns trabalhos em grupo, etc. Eu tive colegas de grupo que até hoje me dou com eles e tudo. E o Mario Henrique tinha um grupinho lá de pessoas que sugavam ele lá, é um cara fantástico. Foi uma pena ter morrido tão cedo.

M.M. – O senhor não se animou em fazer essa pós-graduação em economia? Economia não era a sua praia? O senhor era mais para a área de física, cálculos...

R.F. – Não! Não era a minha praia, não tinha... É exatamente, não tinha... Eram os cálculos, exatamente. Não tinha nenhuma tendência a economista. Inclusive naquela época não estava

na moda como está hoje, tanto que nem havia faculdade de economia, eu nem me lembro em que ano ela foi criada.

M.M. – Não, já havia, mas era pouco procurada.

R.M. – Mas uma coisa, por exemplo, o Pedro Malan também é engenheiro com especialização em economia.

R.F. – É.

R.M. – É uma coisa engraçada.

M.M. – Aqui na fundação nós temos muitos, praticamente, boa parte dos economistas são engenheiros.

R.F. – Eu fiz o curso de administração e pós-graduação, tem até no meu currículo. E fiz também na faculdade de economia, uma análise econômica dos projetos industriais. Mas aí com vista a atender a minha função.

R.M. – Aham.

R.F. – E, aliás, eu acho extremamente importante. Eu não sou muito favorável a fazer mestrado, doutorado de imediato. Logo que a pessoa se forma, quando faz um curso como eu fiz o curso de administração já diretor da Celf. Aquilo tudo que você aprende ali tem uma aplicação imediata, tá entendendo. Quer dizer, você transfere aquela teoria para a sua prática, para a sua maneira de agir. Ao passo que quando você faz mestrado e doutorado em seguida, você fica cheio de teoria, está entendendo? E não sabe aproveitar do curso aquilo que é mais importante. Inclusive quando eu fiz esse curso, já foi na época da Revolução, o Castelo Branco estava fazendo todas aquelas resoluções, a criação do Banco Central a análise e tudo, e lá a gente estudava sociedades [inaudível] sociedades anônimas, aquela história toda, e

aquilo a gente via de imediato uma aplicação naquela reforma fantástica que o Castelo Branco fez, não é?

M.M. – Com o Roberto Campos, não é?

R.F. – Com o Roberto Campos, não é? Aliás, o Roberto Campos eu acho ele fantástico, está entendendo? Não sei se a senhora leu aquele livro dele?

M.M. – Ele deu uma entrevista...

R.F. – Desculpa essas disgreções...

M.M. – Não, de jeito nenhum. É isso mesmo.

R.F. – Mas ele tem duas coisas que eu considero fantástica...

M.M. – Ele deu uma entrevista longa pra nós aqui.

R.F. – Primeiro ele tem uma definição do que é chato, não sei se a senhora conhece: “Chato é uma pessoa que rouba a sua solidão e não lhe faz companhia” [risos]. Eu acho essa definição genial! Tem definição melhor?

M.M. – É...

R.M. – Usurpa [risos].

M.M. – [risos]

R.F. – Usurpa a sua solidão e não te faz companhia. E uma outra coisa que ele era muito mulherengo, diziam, não é, que ele dizia o seguinte: “Mudar de opinião e voltar atrás é privilégio dos homens inteligentes e das mulheres bonitas”. [risos]

M.M. – Machista, machista! [risos] Hoje seria isso.

R.M. – [risos]

R.F. – Voltar atrás, mudar de opinião é privilégio dos homens... Eu concordo que é privilégio dos homens inteligentes. Porque o resto era o lado mulherengo dele, não é?

M.M. – Pronto! [risos] O resto ficava para o lado mulherengo dele.

R.F. – Olha, eu estou discredendo muito.

M.M. – Não, não é isso mesmo.

R.M. – Imagina! Agora, o senhor se formou em 58...

R.F. – Formei em 57.

R.M. – 57. Certo!

R.F. – Em 58 eu mudei para Niterói.

R.M. – E o primeiro emprego?

M.M. – Não, eu queria, só antes do primeiro emprego. O senhor, filho de militar, e o ambiente universitário? É um período, esse período de 53 a 57, o senhor sabe perfeitamente, um período extraordinariamente conturbado da história brasileira. Suicídio do Vargas, tentativa do golpe da posse do Juscelino, campanha do Juscelino. Como é que o senhor vivia lá no meio daquele, desse movimento? UNE?

R.F – Foi, foi [risos]. Ah, eu vivia muito tranquilo. Não. Eu nunca fui filiado a UNE, nunca participei de nenhum daqueles sindicatos, eu me aliei totalmente daquilo que estava acontecendo [bebe água]. Inclusive, nós morávamos, nessa altura, já tínhamos mudado de Laranjeiras, um fato interessante, fomos morar em Copacabana, na rua Toneleros 180, onde morava o Lacerda.

M.M. – Sim.

R.F. – Que era o nosso vizinho de andar. O nosso apartamento era o 401 e o dele era o 403.

M.M. – Mas quando ele foi... Teve o atentado o senhor já morava lá?

R.F. – Já morava lá.

M.M. – Então era vizinho do atentado! [risos]

R.F. – É. E acontece o seguinte, quando o papai mudou para lá, o Lacerda tinha ganhado uma caneta de ouro de não sei de quem, etc. Aí disseram que os militares tinham posto um coronel lá [risos] pra vigiar o Lacerda. Rapaz, não tinha isso. Papai nunca se meteu em nada de política, era totalmente alheio a essa história. E eu nunca participei da UNE nem daquelas unidades, nem daquelas movimentações, eu me dedicava lá aos meus estudos, está entendendo? Nessa época, também, depois que eu fiz o curso de topografia, eu comecei a fazer uns trabalhos topográficos lá em São Gonçalo para ganhar um dinheirinho não é, porque o papai tinha um orçamento apertado. Então sábado e domingo, eu ia lá fazer os meus levantamentos, então eu tomei conhecimento por saber, mas não participei de nenhum desses movimentos, nunca participei. Nem depois na minha vida a não ser nessa passagem esporádica aí pela prefeitura de Niterói, eu nunca fui político. Está entendendo?

M.M. – E a escolha por engenharia civil?

R.F. – Bom, naquela época, não era como era hoje. Hoje a senhora tem umas dez engenharias: engenharia de alimento, engenharia de....

M.M. – De produção.

R.F. – De produção, naquela época tinha engenharia elétrica, engenharia civil, engenharia mecânica, as três. E como eu era muito ligado a parte de cálculo desenho, projeto, etc., eu escolhi a engenharia civil. Não tinha essas opções que a gente tem hoje, não é. Hoje há uma série de engenharias aí de produção e tudo. Na época, só havia essas três.

M.M. – Florestal...

R.F. – Florestal, de meio-ambiente e tudo. Na época só tinha três: elétrica, mecânica e civil. E civil era a minha tendência natural, não é? Tanto que logo que eu me formei, eu e um colega meu, do meu grupo, criamos uma empresinha de construção, chegamos a fazer algumas casas lá chamava-se: Brito, Fabrício e Cia Ltda.

M.M. – Como era o nome?

R.F. – Brito, Fabrício e Cia Ltda, porque o nome dele era Augusto Paulo Xavier de Brito e o meu era Ronaldo Fabrício. Mas nós fomos fazer umas casas para gente pobre, e fizemos com a qualidade de tal ordem que tivemos prejuízos bárbaros, está entendendo [risos]? Porque nós queríamos aplicar naquelas casas modestas tudo o que a gente tinha aprendido de melhor na engenharia, não é? E não dá para fazer isso, nós chegamos à conclusão que nós íamos acabar falidos.

M.M. – Foi logo depois que o senhor se formou?

R.F. – Logo que eu me formei. Logo depois que eu me formei.

M.M. – Então o senhor não tinha ideia, por exemplo, de trabalhar para o Estado, não é? Para um emprego público? A sua primeira iniciativa...

R.F. – Não. Primeira iniciativa, ainda no finalzinho da escola, antes de a gente terminar, a gente já estava trabalhando nesse negócio de construção. Aí nós vimos que...

M.M. – E o capital? Como é que... Porque não havia naquela época BNH, a Caixa Econômica financiava?

R.F. – Não, não havia capital. Não. Mas as pessoas, não... Começamos fazendo reformas não é, e depois as próprias pessoas, o capital era dos próprios proprietários, está entendendo? Que iam pagando aquilo em parcelas, etc. Mas nós vimos que não dava certo, e nessa altura eu fui convidado lá para ser engenheiro da Comissão Estadual de Energia Elétrica, que depois se transformou em Celf.

M.M. – Isso já em 58? Ou é depois?

R.F. – Já em 58. Já. Já em meados de 58, eu já estava morando em Niterói, etc. e fui convidado para ser engenheiro da Comissão Estadual de Energia Elétrica, por um conhecido engenheiro meu, que trabalhava lá que me convidou para ir trabalhar com ele lá.

M.M. – Engenheiro civil?

R.F. – Engenheiro civil. Eu fui trabalhar...

M.M. – Obra?

R.F. – Obra! Na área de avaliação de terrenos para desapropriação, construção de usinas térmicas pequenas, na parte civil, o prédio onde ia ficar a usina, etc. Comecei a trabalhar lá na Comissão Estadual de Energia Elétrica. E fiquei lá na comissão até ser criada a Celf, a Celf foi criada em 90, pêra aí, em 64. Quer dizer, de 58 até 64 eu fiquei na Comissão Estadual

de Energia Elétrica, depois de 64 foi criada as Centrais Elétricas Fluminenses, de onde eu fui ser superintendente de construção.

Mas aí aconteceu uma coisa interessante enquanto eu estava na Comissão Estadual de Energia Elétrica, porque eu era um dos engenheiros mais novos lá, não é? E naquela época o estado do Rio mudou de governador umas cinco vezes, o Roberto Silveira morreu, não é? O... Assumi...

M.M. – Badger.

R.F. – Assumi o presidente...

M.M. – O Celso Peçanha.

R.F. – Sumiu o Celso. Depois do Celso veio o Badger, trocaram de governador de seis em seis meses, *pô*. E no meio do caminho teve uns outros. Isso ia mudando sabe como é empresa do governo, mudava aquela diretoria toda etc.

M.M. – O senhor era funcionário público ou...?

R.F. – Funcionário público.

M.M. – Funcionário público. CLT não, não é?

R.F. – Não, naquela época não havia exigência de concurso que veio depois. Nem pela Constituição, veio pela interpretação do Supremo sobre a Constituição. E me admiti direto como funcionário público, e acontece que em uma dessas mudanças, eu acho que foi em 61... Deixa eu desligar isso [toca o celular].

Eu esqueci de desligar antes. Mas aconteceu uma coisa curiosa, porque veio um novo presidente para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, não é?

M.M. – Em 61?

R.F. – Em 61. E esse presidente antes era chefe de um departamento lá da própria comissão e nessa exercício dele, ele se indispôs com algumas pessoas lá.

M.M. – Como é o nome dele?

R,F. – Era Valdir Ramos da Costa. Não esqueço o nome dele. E ele se indispôs com alguns engenheiros, etc. e um belo dia ele chega pra mim e diz: “Você não quer assumir a diretoria técnica?”. Eu digo: “Eu?”. Ele disse: “É”. “Mas doutor Valdir [risos] eu tenho quatro anos de formado, três anos e meio de formado, o senhor está entendendo? Aqui tem uma porção de outros engenheiros muito mais antigos do que eu, não é? Como é que eu vou assumir um negócio desse?”. Ele disse: “Não, mas eu tenho alguns problemas e eu estou acompanhando o seu trabalho aqui há algum tempo e eu acho que você devia ser”. Eu digo: “Bom me dá um tempinho pra pensar”.

E aí notei um comportamento que depois eu verifiquei que ele foi instintivo, mas foi muito bom, eu chamei os outros caras para reunir e disse: “olha, eu fui convidado para ser diretor da companhia, pô vocês são muito mais antigos do que eu, está entendendo? E eu não posso aceitar essa história porque eu não sei como é que eu vou fica, *pô*. Como é que eu posso ser diretor e vocês são muito mais antigos do que eu aqui e vão ser subordinados a mim? Eu não queria submeter isso a vocês, *pô*. O que vocês acham?”. Os caras disseram: “É melhor ser você do que uma pessoa que a gente não conhece”. [risos]

M.M. – [risos]

R.F. – Então eu assumi com o aval deles, está entendendo? Engraçado, isso foi instintivo, mas hoje eu reconheço que foi um ato de grande sabedoria, está entendendo? Mas que eu fiz, assim, no impulso, porque imagina só assumo esse cargo, não é, os outros mais antigos do que eu iam bombardear toda a minha administração, não é?

R.M. – E não é só uma questão de antiguidade, é questão de ter mais experiência, já que o senhor estava recém saído da faculdade. [inaudível]

R.F. – Um questão de mais experiência, claro os outros tinham mais de dez anos de empresa, está entendendo? E foi ótimo, porque eles disseram: “Não, é melhor você aceitar porque senão vem um cara aí que a gente não sabe quem é. Eu disse: “É preciso que vocês me ajudem”. “Pode contar conosco”. Está entendendo? E foi realmente bom, porque exerci lá o negócio com grande sucesso, está entendendo?

M.M. – E o que implicava ser diretor técnico? Quer dizer, o senhor trabalhava na área de engenharia civil. Portanto, não era da área afim da energia elétrica.

R.F. – É. Exatamente. Quando eu me socorri deles, está entendendo? Quer dizer, quando vinha os problemas, eu analisava a parte... Agora a parte elétrica vocês analisam para mim, está entendendo? Porque eu vou ter que aprovar isso. Então eles participaram, nós fizemos uma espécie de uma diretoria compartilhada, está entendendo? O que foi ótimo, porque aí eu comecei a aprender também, alguma coisa da parte elétrica. Fazendo aprende mais do que na escola, porque aprende na prática. E foi muito bem, etc. até que em 1964, depois do...

M.M. – Mas antes um pouquinho, esse período é um período em que a economia fluminense, do antigo estado do Rio, tem um bom crescimento. Como é que era a questão da política energética? Que é um nó, não é? Racionamento. ...

R.F. – Teve. Eu vou lhe explicar como é que foi. Aliás, tem uma coisa interessante, pra senhora ter uma ideia, quando nós assumimos lá e fizemos a Celf, só havia uma usina hidrelétrica que se chamava... Lá no norte do Estado, está entendendo? E faltava energia no Estado todo, aquele norte do estado todo não tinha energia. Então o que a gente fazia, a gente instalava lá um conjunto de motores, geradores, eu me lembro, um de 500 KVA, um de 200 e um de 100 para poder ir entrando conforme a carga. E assim foi em Búzios, Cabo Frio, Araruama, Angra dos Reis, lá... Eu botei energia praticamente em todos aqueles municípios lá do norte do estado do Rio. Porque não tinha nada, nada. Alguns a gente botava por razões

políticas, como foi Búzios, por exemplo. Búzios não merecia um motor, mas a Brigitte Bardot se encantou por Búzios, não sei o quê e o secretário de energia: “Tem que botar energia em Búzios”. E eu fui, não tinha nada em Búzios.

M.M. – Quem era o secretário de Energia? Lembra?

R.F. – Nessa época, depois foi o Heleno Nunes, esse dessa época não lembro quem era. Mas eu sei que...

M.M. – O Heleno Nunes aquele que foi da CBF?

R.F. – Foi. Aliás, um cara fenomenal.

M.M. – Ele começou como secretário de Energia. Ele era da Marinha.

R.F. – Ele era deputado. Ele era da Marinha.

M.M. –Depois foi deputado...

R.F. – Quando ele chegou a comandante mar e guerra, ele saiu da Marinha, se reformou, era deputado por Teresópolis, foi secretário de Energia e foi o meu guru. Sabe. Tudo o que eu... Ainda tive o prazer de dizer a ele antes de ele morrer: “O comandante, tudo o que eu fui na vida eu devo ao senhor”. Que foi ele que... Até esse negócio de Niterói, foi ele que falou para o Faria Lima para me convidar. Ele...

M.M. – Ah, porque o Faria Lima não dá o nome dele. Ele só diz que é um colega de turma.

R.F. – Ah, é.

M.M. – O Heleno Nunes era da turma do Faria Lima?

R.F. – Era. É. Era.

M.M. – Ah, agora que eu entendi, porque ele não dá o nome.

R.F. – Ele não dá o nome?! [risos]

M.M. – Não, ou cortou ou não deu, não me lembro. Ele só fala de um colega de turma que indicou o senhor.

R.F. – [risos] Era colega de turma dele, é.

M.M. – Ah *ta*. Já sei, *ta*.

R.F. – Ele tratava o Faria Lima pelo primeiro nome, *pô*.

M.M. – Floriano?

R.F. – Floriano, chamava de Floriano. Era o único cara que o chamava de Floriano.

R.M. – Olha!

R.F. – Eles brincavam na rua. Porque o Faria Lima não dava intimidade pra ninguém, não dava mesmo. O único que chamava ele de Floriano era o Leandro que tinha brincado com ele...

M.M. – Nem o Geisel chamava ele de Floriano? Nem o Geisel?

R.F. – Acho que nem o Geisel.

R.F. – E ele só chamava o Geisel de general. Quando ele se referia ao Geisel: “É o general Geisel”, etc.

R.M. – É que militar, normalmente, não é de chamar muito pelo primeiro nome, né?

R.F. – Hã?

R.M. – Militar, normalmente, não é muito de chamar pelo primeiro nome. É sempre um dos sobrenomes....

R.F. – Normalmente, não é pelo primeiro nome. É sempre pelo segundo. É. E ele chamava o Faria de Floriano, porque eles foram colegas de rua, de brincarem juntos, etc.

Mas aí eu recebi ordem de botar energia em Búzios. Fui lá, não tinha *nada*, não é? Botei um gerado pequeno de 200 KVA, lá. Mas o curioso e eu hoje vivi isso, depois desses anos todos, a energia é uma coisa que já era, naquela época, e hoje é absolutamente essencial. A senhora dá um pouquinho de energia o consumo aumenta barbaramente. A gente colocava esses conjunto de motores e daqui a três meses não eram suficientes, nós tínhamos que ampliar, está entendendo? Aí então nós começamos a fazer linhas de transmissão e trazer energia de outros lugares está entendendo, para levar pra lá. Fizemos uma linha para Teresópolis. Teresópolis tinha um motor, o primeiro carnaval lá, eu me lembro, que eu passei com uma mangueira de água regando o motor lá, porque a carga subia barbaramente nos feriados e no carnaval, como é Petrópolis, Teresópolis ou Cabo Frio etc.

M.M. –População flutuante grande lá, né?

R.F. – É. Essas regiões todas nossas lá, eram altamente turísticas, está entendendo? Então tinha uma elevação de carga assim, de uma época, começava do dia de semana para o fim de semana, depois da época do ano, na época do natal, carnaval, etc., era uma coisa bárbara. Que crescia o consumo tremendamente. Isso até depois fiz com que a gente conseguisse mudar um conceito que ainda hoje é altamente discutido, era que a gente cobrava uma taxa, um consumo mínimo dessas pessoas de Angra, Teresópolis, etc. e que as pessoas reagiam, dizendo: “Poxa, mas eu não gasto energia, porque que eu tenho que pagar?”. Mas na hora

que ele ia, tinha que está disponível. Ora, a senhora não pode manter uma estrutura capaz de atender a um pico de energia sem que alguém pague por isso, não tem como, quer dizer... “Ah, eu não consumo, estou pagando”. *Pô*, mas tem que pagar. Porque na hora que você consumir você vai no dia que você quer, chega na hora que lhe interessa, acende e quer, não é? Como é que a gente vai manter essa estrutura disponível?! Isso foi altamente discutido, mas ainda hoje é uma coisa que acontece. É um caixa mínima, não é? [bebe água]

Mas então nós começamos a povoar de energia, o nosso estado do Rio começou a dar um crescimento maior a isso. E foi a Celf, a criação da Celf, porque a Comissão Estadual de Energia Elétrica era uma empresa pública cheia de restrições. Como é hoje. Hoje é impossível fazer qualquer coisa. Mas havia uma rigidez, não havia 8666, nem nada disso, mas havia aquelas coletas de preços que a gente fazia para qualquer coisa. Nós tínhamos uma delegação do Tribunal de Contas do nosso lado, no mesmo prédio. O que por um lado era bom, porque eles aprovavam umas coisas antecipadamente, a gente não era surpreendido como é hoje. Mas criava uma burocracia infernal, e a coisa era tão casuística que essas monagens que a gente fazia, em Araruama, em Cabo Frio, a gente tinha um galpão que era metálico, que era erguido em quinze dias e já tinha fazer as bases de concretos desses... O estado havia comprado vinte e tantos conjuntos desses motores, exatamente, para começar a criar um consumo que justificasse depois levar uma linha de transmissão. Porque se não tiver uma linha de consumo não pode gastar dinheiro para levar uma linha e transmissão. E o consumo se cria ou se criava na época com esses motores diesel, certo? Eram vinte conjuntos que a gente andou montando aí pelo lado todo. E que quando a gente tinha acabado de montar, como eu tava dizendo, imediatamente a energia era consumida. E então com esse programa que nós fizemos para... Nós criamos as condições de levar energia depois através de linhas de transmissão. Mas como eu tava dizendo a Comissão era muito amarrada, a Comissão Estadual de Energia Elétrica, e aí nós resolvemos criar as Centrais Elétricas Fluminenses que era uma companhia mista, que é como, chamada, não é? Era mista porque como foi Furnas e tudo, eram empresas que funcionavam, teoricamente, como uma empresa privada.

M.M. – Foi depois da Revolução? Depois do golpe de 64, que a Celf...?

R.F. – Foi. Foi 64. A Celf foi em 64. Tanto que o Heleno foi ser secretário de Energia em 64.

M.M. – Já na Celf?

R.F. – Já é! O governador era o Roberto Silveira.

M.M. – Não. O Roberto Silveira tinha morrido.

R.F. – Foi sim....

M.M. – Em 58. Em 64 ele foi cassado, o Badger....

R.F. – Não, desculpa. Espera aí, o Badger foi cassado....

M.M. – Foi cassado, teve um governador que eu não me lembro, Paulo Torres.

R.F. – Paulo Torres. Era o Paulo Torres. Foi o Paulo Torres, desculpa. Foi o Paulo Torres. Está vendo como tem que retificar certas coisas? Porque a memória AAs vezes...

M.M. – Não, é muito governador, não é?

R.F. – É. Não, no estado do Rio era toda hora. No Estado do Rio era toda hora.

M.M. – Depois o Geremias Fontes. É, e depois o Geremias.

R.F. – É depois foi o Geremias, uma alma fantástica, mas como administrador uma catástrofe.

M.M. – Era uma alma fantástica mesmo, porque era evangélico, não era?

R.F. – É, era uma criatura excelente está entendendo? Mas como administrador um fracasso completo. E....

M.M. – Então foi o Paulo Torres que

R.F. – Não, o Eleno entrou, pêra aí, o Heleno entrou com o Badger, que ano que, não, o Roberto morreu em

M.M. – 61.

R.F. – 58 veio....

M.M. – Ele assumiu.

R.F. – Quem, o Badger?

M.M. – Não, o Roberto Silveira, foi eleito em 58, em novembro de 58 ele foi eleito, Roberto Silveira. Ele governou 59, 60 e 61 ele morreu. Veio o Celso Peçanha, que era....

R.F. – Pois é, 61 ele morreu. Entrou o Celso Peçanha que era vice-governador.

M.M. – Exatamente. Em 62 foi eleito o Badger. Que foi cassado em 64 e entrou o Paulo Torres que era interventor.

R.F. – Foi eleito o Badger. É, então foi em 62 que o Heleno entrou. Porque foi o Badger que o convidou. Que depois até quando o Badger tava ameaçado de ser ameaçado, não é....

M.M. – Foi.

R.F. – Foi, não é? Mas ele veio a Brasília, sentiu a situação dele voltou absolutamente tranquilo. No dia seguinte ele foi cassado [risos]. Quer dizer, foi completamente iludido na história toda. Até o Heleno foi com ele, acompanhando ele.

Mas quando eu tinha essa trajetória, nessa altura 58 e 64 eu tinha seis anos lá, mas eu fiz uma carreira muito rápida. Porque uma pessoa sair de engenheiro para Diretor em seis anos é incrível, não é?

M.M. – A que o senhor atribui? A que o senhor atribui essa sua carreira rápida?

R.F. – A primeira chance foi porque não tinha alternativa não é? O presidente não se dava com os outros, gostou do meu trabalho, está entendendo? E eu graças, talvez a essa minha forma muito liberal de atuar. Com esse acerto que eu fiz com os engenheiros, nós fizemos um ótimo trabalho, quer dizer, com uma diretoria colegiada, está entendendo? Mas o resultado é isso. Certas pessoas não entendem isso, essas pessoas que têm medo de sombra, em vez de se cercar de pessoas competentes, procuram se cercar de gente medíocre, para que eles apareçam, são os maiores estúpidos, porque quem aparece é o chefe, *pô*. A senhora pode ter um monte de assessores competentíssimos, mas no fim quem era o presidente era o fulano. Não é? O trabalho, a pessoa, se não cercar, isso eu usei na minha vida inteira, depois na prefeitura de Niterói, em Furnas, na Celf, em todo lugar. Me cercar de pessoas que conhecessem do assunto mais do que eu. Porque ninguém é eclético, não é? Não posso conhecer de tudo, se eu pego a melhor pessoa naquela área e me consulto com ele e sigo os conselhos, quem se dá bem sou eu. Isso é... Eu não sei como é que tem gente que não percebe isso, não é?

M.M. – Então está. Sua carreira mostra claramente, como depois o senhor foi pra área nuclear.

R.F. – Pois é, e depois eu tive uma ascensão rapidíssima, isso tudo eu acho que é forma que eu aprendi de trabalhar em equipe e de sempre tentar me cercar dos melhores pessoas nas áreas respectivas e ouvi o que o cara tem a dizer. E aprender e discutir, conversar, etc. está

entendendo. Mas essa história dá muito certo, e essas pessoas que são centralizadoras e que nunca admitem que são, está entendendo? Quando a gente diz: “Você é centralizador”. “Eu não, os outros que são centralizadores”. Essas pessoas centralizadoras não percebem que em vez de criar equipe eles liquidam com a equipe. Igual uma pessoa, eu tive vários chefes assim antes, de chegar lá naquela posição. Que tudo que você leva ele diz: “Não, está ruim. Eu vou fazer”. Que ele tem mais experiência em vez da equipe vem trazer solução traz problemas. Pra que eu vou levar sugestão se ele vai dizer: “Não, a minha sugestão é melhor”. Então mesmo que a sugestão do seu subordinado não seja ideal, tem que estimular, ótimo, muito bem, vamos lá. Você, com isso vai crescendo a equipe com você, ta entendo. É a única forma de administrar, é o que falta no Brasil hoje, está entendendo?

M.M. – E vamos voltando à Celf. O que representou em termos de mudança administrativa, em termos de métodos de trabalho, a passagem da Companhia Estadual de Energia do Rio de Janeiro para...

R.F. – As Centrais Elétricas Fluminenses. Muito porque...

M.M. – É. Primeiro misto não é. Que o senhor falou! Economia mista. Mas o que significou?

R.F. – É. Tinha. Isso dava uma flexibilidade enorme, está entendendo?. Nós tínhamos uma autonomia que antes não tínhamos, está entendendo? Nós podíamos comprar com coleta de preços sem precisar fazer concorrências públicas sem nada daquela história. Poderíamos admitir. Que hoje o ninguém administra nada hoje, porque é, os instrumentos essenciais do gestor é admitir, demitir, punir e premiar e essas quatro coisas acabaram. Não pode demitir porque os sindicatos não deixam, não pode admitir porque precisa de concurso público, está entendendo? Não pode melhorar o salário porque é um salário de todo mundo, se melhorar de um tem que melhorar de todos....

M.M. – Isonomia.

R.F. – Isonomia. Então não pode punir, não pode premiar, não pode escolher, é um caos, a administração hoje. Por isso que eles não conseguem gastar nem o pouco dinheiro que tem. Mas então essa mudança foi nesse sentido muito positivo, que nós tínhamos flexibilidade para fazer essas coisas todas não é.

M.M. – O senhor manteve o cargo de diretor? Técnico? Mudou a nomenclatura?

R.F. – O superintendente na época era, superintendente...

M.M. – Passou a ser superintendente.

R.F. – É. Quando eu passei para a Celf, eu saí de diretor técnico para superintendente técnico. Que a organização era outra, certo? Certo, aí veio o nosso...

M.M. – Quem era o diretor, o senhor lembra?

R.F. – Lembro! Humberto Chaves! Até, coitado, foi recentemente, não sei se a senhora leu, morreu a paulada ele e a mulher, lá em Niterói.

M.M. – Ih, li!! Sim, claro! Que eram os empregos, não é? Parece que sim.

R.F. – Foram, a mulher dele era madrinha da minha filha.

M.M. – É eu sei. Eu vi.

R.F. – Foi uma tristeza aquilo, morto a paulada. Coisa horrorosa, está entendendo? Era Humberto Chaves.

M.M. – É vi. É verdade. Era mesmo....

R.F. – Mas aí veio o nosso querido Geremias. Foi uma catástrofe, está entendendo? Porque ele não decidia nada, a pior coisa é não decidir. A senhora pode tomar uma decisão que não seja ideal, mas decide. Quando não decide as coisas vão se acumulando e cada vez mais fica mais difícil. O Geremias, coitado, emperrou tudo, está entendendo? Porque havia uma, na hora de escolher o sucessor do Paulo Torres, que seria eleito indiretamente pela Assembleia... Eu estou entrando muito em detalhe?

M.M. – Não! É exatamente isso!

R.M. – Não! Imagina!

R.F. – Que seria eleito indiretamente pela Assembleia, havia uma discussão entre o Padilha e o Paulo Torres. O Paulo Torres não topava o Padilha e o Geremias era o presidente da Arena, na época, não é? Então é o sujeito que ficou encarregado de articular essa sucessão do Paulo Torres e ele indicava alguém o Paulo Torres aceitava, o Padilha não aceitava, ou então ele indicava um outro o Padilha aceitava o Paulo Torres vetava. E o tempo foi passando e o tempo foi passando e aí [risos] com o Geisel deu um lá....

M.M. – O Castelo Branco.

R.F. – O Castelo Branco, desculpe, deu um limite. Olha... Tem que decidir esse negócio do estado do Rio. O Geremias ficou naquela posição seguinte ele era presidente da Arena, quando ele levava o problema lá ele dizia: “Olha esse aqui atende ao Paulo Torres, eu como presidente da Arena estou de acordo, mas o Padilha não concorda. Esse aqui o Padilha concordo, eu como presidente da Arena estou de acordo, mas o Paulo Torres....” Então o cara: “Então tem que ser você”. Eu não sei se ele fez isso de esperteza ou de ingenuidade, mas o fato é que ele acabou sendo a solução todo mundo atendia ele, está entendendo? E não atendia nem a um nem a outro. Mas ele tinha sido prefeito de São Gonçalo, era o máximo que ele tinha sido. Eu o conheci, inclusive, um prefeito de São Gonçalo, que é um município miserável naquela ocasião. Então ele tinha receio de decidir qualquer coisa, está entendendo? Foi o que me faz sair de lá, ele tinha receio de decidir porque ele era inseguro, não tinha

experiência. Sair de um municípiuzinho para o Estado que tinha outra dimensão, e não era a formação dele, ele não seguiu a carreira política.

M.M. – Ah. E durante esse período que o senhor ficou como superintendente. No quê implicava? Quais eram os desafios? No caso da Celf, não é. E eu volto aquilo que o senhor falou: energia ou consumo.

R.F. – Era essa a segunda etapa. De nós transformarmos, tirarmos aqueles geradores térmicos e colocarmos sub-estações com linhas de transmissão que nós começamos a trabalhar. Que toda a época da Celf foi fazendo linhas de transmissão. Fizemos a ligação da Light com Teresópolis. Desligamos os Motores térmicos, está entendendo? Depois de Barra de São João nós fizemos uma linha de transmissão para Búzios, acabou a térmica de Búzios. Nós fomos, sistematicamente, gerando, fazendo sub-estações, trazendo linhas de transmissão da Light, ou da... na época era Comissão Brasileira de Energia Elétrica CBE que já é Ampla. Fizemos linhas de transmissão da CBE, porque nós já tínhamos criado a demanda, está entendendo? Com esses vinte motores térmicos, nós espalhamos pelo norte do estado todo, nós criamos a demanda. Então depois nós fomos atender através da linha de transmissão que é a maneira mais econômica prática e segura, porque os geradores ele desligava às oito horas da noite. A linha de transmissão dava energia permanente. Então esse é o trabalho que a gente vinha fazendo lá, está entendendo? Mas a coisa começou a ficar tão difícil que a gente não conseguia completar as coisas que dependia do governador, não é? Aprovação de projeto, aprovação de ver, orçamento de tudo, ia pro governador. E não resolvia nem contra nem a favor, muito pelo contrário, etc. aí eu cheguei e disse: “Estou farto dessa história aqui. Eu vou procurar emprego em outro lugar”.

M.M. – Havia pressão política? O senhor estava descrevendo o Geremias Fontes, como uma pessoa cuja base política era razoavelmente frágil em termos regionais e tal. Mas ele pressionava para que essas linhas de transmissão passassem por tais e quais municípios em detrimento de outros?

R.F. – Não. Nunca fez isso.

M.M. – Ou a decisão era técnica?

R.F. – Nunca fez isso. A decisão era técnica, só que era demoradíssima. Mas ele jamais, desse ponto de vista, ele é um cara, como pessoa, um cara íntegro, está entendendo? Péssimo administrador na minha opinião, mas é um sujeito íntegro correto, etc. nunca fez pressa nenhuma para admitir alguém, para trazer... Nada, nada, nada disso, está entendendo. Apenas era uma inatividade que a gente queria tocar as coisas e não conseguia, está entendendo?

R.M. – Ficava emperrado.

R.F. – É. Ficava emperrado não é?

M.M. – Só pra pensar um pouquinho. Esse período é um período em termos econômicos, também muito difícil porque o Castelo mandou ninguém gastar nada, não é? Foi a política de austeridade grande. Mas o senhor acha que não? Que tem há ver muito mais com o caráter pessoal do Geremias do que propriamente com uma austeridade da política econômica adotada pelos militares?

R.F. – Com uma limitação financeira, não... Obviamente havia austeridade, mas não era isso que o conduzia, era a sua forma de ser, está entendendo? Um cara bom, evangélico, está entendendo? Correto. Honesto, está entendendo? A impressão que a gente tem dele é essa, mas simplesmente não resolvia as coisas, ia lá para cima e voltava. E a gente, novo ainda, não é? 67, eu tinha dez anos de formado, a gente quer fazer alguma coisa, não é?

M.M. – Teve algum fato que determinasse a sua decisão de sair fora e buscar outra coisa? Teve um fato concreto?

R.F. – Não foi... Específico... Não, concreto não. Era uma soma de pequenas faltas de decisão, está entendendo? Que aquilo vai acumulando e no fim você diz: “Eu to aqui e não consigo tocar nada pra frente” eu fazia as coisas mandava e não aprovavam. Não Voltavam.

M.M. – O diabo mora nos detalhes, não é? [risos]

R.F. – Mora nos detalhes. Exatamente isso. Aliás, toda o relacionamento humano quando ele se desfaz não é nunca por um problema é por uma soma de pequeninos problemas, está entendendo [risos]? Que essas coisas acontecem. E...

M.M. – Então em 67...

R.F. – Eu fui, resolvi procurar emprego. [risos] Aí vi um anúncio, de Furnas, procurava engenheiro não sei o quê. Aí fui lá falar com João Alfredo Vitor de Moraes era o chefe do departamento. O Furnas tinha feito a usina de Furnas que foi a primeira tava fazendo o estreito que era o segundo usina de Furnas, e nessa altura, não sei se a senhora lembra, a Chevap, Central do Vale do Paraíba que tinha sido criada pelo Lacerda, lembra?

M.M. – Aham.

R.F. – Pra se livrar do governo federal, foi extinta e passou para Furnas, está entendendo? E a Chevap tinha duas usinas em construção a térmica de Santa Cruz e uma usina de Funil, que é uma usina belíssima com uma barragem em forma de abóbada que é um projeto português. Vale a pena visitar é belíssima.

M.M. – Onde é?

R.F. – Em Rezende.

M.M. – Acho que quando a gente vai de carro tem...

R.F. – Tem uma barragem de terra que chama Inhangapi, que a gente vê da estrada. Mas não vê essa... [barulho] Porque acontece o seguinte, aqui é a barragem de Inhangapi, aqui é a estrada, quando a senhora passa a senhora vê essa barragem de terra toda cheia de grama...

M.M. – É.

R.F. – A barragem do rio é aqui. Da estrada não dá pra ver. Está entendendo?

M.M. – Aham.

R.F. – Essa barragem foi feita pra evitar que quando o reservatório enxesse entrasse estrada adentro, por isso a senhora não vê.

Mas tinha essa usina de funil e tinha a usina de Santa Cruz...

M.M. – Aham. Que era Térmica.

R.F. – Térmica de Santa Cruz. Como ele era engenheiro civil, ele me disse o seguinte: “Olha você vai ficar encarregado dessa usina de funil que é uma usina hidrelétrica, um trabalho civil, está entendendo? Você tem lá um pessoal no canteiro da obra, mas você vai ser a pessoa daqui de contato, ligação e definições, etc. para a gente construir essa usina”. Também foi muito interessante porque era uma usina complicadíssima, está entendendo?

M.M. – Então o senhor não teve indicação nenhuma?

R.F. – De *ninguém!*

M.M. – Foi de anúncio de jornal.

R.F. - Entrei por um anúncio lá. Não conhecia ninguém em Furnas, está entendendo? [risos]
O doutor João Alfredo....

M.M. – Devem ter ficado bem impressionados com o seu currículo.

R.F. – Provavelmente.

M.M. – Um jovem engenheiro de dez anos de formado, diretor técnico, superintendente, certamente o seu currículo deve ter favorecido muito, não?

R.F. – Dez anos, é. Certamente isso influenciou. Tanto que eu não comecei como engenheiro 1 não, eu comecei logo como engenheiro 3, alguma coisa assim. Não tinha nenhum cargo em comissão não. Só o cargo de engenheiro um pouco mais do que seria o inicial, porque eu já tinha dez anos de trabalho. Depois...

M.M. – E o salário, era bem melhor do que na Celf?

R.F. – Ah era. Se fosse perguntar quanto eu não sei. Porque com essas moedas todas, a gente não tem a menor ideia de quanto ganhava. Mas o salário...

M.M. – Aquelas moedas todas. Era cruzeiro novo. Já era cruzeiro novo em 66, era. Cruzeiro novo, é.

R.F. – Sei lá. Em 67. Mas em Furnas ainda tinha uma coisa fantástica. Tinha uma participação nos lucros que todo ano a gente recebia em dezembro três salários. Isso era uma beleza. *Pô*, eu um ano trocava o carro outro ano viajava pro exterior.

R.M. – [risos]

R.F. – E depois acabaram com essa participação no lucro e agora parece que voltou.

M.M. – Voltou.

R.F. – Mas então era um bom emprego, em termos financeiros, por causa desses três salários, está entendendo? E era um projeto tecnicamente, um desafio fantástico, está entendendo?

Porque para a senhora, para ter uma ideia, a gente tinha um rio que, é curioso isso, tinha o rio aqui [pega um papel]...

M.M. – Qual rio?

R.F. – O rio Paraíba.

R.M. – Paraíba.

R.F. – Que abastece o Rio de Janeiro, a Light, etc.

M.M. – Sim, sim. Que a gente vai na Dutra.

R.F. – E aqui a gente fazia essa barragem, está entendendo? Uma barragem de concreto, aqui ficava o lago. Bom, quando o lago enchia entrava água, nós fizemos uma outra barragem aqui, para a água não passar pra cá, não é? Depois nós tínhamos que desviar o rio, está entendendo? Porque enquanto a gente está construindo a barragem tem que manter uma vazão mínima, porque senão a Light ficava sem energia, está entendendo? E nós ficávamos sem água que é o Paraíba um dos afluentes do Guandu. Então nós tínhamos que manter uma vazão permanente aqui. Aí fez-se um túnel enorme, está entendendo? Que dá mais adiante pra jogar água até cá, está entendendo? Isso tudo era obra de engenharia que foi para mim uma escola excepcional, porque estava começando esse negócio todo. E depois na hora de fechar a barragem para encher o reservatório, a gente não podia barrar a água aqui por causa da Light, do Guandu, etc. Então nós fizemos no fundo da barragem, barragem era aqui assim, nós fizemos uma abertura aqui criamos uma coisa aqui que os portugueses chamavam de courum de vaca, porque tinha o feitiço do chifre de vaca. Que a gente ia enchendo o reservatório, mas a água continuava passando.

M.M. – Aham.

R.F. – Isso foi uma....

R.M. – Um “*by-pass*”.

R.F. – É, um “*by-pass*”, que jogava para cima então os portugueses chamavam de courum de vaca, porque esse projeto é um projeto português. Aliás, é a única barragem de abóboda que existe aqui no Brasil e isso pra mim foi uma lição fantástica e eu me [inaudível] muito bem. Tanto que em 71, em 69, 70 acabou a usina. Acabou a usina...

M.M. – Então o senhor trabalhou de 67 até 70?

R.F. – Na Usina Hidrelétrica de Funil.

M.M. – Na Usina Hidrelétrica de Funil. Nada de nuclear. Nada disso.

R.F. – Nem pensava nisso.

M.M. – Nem pensava nisso, ta.

R.F. – Quando foi 71, essas coisa comigo sempre foram surpreendentes. O doutor Cotrim, que era o presidente de Furnas, sujeito que tinha uma visão fantástica. Não sei se ele chegou a dar algum depoimento aqui....

M.M. – Sim, deu. Tem uma entrevista dele.

R.F. – Foi o melhor cara que passou por Furnas. Tenho uma admiração profunda por ele.

M.M. – Tem. Tem uma entrevista dele aqui.

R.F. – Era um indivíduo que antecipava as coisas. [bebe água] Em 70 começou o *boom* nuclear, não é? No mundo todo. Os Estados Unidos fizeram cem usinas logo em seguida, e ele então para entrar na tecnologia ele resolveu comprar uma usina nuclear. Foi Angra 1. Ele

fez uma concorrência internacional, com vários fabricantes e fornecedores e quem venceu foi a Westinghouse com a usina de Angra 1. Eu não sei se a senhora sabe como é que surgiu esse negócio de usina nuclear, não? De energia nuclear?

R.M. – Não.

M.M. – Não. Conta para a gente.

R. F. – Quer saber?

M.M. – Quero! *Pô*, imagina.

R.F. – Então é o seguinte... Isso saindo um pouco, totalmente do.....

M.M. – Não... Como?

R.F. – Bom, quando acabou a segunda guerra, isso é uma coisa curiosa, quando acabou a segunda guerra, houve um grande seminário em que eles fizeram uma análise de todos cinco anos de guerra para verificar qual teria sido a arma decisiva para os aliados vencerem a guerra. E chegaram à conclusão que tinha sido o submarino. O submarino porque torpedeava, cortou todas as linhas de fornecimento do inimigo, não é? Tudo. Comida, armamento, etc. através do submarino que torpedeava os navios todos. Mas o submarino tinha um ponto fraco, o submarino funciona com baterias. Se a senhora corta o submarino é bateria ao lado do... Igual de um automóvel. E para carregar a bateria, era com motor diesel, o submarino tinha que emergir, quando ele emergia se tornava um alvo fácil, está entendendo?

R.M. – Aham.

R.F. – Para os bombardeios. Então eles chegaram à conclusão: Olha se o submarino tiver uma condição de não precisar subir para carregar a bateria ele se torna uma arma imbatível, como é até hoje depois eu vou dizer por quê. E aí chamaram a Westinghouse e a GE, através

do conhecimento que tinha adquirido da fissão nuclear com a bomba atômica, quer dizer, o calor que ela gerava, aquele troço todo. Encomendaram a GE e a Westinghouse, desenvolver o projeto de um reator para propulsão do submarino. E as duas saíram em campo e os Estados Unidos gastaram bilhões de dólares nisso. Porque às vezes as pessoas criticam que há o programa nuclear brasileiro custou não sei quantos milhões. Custou, mas o Estados Unidos gastaram dez vezes mais e depois todo mundo copiou deles. Fizeram um acordo com a França, a França copiou. Fizeram um acordo com a Alemanha, a Alemanha gastou cinco bilhões de marcos, antes de ter isso pronto, está entendendo? E depois que a GE e a Westinghouse que são ainda as duas grandes fabricantes, embora haja outros, concluíram esses dois reatores que o detalhe não vem ao caso agora, o da Westinghouse ,que é o que a gente chama de reator de água pressurizada, foi o escolhido. E depois ele disse: “Ah alemão, já que nós fizemos esse reator, ele gera, ele gira a hélice do submarino se ele girar um administrador dentro dele, vai gerar energia”. Então resolvemos fazer o, a geração elétrica a partir da energia nuclear que foi um sucesso, fizemos logo de cara, os Estados Unidos com quase cem usinas, não é? Então eu não tinha nada que ver com nuclear, conforme a senhora estava dizendo. Quando foi em 71 o dr. Cotrim me chamou lá e disse: “Olha você sabe que nós acabamos...” Eu tinha acabado o meu trabalho aqui e tava...

M.M. – O senhor chegava morar lá, não? Lá em Funil, não?

R.F. – Em Angra? Eu passava dias....

M.M. – Passava dias.

R.F. – Eu morava aqui mas eu ia, as vezes, voltava no sábado e domingo.

M.M. – Não quando em Funil. Morava em Resende, não?

R.F. – Não, não. Sempre morei em Niterói. Sempre morei em Niterói.

M.M. – Sempre morou em Niterói. Ia lá em Funil...

R.F. – Ia lá, passava dois três dias e voltava. Porque eu não era encarregado da obra, eu era encarregado pelo controle da obra pelo escritório central. Quer dizer, eu era a ligação do dr. João Alfredo com o que acontecia na obra lá, certo?

M.M. –Aham.

R.F. – Eu que fazia a parte de suprimentos, projetos e tudo mais. Nós é que fornecíamos isso para a obra. E eu coordenava, aí eu fui coordenado chefe da divisão do funil, comecei a ganhar uma gratificação [risos]. E essa divisão, ela era o suporte da obra que é tudo que a obra precisava em termos de projetos, equipamentos, material vinha por meu intermédio para o diretor do departamento, para o chefe do departamento aprovar. E acabou o Funil eu fiquei maio assim uns meses sem saber para onde eu ia....

M.M. – O funil acabou em 70?

R.F. – 69.

M.M. – 69 acabou o funil.

R.F. – Final de 69, início de 70. Aí eu fiquei aí um tempo assim fazendo outras coisas para outras usinas, estreitas, etc. Quando foi pro final de 70, princípio de 71 o dr. Cotrim, ele pessoalmente me chamou lá. E isso era raro, viu, o presidente não chamava engenheiro lá, não. Eu fui lá: “*Pô*, o que aconteceu?” “O que eu fiz, *pô*, para ele me chamar lá?”. Porque o Cotrim não dava colher de chá. O Cotrim era um cara muito hierárquico, não é? Estava ele e o Dr. Lyra lá, que era diretor técnico.

M.M. – Benedito Lyra?

R.F. – Morreu.

M.M. – Era o Benedito? Não era o Benedito Lyra?

R.F. – Morreu. É... Não, não. O Benedito, era Flávio Lyra.

M.M. – Ah, era?

R.F. – Era.

M.M. – Ah, porque eu acho que tem um Benedito Lyra também.

R.F. – Não, o Benedito era diretor financeiro. Não era o Lyra, não.

M.M. – Ah, ta.

R.F. – E era Benedito Dutra o diretor financeiro.

M.M. – Dutra! Dutra. Isso.

R.M. – [risos]

R.F. – Benedito Dutra e Flávio Lyra.

M.M. – Isso. Exatamente.

R.F. – Ele me chamou lá e disse: “Ronaldo, você sabe que nós compramos aí uma usina nuclear.”. Eu disse: “É, eu sei sim senhor!” “Bom, essa usina vai ser construída lá em Angra, etc., - era Angra 1. E nós queríamos que você fosse plantar o canteiro de obra dessa usina”. “Não, com todo o prazer, porque é uma coisa nova”. Pra início de conversa você vai viajar aí, porque Furnas tinha um programa de treinamento muito intensivo, e muito, muito oportuno. “Você vai viajar para ver usinas nucleares em vários estágios de construção”. Eu aí fui pro Estados Unidos, fiquei lá quatro meses, visitando usinas nucleares, você vê como

é, ele pensava nas coisas técnicas, antes de eu ir lá implantar o canteiro eu precisava ver como funcionava os canteiros de obras nos Estados Unidos. Se bem que é muito diferente de nós, lá o cara chega com um trailer daquele, fica morando no trailer, quando acaba a usina ele pega o trailer e vai embora. Aqui é que a gente faz vilas permanentes. Que hoje não faz mais porque uma catástrofe, problemas que a gente tem são enormes, está entendendo? De todo o tipo. “E você vai plantar esse canteiro lá”. E eu: “Perfeitamente”. E eu viajei, sei lá, fiquei o tempo todo lá nos Estados Unidos.

M.M. – A que lugares o senhor foi? Que lugares os senhor visitou nos Estados Unidos:

R.F. - Várias usinas. Eu fiquei muito tempo no Colorado. E fiz um curso de *environmental management*, gerenciamento ambiental, na Universidade do Colorado. Durou sessenta dias lá. E depois fui visitando usinas de Kewanee e North Anna, várias usinas que naquela época estavam em vários estágios de construção. Uma estava começando as fundações, a outra tava fazendo a montagem, está entendendo? Quer dizer, eu fui me ambientando aí, para ter uma idéia do que era aquilo que eu ia fazer o canteiro para poder construir.

M.M. – Como vocês eram recebidos? Foi só o senhor ou ia uma equipe maior?

R.F. – Não, não, fui só eu.

M.M. – Só, só.

R.F. – Cada... Acontece o seguinte....

R.M. – Precisa fazer uma pausa.

M.M. – Quer um cafezinho, dr. Ronaldo?

R.F. – Quero.

Lucas Assis – Essa viagem foi em 70, não é?

R.F. – Hã?

L.A. – Começo dos anos 70, a viagem para os Estados Unidos?

R.F. – Foi em 71. Para os Estados Unidos foi em 71.

M.M. – Só um instantinho aqui para...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

R.M. – É. Evitar. [risos]

R.f – Ah sim.

R.M. – Batidas.

R.F. – Mas não estava gravando, estava?

M.M. – Não, não.

R.M. – É porque de repente...

R.F. – Aonde é que nós paramos?

M.M. – Nós paramos lá do senhor falando do Cotrim.

R.M. – Do curso.

R.F. – Do Cotrim.

R.M. – Do curso nos Estados Unidos.

M.M. – É, do curso.

R.F. – Do curso. Eu fiz o curso nos Estados Unidos, visitei várias em vários estágios e aí quando cheguei aqui fui assumir lá o canteiro da usina de Angra 1. Só que ali a Rio-Santos não existia, está entendendo. Não existia uma estrada lá, existia um caminho de terra, está entendendo? Não tinha ponto nós passávamos a vau, está entendendo. Ali, naquela história, para montar o canteiro que não tinha nada lá, quer dizer, fazer a vila residencial, o canteiro de obra, alojamento de empregados, essa história toda. E eu fui lá, eu e um engenheiro, Oswaldo Cobra, que está em Furnas até hoje. Nós fomos da primeira vez, tomamos uma caminhonete, quando chegamos lá a cidade mais próxima que existia, ou melhor, o distrito era chamada Frade, hoje tem o Hotel do Frade. Que é até turístico.

R.M. – Frade. É.

R.F. – Na época era um hotel relativamente pequeno ainda. E nós fomos lá, nós dois e lá em Frade era uma cidade de pescadores, está entendendo. Alugamos uma casa lá, para poder fazer um escritorzinho, botamos um rádio embaixo da cama, porque não tinha linha telefônica, não tinha nada, não é. E fomos lá para o canteiro de Itaorna, onde é a Usina de Angra 1 hoje. Só tinha índio lá.

M.M. – Índio?

R.F. – Índio. É aqueles índios que andam até hoje por lá.

R.M. – Literalmente índio?

M.M. – Literalmente índios?

R.F. – Literalmente índios. Aí, inclusive a gente desapropriou aquela área lá, indenizou as pessoas e começamos a montar então o canteiro de obras, está entendendo. E, simultaneamente, fizemos lá, começamos a construir a vila residencial, na praia brava, que se chama. Hoje está lá, aliás um lugar turisticamente fantástico, não é. Começamos...

M.M. – O senhor... Vou voltar um pouquinho. Pouco. Sobre o processo de escolha do local de Angra, para a usina.

R.M. – É isso daí tem...

R.F. – Pois não. Eu sei porque é que foi. É. Porque muita gente reclama: “Poxa, mas porque foi botar aquela usina num lugar paradisíaco não sei o que lá”. O problema é o seguinte, uma usina nuclear ela precisa de água de refrigeração, está entendendo? Da ordem de Angra 1, são 80 metros cúbicos por segundo. Para a senhora ter uma ideia o rio Paraíba tem uma vazão de quarenta. Só que a água entra e sai, não é. Então ela tem que ficar perto do mar ou então num rio super caudaloso, com um problema, quando a gente devolve a água ao mar ela está um pouco aquecida. Quando é o mar, aquilo se dilui e não tem problema. Quando é um rio, para não evitar que a água quente vá adiante, tem que se fazer umas torres de refrigeração. A senhora já deve ter visto alguma fotografia, principalmente na Europa. Em que a refrigeração é através disso. Eles têm aquelas torres, quer dizer a água antes de ser devolvida ao rio ela é resfriada, para não vir a aumentar a temperatura do rio. Então nós precisávamos ali de uma usina, aí já sob o ponto de vista de energia nós tínhamos, nós temos ainda hoje três grande pontos de consumo, é: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, Belo Horizonte, não é. Esse aqui é o triângulo de maior consumo do país, então tinha que ser uma usina que ficasse equidistante desses três pontos, tinha que ser no litoral por causa da água de refrigeração e num lugar onde não tivesse moradia, não tivesse cidades. Então todo esse litoral norte é paradisíaco, em qualquer lugar que a senhora for colocar essa usina ao longo do litoral são praias fantásticas, está entendendo? Então foi escolhido por isso, porque era um ponto equidistante de Rio, São Paulo e Belo Horizonte, e ficava na beira do mar e num área em que não tinha nada, porque não existia Rio-Santos. O turismo lá era muito insipiente, ainda, não

é. Pela falta de acesso. Quer dizer, era difícil ir lá porque a gente tinha que atravessar rios a vau, não tinha ponte, não tinha Rio-Santos, não é.

M.M. – Havia outras possibilidades? O senhor chegou a participar de alguma reunião?

R.F. – Não, não, eu não participei. Quando eu entrei...

M.M. – Que discutisse outros lugares?

R.F. – É. Aliás, é curioso eu entrei nessa história quando a usina estava escolhida e o local definido. E entrei no programa nuclear quando ele já estava montado. O que me dá uma possibilidade muito grande de avaliar esse programa hoje, com todas as suas vantagens, porque não fui eu que montei. Quer dizer, eu encontrei pronto. E foi um programa excepcionalmente bem montado. Então eu também não sei... Eu sei disso porque eu perguntei por quê é lá [risos], está entendendo. Me disseram: “É porque é um ponto equidistante”. Nessa altura eu não estava familiarizado que precisava de tanta água pra refrigeração etc. E era equidistante de Rio, São Paulo e Belo Horizonte, que eram os maiores centros de consumo da região sudeste, como ainda são, não é. E ficava perto do mar e não tinha nenhuma moradia, não tinha grandes conglomerados, próximos. Porque a gente tem uma área de exclusão em torno da usina, que começa com 5 km depois a 20 depois vai a 30, nesses 5 km não deve ter moradia nem nada disso. Então esse local atendia a essas condições todas e nós fomos para lá e então começamos...

M.M. – Só outra coisinha. Normalmente se imagina que quem está ligado a energia hidrelétrica não vê com muitos bons olhos o povo da energia nuclear. O senhor desmente isso, porque o senhor fez a passagem da hidrelétrica para a nuclear facilmente. Talvez porque é porque o senhor é engenheiro civil? O que o senhor atribui essa... Ou temperamento? O que passou... O senhor passou rápido de funil para Angra.

R.F. – Não. Eu vou lhe explicar por que. Eu nunca pensei nisso, estou pensando agora. É porque eu não era tradicionalmente um barrageiro, está entendendo? Para a senhora ver, eu

comecei lá no Estado do Rio fazendo usinas térmicas em Búzios, Cabo Frio, Araruama, está entendendo? Então eu tinha também certa... Nós não fizemos nenhuma hidrelétrica na Celf, então não chegamos a fazer, está entendendo? Então não foi difícil, a passagem. E eu quando cheguei em Funil também a usina já estava no meio da construção quer dizer eu não sou daqueles barrageiros que trabalhava em Furnas [inaudível] que ia se deslocando ao longo do Rio Grande, está entendendo. Com o barrageiro. Mas ainda hoje a usina hidrelétrica é a melhor fonte que a gente tem. Hoje é difícil fazer, nós vamos entrar nesse aspecto, está entendendo. O porquê do nuclear? E o porquê está sendo hoje mais incrementada eu vou entrar nesse detalhe se houver tempo para isso.

M.M. – Sim. Lógico.

R.F. – Mas então eu passei sem dificuldade porque eu não era um barrageiro enraigado, está entendendo. E depois eu vou lhe dizer, aquele desafio quer dizer, 71, eu tinha quatorze anos de formado. Uma coisa nova energia nuclear era um troço que tinha uma... Todo um interesse em torno, não é, todo mundo pensa na bomba atômica, naquela história toda. O que é negativo pensar assim, não é. Porque hoje o Japão onde caiu a bomba tem 50 usinas nucleares. Mas era uma coisa nova e era um desafio, está entendendo? Quer dizer, eu encarei isso como um desafio e adotei plenamente, está entendendo? E aí começamos a fazer lá o canteiro de obra e a fazer a vila residencial, não é? O que levou alguns anos até que a gente fizesse a concorrência para a construção da usina propriamente dita. A essa altura...

M.M. – Em 72, não é? Que começou mesmo, efetivamente, o início da construção de Angra 1?

R.F. – É o início de Angra 1 começou em 72, 72/73.

M.M. – 72, nós temos aqui.

R.F. – É 72, foi exatamente. Aí nessa altura, uma coisa curiosa. Quando eu fui trabalhar na Comissão Estadual de Energia Elétrica meu chefe lá era o Emílio Leme, um engenheiro que

depois foi para a Itália e ficou trabalhando lá. Mas era um engenheiro tecnicamente super capaz, então, quando chegou a hora de fazer a construção da usina propriamente dita, eu não tinha experiência para fazer uma usina nuclear. Eu sugeri ao Dr. Lira o nome do Emílio, que tinha feito um monte de usina lá pela Europa etc. E o Lira chamou e o Emílio aceitou o desafio de construir, já era Angra 2 aí., não é. Dentro do acordo com a Alemanha, acordo esse que depois a gente vai... Não desculpe.

M.M. – Ah, vamos. Vamos.

R.F. – 72 era Angra 1.

M.M. – Não 72 era Angra 1.

R.M. – Angra 1.

M.M. – Angra 2 é que foi em 76.

R.F. – Era Angra 1. O Emílio foi nomeado chefe da obra.

M.M. – De Angra 1, não é?

R.F. – De Angra 1. E eu era o adjunto dele, quer dizer, eu era o segundo dele. Mas ele era o chefe da obra e nós começamos a fazer a obra lá em plena velocidade etc., e quando nós estávamos em 75, eu era adjunto do Emílio, a usina de Angra 1 estava andando, caminhando, não é, mas a usina de Angra 1 foi um *Turnkey*, quer dizer a Westinghouse se propôs a entregar uma usina pronta. A participação nacional foi muito pequena, está entendendo.

M.M. – Como é que isso era visto, hein? Pelos engenheiros? Porque os engenheiros em geral têm uma formação nacionalista forte, não é? É um lobby importante, a engenharia nacional.

R.F. – É verdade, mas sabe o que é, é o que eu estou dizendo...

M.M. – Tem a ver com o governo autoritário?

R.F. – Não, não. Tem que ver com a área que cerca a área nuclear como sendo uma coisa diferente, está entendendo?

R.M. – Ainda mais que era primeira experiência...

R.F. – Pois é. A gente achava, como toda a razão, que não tinha a menor condição de enfrentar uma usina dessas. Então nós aceitamos passivamente com o objetivo de aprender, não vamos pegar essa para ver como é que é, para depois nós podermos fazer outra. E começamos então a fazer essa usina em paralelo a gente ampliando a usina... A vila residencial. E aí veio o problema da Rio-Santos. Aí foi uma catástrofe, porque aquela região chove que é uma coisa horrível, porque tem a serra do mar, então quando vêm aquelas frentes frias, bate na serra chove que é uma coisa horrorosa. Aquilo é uma argila vermelha, uma coisa interessante. Agora fazer a Rio-Santos, cortando aqueles barrancos todos, chove que é um horror, mas era um inferno, sabe? Havia sempre nos fins de semana eu estava lá com o Emílio, a gente tinha um barco da Marinha, um barco grande, que levava as pessoas porque não tinha ainda condições de morar lá. O pessoal morava em Angra e morava em Parati, não é. Então nós tínhamos uns barcos que na sexta-feira... Durante a semana ficávamos nos alojamentos, não tinha família lá, e no fim de semana tinham que ir para casa das famílias, que eram em Angra ou em Parati. E aquilo era por mar, está entendendo, ou pela terra. Mas por terra chegou um ponto, na construção Rio-Santos, metia aqueles tratores para cortar os barrancos, chovia, aquilo ficava uma lama, está entendendo? [risos] E era um horror, os carros não passavam, os caminhões atolavam, era uma coisa difícilíssima. Então a gente tinha que transportar as pessoas por mar, mas às vezes chegava na sexta-feira, caía uma ressaca, então quando chegava na quinta, eu e o Emílio reuníamos lá e dizíamos: “Bom, como é que nós vamos levar esse pessoal de volta para as casas deles na sexta feira? A estrada não dá. O mar está..”. Era um problema bárbaro essa história. Chegou um ponto que o Emílio Leme foi procurar o cara da Enesi (ENS??), meu amigo pô, “Ou a gente faz a usina ou a gente faz a estrada”.

R.M. – A estrada.

R.F. – Porque as duas ao mesmo tempo é difícilimo de fazer. E afinal chegamos lá a um acordo, quer dizer, faziam certas coisas que não influenciavam muito, mas a maioria era trator puxando as carretas, está entendendo?

M.M. – Vocês tinham...

R.M. – Não, eu queria saber. A sua família continuava aqui no rio?

R.F. – Continuava, aí nesse caso, em passava a semana toda lá e no sábado e domingo eu vinha para casa. Continuava em Niterói.

R.M. – Em Niterói. Ah, desculpa.

R.F. – Continuava em Niterói. Depois quando inauguraram a ponte, não é? Eu tinha um fusquinha, não é, que eu usava para ir e para voltar. Eu ainda lembro a primeira vez que eu passei pela ponte eu fiquei encantado com aquilo, porque, telefonei, cheguei rápido lá em Angra, relativamente, liguei: “O Neli, já cheguei aqui...

R.M. – Não teve que entrar na fila da Valda, não é?

R.F. – ... passei pela ponte”. É naquela Valda. Atravessava aquele troço que era um horror. Ou ir por Magé, não é?

R.M. – É. Mais 60 km.

R.F. – Agora veja a senhora...

M.M. – Ah, vocês de Angra tinham influencia sobre a construção que era no caso do DNER?

R.F. – Nenhuma.

M.M. – Nenhuma. DNER fazia a estrada que ele queria.

R.F. – Nenhuma. E nós fazíamos a usina. Por isso é que no final chegou à conclusão que tínhamos...

M.M. – Pois é. Vocês não tinham nenhum poder sobre...

R.F. – Não tínhamos. Teve que ser uma conversa de amigos: “Você está vendo, não dá. A carreta de cimento, chaga aqui, não chega, porque fica no meio do caminho”, está entendendo. E a gente encontrou, mais ou menos, um modo vivente, está entendendo. Quer dizer, certas coisas ele não fazia no fim de semana para a gente poder escoar o pessoal, está entendendo. Demorou um pouco mais, a Rio-Santos, a ser construída, porque ele não tinha um campo livre, e nós também não tínhamos um campo livre para fazer o cronograma da usina, não é? Agora...

M.M. – Os americanos ficavam... Da Westinghouse, ficavam... Tinha uma vigilância assim? Controle? Como era o relacionamento do pessoal da Westinghouse?

R.F. – No canteiro. Não, o relacionamento era muito bom. Até hoje, o pessoal da Westinghouse se dá muito bem com aquele pessoal daquela época. Porque era um *Turnkey* então, quer dizer, os americanos... O comando daquela história era com os americanos. A firma brasileira era EBE - Empresa Brasileira de Engenharia-, na época, que foi contratada pela Westinghouse, porque você para fazer alguma coisa no exterior você tem que ter uma empresa do local, senão você não consegue, não fala português, porque os engenheiros falavam inglês, mas o mestre de obra, as pessoas que comandam não falam inglês. Então você precisa ter uma empresa brasileira que comanda o pessoal, mas, quer dizer, toda a parte técnica, de projetos, etc., era dos americanos, está entendendo? E o equipamento veio

importado, o percentual brasileiro foi da ordem de 8 a 9% só de tubulações, coisas assim muito simples, não é? Ao contrário de Angra 2, que houve uma fabricação...

M.M. – Toda a complementaridade da indústria nacional era bem baixa, não é? O grau de complementaridade, não é?

R.F. – Muito baixa. Muito baixa. Porque primeiro havia exigências como de qualidade numa área nuclear que a indústria brasileira não estava acostumada a atender. Tanto que em todos os países que houve energia nuclear, houve um *upgrade* da qualidade da indústria, porque as exigências são tão grandes [bebe água]... O que caracteriza uma usina nuclear é o que a gente chama de garantia da qualidade. Que é diferente do controle da qualidade. Controle da qualidade, a senhora faz alguma coisa, depois testa para ver se ficou bom. A garantia é uma coisa que a senhora faz para *prevenir*, que tem que ficar bom, não pode ficar ruim, porque se der um acidente é um troço complicado, não é? Então há uma papelada na área nuclear, uma coisa que fica durante quarenta anos lá em um volt, um prediozinho específico para isso, em que a senhora tem todos os testes de tudo o que aconteceu. Quer dizer, se a senhora chegar agora em Angra 1, e disser: “Esse pilar aqui, eu quero saber o aço que foi feito aqui. Cadê o teste dele? Cadê o teste do soldador?”. Isso obrigatoriamente tem que ficar, durante toda a vida da usina, tem que ficar registrado lá. Então é uma coisa muito mais complicada.

M.M. – É. Nós vimos. Nós vimos. Nós visitamos Angra 1 e Angra 2.

R.F. – Quer dizer, é uma coisa muito mais complicada do que uma usina comum. Porque lá você não pode no final chegar à conclusão que o controle de qualidade... Que a qualidade não satisfaz, pode ser tarde demais [risos]. Então você tem que prevenir que você garante absolutamente que a qualidade vá ser aquela, tem que ter 100% de exame de solda, está entendendo? Tem que ter aqueles troços todos. O que a indústria brasileira não estava acostumada a fazer, está entendendo? Esse é um programa de garantia de qualidade, quer dizer, quando a senhora manda fazer uma bomba em algum lugar, ele tem que fornecer, anteriormente, “Olha eu vou controlar o meu produto assim: O aço que chega vai ter esse e esse teste. Depois quando eu for fazer a soldagem os soldadores vão ter isso, isso...” Isso tudo

se constitui em um programa de garantia de qualidade que é de uma complexidade enorme, de uma papelada enorme que os empreiteiros não estão acostumados a fazer nem a preencher, está entendendo? Eles fazem, testam depois, está entendendo? Faz o teste do concreto, depois com o cilindro, manda romper, depois que ele está pronto para ver se ele tem a resistência, mas não toma as providências antes para que aquilo tenha, obrigatoriamente, que acontecer. É como faz a Rolls-Royce com aqueles carros deles, eles querem fazer um carro com um eixo lá de um metro e faz o eixo de um metro e vinte. Corta, aqueles vinte centímetros, examina aquele troço, só depois é que ele vai botar o eixo lá, está entendendo.

M.M. – Aham.

R.F. – E o que caracteriza a construção nuclear e esse programa de controle de qualidade. Tudo que é nuclear tem que passar por um programa desses. Bom, a senhora vê, eu estou metido nessa história toda quando o Heleno Nunes me chama e diz: “Ronaldo, o Floriano” O Faria Lima. “Foi nomeado aí governador do Estado do Rio e ele vai ter que fundir a parte da Comissão Estadual de Energia Elétrica com a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, que hoje é Ampla. Uma era do estado do Rio e a outra era do estado da Guanabara mais a Light. Como você foi diretor de lá da...

M.M. – Da Celf.

R.F. – “Da Celf. E trabalhou em Furnas, eu preciso que você faça pra mim um relatório sobre como é que vai ficar depois que a gente juntar os estados, como é que vai ficar esse negócio de energia. Como é que fica? CBE, Celf, etc. Como é que fica esta história?”

M.M. – Com Light.

R.F. – É. E com Light. Aí eu disse: “Ah, ta bom. Vou fazer esse troço”. Peguei lá, trabalhei fiz um relatório. Tinha algumas reuniões intermediárias, aí quando faltavam quinze dias para ele assumir ele me chamou lá no Palácio das Laranjeiras e eu levei o meu relatório, não é? “Olha, comandante, o almirante...”. Eu chamei você aqui para outra coisa. “Para ser prefeito

de Niterói”, eu: “O que?! Para ser prefeito de Niterói, governador? *Pô*, se você me convidasse para ser presidente da companhia da Ampla..” Agora é Ampla, antes chamava-se... “Eu ainda podia entender, tem alguma coisa haver comigo, mas prefeitura não tem nada que ver comigo. Eu vim dos Estados Unidos, fiz um curso de poluição nuclear. E estou fazendo usina lá, visitei como é... O que eu vou fazer na prefeitura de Niterói?” Não, eu governador, eu agradeço a sua lembrança, fico muito sensibilizado etc., mas realmente não é a minha praia. Não tem nada a ver comigo”. Aí, eu liguei para o almirante e disse: “Almirante quem que deu essa ideia aí. Ele disse: “Não, fui eu que te indiquei”. Ah, é? Foi o senhor que me indicou?! Olha, almirante, o senhor me perdoa eu não sabia que o senhor tinha me indicado mas não tem nada a ver comigo isso, não é?” Bom, aí passado uns dois dias o presidente de Furnas que já não era mais o Cotrim, era o Luís Claudio d’Almeida Magalhães, me chamou lá.

R.M. –É. Porque agora já é Nuclebrás, não é? Ou ainda era Furnas?

M.M. – Não, era Nuclebrás.

R.F. – Não era Furnas.

M.M. – Ah, era Furnas ainda?

R.F. – Era Furnas. Não, ainda era Furnas. A Nuclebrás só entrou com Angra 2, nós ainda estamos falando em Angra 1.

R.M. – Ah.

M.M. – Ta.

R.F. – Quando eu fui em 73. Quando eu saí de prefeitura é que eu fui para o Programa Nuclear Brasileiro.

R.M. – Aham.

R.F. – E aí o Dr. Luís Claudio me chamou lá e disse: “Ah, eu soube aí que...”. Porque o Eike tinha sido companheiro de diretoria do almirante Faria Lima e era ministro das Minas, não é? E ligou para o Luís Cláudio e falou: “Ah, o almirante Faria Lima convidou o Fabrício aí para ser prefeito de Niterói, mas ele não aceitou”. Aí o Dr. Luis Cláudio me chamou lá e disse: “Eu soube que você foi convidado para ser prefeito e não aceitou”. “Claro Dr. Luís Cláudio, não tem nada que ver comigo, *pô*. Eu cheguei agora dos Estados Unidos, estava embrenhado lá em Angra”. Ah, vocês são muito quadrados, vocês desse setor elétrico, não veem nada. Só sabem saber de cronograma e não sei o que mais. Você tem que aceitar essa história porque isso aí vai abrir os seus horizontes, está entendendo?” “Mas, Dr. Luís Cláudio...” “Mas eu vou botar você à disposição do Governo Federal e vai nomear você para prefeito. Você não vai receber nada na prefeitura, você continua aqui com o seu salário, com suas gratificações, com tudo como se você não tivesse saído daqui. Eu vou botar você à disposição do Governo Federal, lá do Palácio do Planalto, não é? E ele lá vai nomear você prefeito”. E eu fui para casa e cheguei para a Neli e disse: “Neli, você não sabe o que aconteceu? Me convidaram...”. Ela disse: “Não, eu sei que te convidaram”. “Não, mas agora...[risos]

M.M. – [risos]

R.M. – [risos]

L.A. – [risos]

R.F. – ... Me convidaram e eu vou aceitar”. “Mas o que você vai fazer na prefeitura?” “Eu confesso a você que eu não sei. Mas agora como é que vai ser?! Eu tenho que aceitar, *pô*. O Dr. Luís Cláudio disse que eu vou continuar com o meu salário a minha gratificação tudo direitinho. *Pô*, o Heleno Nunes que toda a vida me orientou e me convidou para essas coisas foi quem me indicou. O governador me convidou”. Aí liguei para o almirante: “O almirante é...” Aí, lembrei do [risos], lembrei do Roberto Campos, “voltar atrás e mudar de opinião é

privilégio dos homens inteligentes e mulheres bonitas” [risos] “aí eu digo: “Mudei de ideia, almirante, o Dr. Luís Claudio me chamou lá e me deu uma lição de moral”. Depois eu soube que o sonho do Luís Claudio era ser prefeito de Belo Horizonte. E eu não sabia disso na época. Mas o sonho, então quando ele via a oportunidade de alguém ser prefeito, não é? E eu: “O almirante, eu mudei de ideia e vou aceitar aí, vou aceitar a prefeitura, etc. Como é que eu faço?” Ele: “A primeira coisa que você tem que fazer é o seguinte: você tem que fazer uma visita à câmara de vereadores.” Eu digo: “Onde é que é a câmara? Eu nem sei onde é que é a câmara”. Aí...

M.M. – É tudo junto, assim, não é?

R.F. – É. Aí fui lá e peguei meu carro particular, parei lá. Liguei para o presidente da câmara, não é, e disse: “Olha, eu fui nomeado”. “É, nós estamos sabendo, etc.” “Queria te fazer uma visita de cortesia aí, não é, para ver como é que a coisa funciona”. “Ah, pô, não muito bem...”

M.M. – Quem era o presidente da câmara dos vereadores?

R.F. – Era um vereadorzinho que chamado [risos], daqui a pouco eu me lembro o nome dele. José Vicente eu acho. José Vicente. “O senhor vai lá”. Aí eu fui lá, não é. Fui recebido, tudo direitinho, etc. Disse que eu estava a disposição dele, etc. Eles me chamavam tecnocrata, que era tecnocrata mesmo. E fiz uma aproximação com eles, não é. E depois chegou no dia 15 de março, eu assumi a prefeitura não é? Fui lá, sentei na minha mesa, numa mesinha assim, feito essa. Não tinha mesa telefônica, não tinha nada. E aí começa a chegar problema. um atrás do outro, não é. “Não, é porque não tem caixão”. “Mas caixão? O que é que tem de caixão?”. “Não, mas a prefeitura é que é responsável pelos cemitérios e não tem caixão de defunto”. Eu digo: “Não, tem que encomendar caixão. Eu digo: “Ah, meu Deus”. Mal eu sentava: “Não, agora o rabeção enguiçou. Não sei o que mais. [risos] E daqui a pouco veio um garoto lá: “Um menino, coitado, na rua, que está com uma doença sexual, uma DST daquela transmissível, como uma doença sexual anal. - E não tinha secretaria de saúde! - O que eu faço com ele?”. “Eu sei lá o que você faz com ele”. Está entendendo. Eu disse. Bom, aí eu escolhi o meu secretariado. Procurei lá em Niterói onde eu conheci muita gente. “Me diz

quem é o melhor cara de educação aí, ‘é o fulano’. O melhor de saúde? O Dr. Valdenir Bragança”. Que depois até foi prefeito.

R.M. – É.

M.M. – Foi.

R.F. – Por indicação minha. E fui assim, peguei um chefe de gabinete que era o secretário de finança. Eu tinha um primo que tinha sido daqui das finanças da Guanabara a vida inteira. Já estava aposentado. Um cara excepcional. Eu disse: “Você vai ser o secretário da Fazenda”.

M.M. – Quem era?

R.F. – Oscar Nazaré. Fez um trabalho excepcional lá. É, ele foi, trabalhou toda a vida aqui com os prefeitos. Quer dizer, que procurei me cercar de gente que eu não conhecia. O único que eu conhecia era esse, meu primo. Os outros todos eu os vi pela primeira vez. Fiz uma sondagem: “Quem é o melhor cara aqui da educação? “É o Helter Barcellos”. “Então eu vou convidar!”.

M.M. – O senhor foi sondando quem? Sondando o Legislativo, sondando...

R.F. – Não. Sondando conhecimento meu pessoal de Niterói.

M.M. – Pessoal dos anos que morou em Niterói.

R.F. – Dos anos que morei lá, está entendendo? Não teve indicação política nenhuma, nenhuma, nenhuma. “Quem é o cara procurador?” “Ah, o melhor procurador aqui é esse cara”. “Quer dizer a maioria já estava... Não, esse não está aposentado ainda”. E me cerquei desse grupinho de pessoas competentes. E aí comecei a usar o meu conhecimento, quer dizer, chegava problema de saúde como eu era conhecido do diretor do Santa Cruz, eu pedia a ele por favor para internar pessoas lá. E esses troços foram se acumulando, não é. Problemas em

cima de problemas. Quando chegou no trigésimo dia, depois de um mês lá, eu pedi uma audiência com o governador. Eu disse: “O governador, eu vim aqui pedi para o senhor me exonerar, está entendendo, da prefeitura, por favor, vê se o senhor faz esse ato hoje, está entendendo”. “Mas por quê?”. Eu digo: “Governador, eu não consegui até agora sentar na minha cadeira. Eu vim de uma empresa, Furnas, super moderna, tudo automático, tudo eletrônico, tem tudo lá, dinheiro, fartura. Lá não tem nada, não tem uma mesa telefônica, não tem coisa nenhuma.” “Ah, eu também não queria ser governador. Eu era presidente da Petrobrás, estava satisfeítíssimo com a presidência da Petrobrás. Não queria sair”. Não sei se ele diz isso aqui?

M.M. – Diz!

R.F. – “Não queria sair de jeito nenhum. Mas o general Garcia disse: ‘Você vai ser governador do Estado’. Então você vai ser prefeito de Niterói.” [risos]

M.M. – Só que o senhor não era militar. Ele era militar, não é? Ele bateu continência.

R.F. – Não, ele era. Ele disse: “Eu também não queria ser governador não”. Eu disse: “Governador, o problema é esse. Agora, está entendendo, eu não tenho tempo para fazer nada, não tenho dinheiro, não tenho mesa telefônica. Não tem secretaria de Saúde. Não existe a secretaria de Saúde. Então não sei como atender a esses problemas todos”. Ele disse: “Calma, eu vou fazer o seguinte. Eu vou botar a sua disposição duas pessoas fantásticas. Ronaldo, vou botar na parte política a Sandra Cavalcanti”. Que ficou minha grande amiga até hoje, não é. “A para parte de Planejamento, Ronaldo Costa Couto”. Também ficou meu grande amigo até hoje. “Eles vão lá fazer uma visita a você. E vão dar um jeito nessa história. Eu disse: “Mas governador...” “Não, não desisti não. Só trinta dias e você já quer desistir. E você não imagina, os meus problemas são muito maiores”. Eu imagino, dois Estados. Juntar desembargador, demitir desembargador”, que sobrava desembargador. Juntar polícia militar. Juntar aquele troço todo com salários diferentes”. Ele deve ter dito isso aqui: “Um inferno”. Olha, pouca gente dá o valor ao trabalho que o Faria Lima fez. Foi fantástico, está entendendo. Juntar esses dois estados, esta entendendo. Inclusive a razão para a junção dos

dois Estados que muita gente desconhece era juntar a capacidade que tinha a Guanabara com a terciária, produtora de serviço, com a parte primária do Estado do Rio, de produção de minerais, gado etc. quer dizer, juntava o terciário com o primário e tinha uma complementação que poderia disputar com Minas, com São Paulo. Era a idéia absolutamente justa.

M.M. – Reequilibrar a federação, não é.

R.F. – É. Só não aconteceu porque o sucessor do Faria Lima foi o Chagas Freitas, quer dizer, não deixaram completar a fusão, está entendendo. Porque o Chagas Freitas, veio e fez tudo o que ele fazia quando era governador da antiga Guanabara. Aquele caos total que ele estava acostumado a fazer. De manipulação política. Que hoje mais ou menos acontece. Bom, isso aí está cortado das relações...da gravação [risos].

M.M. – Melhor.

R.F. – Então o que aconteceu...

R.M. – Ou seja, o senhor saiu do acordo nuclear Brasil e Alemanha em 75, para gerenciar caixões, saúdes... [risos]

R.F. – Não, não. Aconteceu o contrário. Eu saí de Angra 1 para prefeito e saí depois de prefeito para um acordo.

R.M. – Ah, então ta.

R.F. – Aí, então ta.

M.M. – Aí o senhor saiu lá de Angra 1 e tal....

R.F. – E fui para a prefeitura.

M.M. – Pois é. E foi cuidar de caixão.

R.M. – Foi gerenciar.

R.F. – Caixão, rabeção e criança doente, menor abandonado e depois eu tive uma experiência fantástica nessa área. Bom, é.... eu vou depois lhe contar aqui acho que é um dos grande problemas do Brasil.

E aí o que aconteceu, ele me disse: “Não você tem calma, calma, não é. O Ronaldo Costa Couto vai conversar com você lá e a Sandra Cavancalnti também”. Ficaram meus amigos com....

R.M. – Quem é Sandra, hein? Sandra era uma política da cidade do Rio de Janeiro.

R.F. – Mas era amiga dele, porque era.... Era muito amiga do Baltazar.

M.M. – É, e ele desagradou também um pouco a Sandra. A Sandra queria ser líder do governo e tal. Qual era....

R.F. – E ela era muito ligada ao Baltazar, está entendendo.

M.M. – Sim.

R.F. – Tinha sido daquela época do Lacerda.

M.M. – Sim. Claro.

R.F. – A Sandra foi secretária do Lacerda.

M.M. – Foi.

R.F. – Quer dizer, ela vinha daquele grupo do Baltazar. Acho que foi o Baltazar... E a Sandra é uma mulher excepcional inteligente, capaz...

M.M. – Aham. Ela deu entrevista para a gente também.

R.F. – Eu tenho dela uma máxima opinião altíssima. Aí o Ronaldo Costa Couto foi lá e disse: “Bom. Primeira coisa o seguinte: o senhor vai ter que reorganizar essa prefeitura”. “E como é que eu faço isso?”. Naquela época tinha a vantagem dos atos complementares.

M.M. – Tinha.

R.F. – Sempre existiu, não é? Ato complementar número 8, eu não esqueço isso. O ato complementar 8 diz que o Executivo pode organizar o estado ou o município sem ouvir o Legislativo, desde que ele não aumente as despesas, está entendendo? Quer dizer, se ele não aumentar a despesa ele pode reorganizar. “Então eu vou pegar a sua prefeitura e vou reorganizar”. Perfeito. Levou os troços lá, criou cinco secretarias que não existiam, está entendendo? Era Fazenda, Educação, Saúde, Administração e Secretaria de Governo. “E nós vamos reestruturar essa história toda, não é? Os departamentos, as divisões...” e me trouxe um organograma fantástico, está entendendo? E a Sandra me disse: “Ronaldo, os vereadores...”. Não, a Sandra foi depois. Depois de um mês ele me levou esse negócio. Eu fiz um decreto reorganizando tudo. Foi um caos, não é? Porque eu demiti numa penada só todos os caras que tinham sido nomeados pelos vereadores ao longo de vinte anos, porque todo mundo que ocupava aqueles cargos ali tinha tido alguma patrocínio político, não é? E eu, numa penada só [risos], está entendendo?

M.M. – Raimundo Padilha não bateu à sua porta?

R.F. – Não. Nunca me procurou.

M.M. – Não?

R.F. – Não. Nunca. Aí eu: “Ronaldo, como é que vai ser a situação?”. “Decreto, decreto, publica no diário oficial, está entendendo?”. Aí a Sandra foi falar comigo. Bom, quando eu publiquei esse decreto, e foi um caos na câmara, não é? Os caras disseram que eu era um tecnocrata irresponsável, e eu dizia: “Ah, esse cara não entende nada de política”. E aí eu chamei a Sandra. “Sandra o negócio está preto aí”. Você fica quieto, que você está com a caneta na mão. Eles vão chegar, está entendendo? Não dá entrevista, não fala nada. Começa a implementar esse troço aqui. Os secretários foram todos técnicos, não tinha ninguém indicado por vereador, não tinha ninguém. Por isso que eu pude fazer, modéstia a parte, uma boa administração. Porque eu só tinha, como o Faria Lima no governo, o pessoal dele era tudo técnico na área, está entendendo? Foi fácil administrar assim, não é? Bom, aí eu fiz esse caos todo, a Sandra chegou lá e disse: “Não, fica quieto, que daqui a pouco eles vão te procurar.

M.M. – Vão chegar...

R.F. – Aí não deu muito, passaram duas semanas o presidente da câmara veio falar comigo: “a seu prefeito eu queria falar com o senhor”. Eu digo: “perfeitamente”. “Pois é, essa alteração aí..”. “É, o meu prezado, essas coisas tem que acontecer, e agora eu vou fazer um concurso público para o pessoal administrativo, concurso público para professor....”. “Ah, quer dizer que nós vamos perder as professoras que nós indicamos e vamos ficar impedidos de nomear outras?”. “Não, se as professoras que vocês indicaram são competentes elas vão passar no concurso. Agora você há de convir o seguinte, que educação é uma coisa que é fundamental, não é? Se a gente vai botar professor aí que não, não é, que não tem condição, vai ser difícil educar as pessoas”. “Quer dizer que nós vamos perder a que nós indicamos? E não vamos poder indicar outras?”. “Lamentavelmente é isso que vai acontecer, está entendendo? E vou fazer um concurso para auxiliar de escritório, por que tem gente aqui que é datilógrafo e não bate a máquina, *pô*, está entendendo? Como é que a gente vai fazer essa história? E tem alguns cargos que realmente não vai ter concurso público, como merendeira, está entendendo? E motorista, está entendendo? Alguns cargos, menores, vocês vão poder fazer indicação. “Ah, está bem, não sei o que lá”. Não gostaram, nada, do negócio. Mas aí eu

comecei a implementar essas coisas, está entendendo? Fiz um concurso público, primeiro concurso público para professor. Primeiro concurso público para auxiliar de escritório, está entendendo? E para esses outros cargos menores, eu deixava que os vereadores indicassem, está entendendo? “Ó, existe uma vaga que não sei o que. Você me indica”. Os vereadores da Arena, não é, que era o meu partido.

M.M. – Era a maioria, não era? A Arena era maioria, na.....

R.F. – Era. Era maioria. Era maioria na câmara. Eu não era da Arena, nenhum de nós era. Depois é que nós todos nos filiamos.

E eu estabeleci com eles, um acordo o seguinte: “Ou você me indica uma pessoa para um determinado lugar, e aqui o meu pessoal vai fazer um teste. Se a pessoa passar, é admitida, se não passar, você indica outra, a vaga é sua. Agora você chega para essa pessoa e diz: ‘Oh, meu amigo, eu indico você para motorista você não sabe dirigir’ . O que acontece é o seguinte, se você....

M.M. – [risos] é, um pouco difícil.

R.F. –”começa a indicar pessoas para a prefeitura que não tem qualificação, depois você reclama que a prefeitura não funciona”. Como a gente faz aqui: “Ah, porque a prefeitura não resolve, porque o governo não resolve”. Porque são nomeadas pessoas sem condição então não há como a gente fazer, então “você podem indicar as pessoas para os cargos que eu não vou fazer concurso agora, ainda. Mas elas têm que passar”. O concurso para datilografia eu só fiz um pouco adiante. “Então você pode indicar uma datilógrafa, está entendendo, mas ela tem que saber bater a máquina. Quer dizer, o pessoal da secretaria de Administração vai fazer um teste. Se ela não passar, você diz para ela: ‘Pô, minha filha, você quer ser datilógrafa e não bate a máquina.’ Você indica outra, até que você indique que saiba bater a máquina ela vai ser nomeada, está entendendo?”. Ah, então está bem assim, etc.”. Depois que peguei o seguinte, eu tinha uma série de obras fundamentais, o túnel para São Francisco, o aterro lá da raia de Charitas. São Francisco não se vocês conhecem, aquilo tudo foi feito na nossa época lá, está entendendo? Urbanizei Piratininga toda. Quer dizer, tinha obras que eu considerava

fundamentais, não é? O alargamento da Marquês Panamá e São [inaudível] de Melo, a pessoa que chegava da ponte já tinha que entrar por umas outras ruas etc. E eu tinha que, também, uma série de ruas que não estavam pavimentadas, não é. Aí eu chamei os vereadores e disse o seguinte: “Olha, mandei levantar todas as ruas que precisavam ser pavimentadas que tinha que ter instalações hidráulicas, etc. nos vários bairros”. Depois eu chamava o vereador daquele bairro e dizia: “Olha, aqui eu tenho que pavimentar essas ruas todas. Você escolha a rua que você quer. E nós fazemos o seguinte:” Todo o sábado eu saía com eles. “Eu vou com você lá nessa rua, vou tomar um café lá com o seu eleitor, vou prometer essa rua e depois vou lá na inauguração. Porque essa rua está no meu programa, quer dizer, eu tinha que fazer um monte de pavimentações. Em vez de fazer aleatoriamente eu podia fazer por indicação do vereador que não custava nada fazer isso.

M.M. – Essa vocação política que o senhor está demonstrando aí, foi aprendida com a Sandra ou é inata?

R.F. – Não, eu acho que essa é inata.

M.M. – É inata. É inata.

R.F. – É, porque é uma maneira que você tem, não é, eu tenho uma porção de rua para asfaltar para mim não faz uma como outra, não é?

M.M. – Não. Sim. Claro.

R.F. – E o que o vereador, eu pensei também o seguinte. Esse cara daqui há quatro anos ele vai ter que voltar e vai ter que pedir voto. Ele tem que ter alguma coisa, está entendendo?

R.M. – E é mais fácil fazendo isso e tirando as outras nomeações, já que tinha que tirar.

R.F. – É as outras nomeações. Porque ele tem... Inclusive eu falava: “Você nomeia uma pessoa, você tem o voto dessa pessoa e tem uma porção de gente contra você que não foi

nomeada. Agora se você pega uma rua, pavimentada, coloca a parte de escoamento de água pluvial, etc. todo aquele pessoal da rua vai votar em você, está entendendo? E depois vocês também prometem muita coisa que depois o prefeito não cumpre, não é? E como é que você vai chegar daqui a quatro anos e dizer. ‘Pô, como é que foi?’. Então eu estou propondo a vocês a fazer uma aliança dessa forma. As obras fundamentais, essas, eu que decido”. Agora essas de fazer pavimentação ou por exemplo escola” – que nós construímos várias, está entendendo? Aí foi o meu secretário de educação que eu digo: “Olha você...” ele era inclusive dono de colégio particular. “Aonde que você acha que nós estamos precisando de colégios?”. Não é? E ele dizia...Uma vez ele chegou para mim e disse: “Olha, vamos fazer um jardim da infância numa favela, lá no morro do Cavalão”. Eu digo: “O que? Você está maluco rapaz. Fazer jardim da infância em favela, isso é coisa de...” “Não, doutor, você está enganado. O que acontece é que o sujeito chega no primeiro ano aqui e não consegue aprender a ler porque ele tem lesões cerebrais irreversíveis por desnutrição na primeira idade. É fundamental a gente fazer um jardim da infância na favela, para que essas crianças possam aprender a ler, escrever, quando chegarem no primeiro ano”. E foi um sucesso total. É o cara que a gente vai ensinar a usar a escova de dente, a usar o vaso sanitário, etc. com uma série de...Eu digo: “É, você tem razão”. Porque a primeira reação minha foi: “É um absurdo, a gente precisando de escola em todo lugar, fazer um jardim da infância numa favela [risos], está entendendo? Morro do Estado”. E ele me disse que eu estava enganado. E achei ele tinha toda a razão. Então quando eu descobria lá, ele definiu lá os locais que eu precisava. Eu chamava os vereadores do local, dizia: “Olha, nós vamos fazer uma escola na sua área. Eu vou lá com você”. Porque todo sábado eu saía com todos, cada sábado com um vereador lá na área dele para prometer essas coisas que eu já sabia de antemão que eu tinha que fazer e que eram necessárias, certo? “Então você vai lá prometer uma escola, poxa, isso vai te dar voto para caramba. E nós vamos fazer a escola”.

M.M. – Como é que o governador Faria Lima via essa sua... Esse seu desembaraço político?

R.F. – Não, ele me considerava um cara excepcional. Depois teve o seguinte, em todas as placas dizia assim: “Governo Faria Lima, prefeitura municipal de Niterói”. Eu nunca botei o meu nome em nenhuma placa. Nem que quando os vereadores iam e botava: “Agradecemos

ao...”. Eu dizia: “Não bota o meu nome lá”. Primeiro porque eu queria ir embora de lá, para voltar para a área elétrica. E segundo, que eu não era candidato a nada. Não é, não queria ser candidato a nada. Então em todos eram “Governo Faria Lima, prefeitura municipal de Niterói”. O que depois, agora, veio a ser proibido hoje. Mas eu não botei meu nome em lugar nenhum. E ele via que as coisas começavam a acontecer, que aconteciam mesmo, não é? A Sandra era a minha aliada política lá, me explicava como é que essa coisa funcionava e o Ronaldo Costa Couto, me ajudava nas dificuldades que eu tinha e o meu secretário de Fazenda era um cara fantástico, porque ele tinha trabalhado toda a vida dele aqui na Guanabara. Na secretaria de Fazenda, não é? Então ele fez uma série de modificações lá, de... Que eu me lembre, no primeiro ano eu já aumentei a minha receita em quase 100%, está entendendo? E depois eu como era egresso da área elétrica, eu tinha algumas coisas que eu poderia fazer. Por exemplo, eu cheguei lá para a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e “Escuta você vai me dar as contas, por exemplo, de posto de gasolina, etc., está entendendo? Consumo de energia”. Porque o consumo de energia é diretamente proporcional ao que o cara fatura. E o imposto do ISS é pago sobre faturamento. E o cara sonega, não é? Haja vista em restaurante que não dá fatura. Mas se você compara a conta de luz, está entendendo, com o ISS tem alguma coisa errada, não é? Se o cara [risos] gasta de luz tanto, e a companhia me deu todos os consumos de energia dos principais pagadores de ISS. Isso foi ideia do meu secretário, não, quer dizer, ele queria concentrar nas principais. O negócio da energia foi ideia minha. Eu disse: “Bom, eu vou pedir para a Brasileira para ela me dar o consumo de energia desses grandes consumidores, porque deve corresponder ao ISS, se não corresponder você tem a condição de arbitrar. Mas não precisou. Chamava o cara e dizia: “Olha, a sua conta de luz aqui, você consome tanto, você paga tão pouco de ISS, tem alguma coisa errada”. Não, não, o senhor...”. Pronto, a coisa toda melhorava. E uma coisa engraçada que aconteceu eram os motéis que existiam que não pagavam quase nenhum de ISS, aí [risos], combinei com o meu secretário de Finanças de fazer o seguinte: botava uma viatura da prefeitura estacionada do lado do motel [risos]. O cara não entrava, não, o cara não entrava, quando ele via uma fiscalização ali ele passava e ia para outro.

M.M. – [risos]

R.M. – [risos]

R.F. – Aí, no final então... Eu estou contando essas coisas eu não sei se vocês quiserem editar. Depois vocês editam. São coisas engraçadas que aconteceram lá. Aí os caras chegaram lá, os caras do motel, fizeram um acordo. Eu sei que a minha arrecadação aumentou quase 100% no primeiro ano.

M.M. – Para um técnico, o senhor era bem heterodoxo.

R.M. – [risos]

R.F. – Pois é, eu descobri isso depois.

M.M. – Medo dos heterodoxos, não é?

R.F. – Descobri... Pegava as idéias dos outros também ,não é? E depois eu usei o meu pai que era militar e que era amigo do Golbery, não é? E eu fiz um programa esse programa todos aqueles aterros, túnel, etc., está entendendo? Mandei fazer, contratei um projeto, fiz aqueles projetos todos. E fui conversar com ele, que eu queria um dinheiro a fundo perdido, está entendendo. Para fazer o túnel e queria um financiamento do Banco do Brasil, na época dez milhões de dólares, que na época era dinheiro pra caramba. Para fazer essas obras todas, está entendendo. E o Banco do Brasil me deu o financiamento de dez milhões de dólares para fazer essas obras. E aí eu entrei com essas obras, como contrapartida, e pedi ao governo federal dinheiro a fundo perdido para fazer o túnel. E graças ao Golbery, então o Faria Lima me dizia que eu consegui dinheiro por parte das cortinas, porque eu não pedi isso ao governador não. Eu pedia ao Golbery e o Golbery autorizou lá. Depois até, ele ficou meio assim, porque eu convidei o general Geisel, para uma das nossas reuniões eu convidei o general Geisel para visitar Niterói. A revelia dele, o Faria Lima não gostava muito dessas coisas não. E o general disse: “Olha, se tiver alguma obra lá do governo federal lá eu vou...” Eu disse: “Tem governador, tem o túnel que o senhor está dando a fundo perdido e tem um

centro social de urbanização que eu fiz na Ilha da Conceição. Que também foi dinheiro a fundo perdido do governo federal”. “Ah, então eu vou”. E foi.

M.M. – Mas também a fusão era um pouco a menina dos olhos do governo federal. Do Geisel, especificamente, não é?

R.F. – Do Geisel. Claro. Tanto que ele deu a Niterói, ele cedeu os 100 milhões e mais o dinheiro do túnel porque a cidade tinha sido prejudicada, porque perdeu aquela condição de capital, não é? Onde todo mundo afluía para conseguir as coisas do governador e passou a ser a capital do Rio de Janeiro, aonde os políticos afluíam. Mas o Faria Lima botava tudo para correr. Porque, ele era complicado para atender os deputados, etc.

M.M. – Pois é. Por isso que eu perguntei como é que o Faria Lima via essa, essa sua disposição para negociar politicamente.

R.F. – Não, é engraçado a maneira como é que o Faria Lima raciocina, porque uma vez tinha o seguinte; havia nessa comparação dos funcionários do Estado do Rio com o Estado da Guanabara, havia uma série de reivindicações, não é? De igualar os salários, evidentemente, pelo mais alto. E uma vez, eu fui com ele a um... Não me lembro qual foi o município, e os deputados lá da região vieram pedir a ele para equiparar acho que professor, ou uma coisa qualquer.

M.M. – Eu era professora da Guanabara.

R.F. – E ele tinha um decreto já, que o Wilmar Pereira Marinho feito, fazendo a tal equiparação, não é? Poxa, qualquer sujeito que tem um decreto pronto, que os deputados [risos], vão e pedem, eles perfeitamente vão entender, não é? “Vou atender, mas não é porque vocês estão pedindo não.

M.M. – É isso mesmo.

R.F. – “Porque o decreto já está pronto na minha mesa [risos]”. A senhora acredita?

R.M. – Acredito.

M.M. – Acreditamos. Até as festas de Natal que a Dona Hilda

R.F. – Fazia...

M.M. – Fazia, ele não queria dividir com os deputados e prefeitos e vereadores. E dizia que aquilo era da mulher dele. Então por isso que eu perguntei. Ele conta aqui.

R.F. – É. Ele foi e disse: “Eu vou fazer, mas não é porque vocês estão pedindo não é porque eu ia fazer mesmo”. Puxa vida, é perder uma chance, não é, de dizer “vou fazer e faço amanhã”. Não é. Mas era o jeitão dele, está entendendo?

M.M. – A gente pode até chamar a cena o que talvez seja o oposto do almirante Faria Lima que é o Amaral Peixoto, que também veio da Marinha. Como é que o senhor se dava com o Amaral Peixoto? Quer era um grande nome da política fluminense, de Niterói.

R.F. – Ahhhh... Eu nunca estive com ele. Tinha estado com o genro, não é?

M.M. – Que foi o seu sucessor.

R.F. – É. Que foi o meu sucessor. Inclusive foi o meu sucessor porque o Amaral tinha sido pai de todos os Estados do Rio. Várias pessoas já me diziam: “Eu voto ao comandante porque foi graças a ele que eu consegui financiamento da minha casa etc.”. Ele autorizava e a Caixa Econômica, autorizava, na época ele era interventor. O que o cara pedia que ele queria fazer ele fazia e fazia mesmo. Então apesar do grande popularidade que eu saí da prefeitura os caras me diziam: “Olha, eu vou votar, não voto no senhor, estou votando no comandante porque no caso...

M.M. – Moreira...

R.F. – Vou votar no comandante porque eu devo a ele o emprego da minha filha, minha casa, não sei o quê.” Ele, realmente, fez muita coisa para o Estado do Rio. E ele era um sujeito, até o ponto que eu sei, de ser honesto e correto. Não era essas coisas que acontecia, que acontecem hoje. E eu nunca tive contato nenhum com ele, nem com a Dona Alzira. Só na posse do Moreira Franco é que eu tive com a Alzira e com o Moreira Franco, não é, na posse do Moreira Franco. Mas aí eu comecei a entrar em ritmo, está entendendo? E comecei então a analisar uma série de coisas que são problemas que eu considero fundamentais, por exemplo, a questão da infância abandonada, não é? Eu tinha lá, eu tinha um acordo com a Dona Mirtes, que era secretária da Educação.

R.M. – Secretaria de Educação.

M.M. – [inaudível]

R.F. – Eu tinha um acordo com ela lá. É. Mulher inteligente, capaz, etc. mas minha amiga íntima, não é? Mas complicada para administrar que era um horror. Fez um ótimo...

M.M. – Por quê? Por quê?

R.F. – Porque ela não olhava muito para a área financeira.

M.M. – Ahhhhh..

R.F. – Está entendendo. Ela administrou aqueles colégios de Niterói que era o melhor colégio de Niterói, longe. Mas assim ele estava a quilômetros de distância.

M.M. – O Centro Educacional, não é?

R.F. – O Centro Educacional. De competência na formação das pessoas. Mas a parte financeira não era com ela, está entendendo? Então e ela era um pessoa sonhadora e profundamente humana. Profundamente humana, está entendendo? Eu gostava muito, muito dela, mesmo. Ela esteve lá em casa jantando várias vezes, etc. ela brincava comigo e dizia: “O senhor que devia ser prefeito do Rio. E não o Tamoio”. Porque ela não se dava com o Tamoio e comigo ela se dava as mil maravilhas, está entendendo? Eu tinha um acordo com a Feen, eu acho que era Feen na época, Fundação Menores, qualquer coisa assim. Eu tinha duzentas meninas lá, está entendendo? Dessas duzentas meninas, Dona Marly, umas 50 % estavam grávidas, está entendendo? E eram escuras, está entendendo? Então eu tinha alateri um orfanato que tinha cento e tantas criancinhas escuras, está entendendo? E que eu cheguei à conclusão que esse instinto maternal não é instinto, ele é formada através da educação, da família, etc. Porque essas meninas tinham as crianças e não queriam nem ver. Queriam dar, está entendendo? Porque era problema para elas, e ia ter que sustentar ia ter que fazer, etc. E a gente então, elas tem que ser liberadas aos 18 anos, elas ficavam dos 14 aos 18. A gente ensinava um ofício, datilografia naquela época existia, não é? Costura, corte, tinha uma série de coisas. Mas aos 18 anos ela era obrigada a sair e, lamentavelmente, grande parte ia para a prostituição. Mas o problema maior eram as crianças. Essas criancinhas, está entendendo? Porque a maioria que adota, quer adotar loirinho de olho azul, não é? Porque o pessoal escuro tem muitos filhos e não querem adotar nenhum, não é verdade? E eu, durante muitos anos, eu e a Neli, fomos participamos daquelas pastorais todas, sou católico ela também é, e nós participávamos da equipe de Nossa Senhora. A quarta equipe de Niterói era nossa. E nós dávamos aula de curso de noiva, aquela história toda. Participávamos. Tínhamos uma atuação muito forte na área católica, inclusive durante o Concílio Ecumênico que todas aquelas transformações que o Concílio Ecumênico com João XXIII que ninguém acreditava nele, não é? E que revolucionou a religião católica e inclusive mudando o código canônico, etc., e nós dávamos aula. Para dar essas aulas de noiva, eu tive que ler muito a esse respeito, estudei lá o Vaticano II, aquelas encíclicas, *rerum novarum*, eu tive que ler essas encíclicas todas, para poder dar aula em curso de noiva.

E eu cheguei a conclusão que nós tínhamos que fazer alguma coisa muito séria em termos de planejamento familiar. Nessa altura eu soube que houve no Canadá, em Vancouver, um seminário sobre assentamentos humanos, aliás, a melhor coisa que eu já li até hoje. E lá tinha

de tudo, esgoto, água, educação, etc., tinha um pavilhão eu não esqueço, tinha escrito assim: “Se você já tem idade de ser mãe, já tem idade de saber como evitá-lo”. Era o título lá. E lá eles então tinham uma série de panfletos sobre os métodos anticoncepcionais, DIU, ligaduras de Trompas, camisinha, que hoje é uma... Antigamente era palavrão, hoje já é normal, não é. Camisinha, e ligação de trompa...

M.M. – Pílula.

R.F. – Pílula, aquela história toda. E eu voltei de lá e disse para a Neli: “Neli nós temos que fazer um programa semelhante a esse aqui”. “Mas como é que nós vamos fazer?”. O Bispo Dom José era meu amigo por causa dessas minhas participações aí. Tudo quanto era troço católico eu era prefeito participava, continuei dando aula em curso de noiva e tudo. E eu chamei o Dom José: “Dom José, vem jantar aqui em casa que eu quero conversar com o senhor”. E ele foi e levou o monsenhor da pastoral familiar que era um padre lá. E mais um outro amigo meu das equipes da Nossa Senhora, o Cleber. Que depois virou até conselheiro do TCU, que era um cara muito inteligente, muito meu amigo. Digo, Dom José, o problema é o seguinte: “Eu quero fazer aqui um programa de planejamento familiar”. Eu estou falando de 1970 e pouco. “Porque eu estou convencido do seguinte, essas crianças que estão aí, essas cento e tantas crianças o que elas vão ser na vida? Sem pai, a mãe abandonou, está entendendo? Como é que elas vão, como é que a gente vai resolver esse pessoal vai pesar na previdência, vai pesar na saúde, vai pesar na educação, nós estamos criando uma sub-raça, está entendendo? E nós temos que fazer um programa de planejamento familiar, como o Bispo é meu amigo eu não vou fazer uma coisa dessa sem conversar com o senhor. A minha ideia é a seguinte, eu tenho um programa aí de leite, entrega de leite materno infantil, eu queria junto com esse programa, entregar, eu trouxe do Canadá esses panfletos todos aqui, etc., queria entregar e as assistentes sociais darem uma orientação para essas moças, para que elas não tenham essa quantidade enorme de filhos, está entendendo? Aí o monsenhor lá: “Porque o código canônico antigo...” bom depois a gente corta isso se não for para gravar. Se a senhora achar que não deve.

M.M. – Não, não.

R.F. – O código canônico antigo, admite o seguinte que a relação sexual era só para procriar, tinha que ser procriação, etc., tanto que a masturbação masculina era considerada pecado, porque jogava o sêmen fora. Estou falando francamente, depois a gente corta isso [risos].

M.M. – [risos]

R.F. – Do depoimento, se a senhora achar que deve cortar. Mas o código canônico alterou isso e considerou que a relação sexual era fator de harmonia conjugal, certo? E que a pessoa então não precisava ter essa consideração, mas sugeria que fosse feito o controle através dos métodos naturais. Que é hoje, aquela tabelinha, etc. Então veio lá um monsenhor, esse da pastoral familiar: “Ah, mas isso aí nós tínhamos que fazer pelos métodos naturais. Métodos...”. Eu digo: “Monsenhor, o senhor me desculpe, mas disso o senhor não entende. Tem uma porção de filhos aí da... Além mdo ais o sujeito está numa favela o sujeito quer ter uma ralação a mulher vai “hoje não só quinta feira”, leva um tapa e vai de qualquer jeito. Esse assunto o senhor não entende, está entendendo [risos]. E o bispo me apoiou, Dom José estava lá para dizer: “Pois é, o dr. Ronaldo tem razão”. Está entendendo.

M.M. – Ah, é.

R.F. – Ele diz o seguinte: “Oh, eu não vou defender o seu programa. Mas o senhor não vai ter uma palavra contra isso. O senhor pode fazer o programa dessa maneira que o senhor está falando. Quer dizer não é compulsória, é opcional ela escolhe o método que ela quer usar. Mas o senhor dá a informação que é isso que é importante, porque essas crianças pensam na mãe, não pensam no pai. Porque o pai vai embora e a mãe fica o resto da vida com essa criança tendo que sustentar com todo esse afeto que tem, etc.” E ele concordou com isso. E nós começamos esse programa. Inclusive tinham coisas engraçadíssimas, que dava as pílulas, a moça tomava todas as pílulas num dia só. Ou então esquecia “Ah, eu esqueci e no outro dia eu tomei quatro”. E as assistentes sociais iam explicando essa história toda e começamos a fazer esse programa que infelizmente, não sei porque o Moreira Franco, que era sociólogo,

suspendeu. Eu, que era engenheiro [risos], montei o programa. Eu estou convencido se tivesse ido adiante, mas hoje tem trinta anos...

M.M. – Tomou gosto pela política?

R.F. – Nenhum. Tanto que eu quis voltar para a área nuclear. Mas aprendi muito.

M.M. – Mesmo a partir dessas experiências.

R.F. – Não, mas isso, eu aprendi muito com isso. É uma experiência pessoal valiosíssima, está entendendo. Porque eu comecei a ver outras coisas que eu não via. Esse aspecto social, não é. De criança abandonada, planejamento familiar, está entendendo? Educação, essas coisas todas, *pô*, eu era um cara tecnocrata até a raiz dos cabelos. Eu só falava em cronograma, custos, dinheiro e energia.

M.M. – O senhor entrou na campanha eleitoral que elegeu, acabou elegendo o Moreira? O senhor fez campanha em 76?

R.F. – Não, não fiz. Eu dei apoio ao Valdenir, publicamente, em jornal, etc. Mas nunca sai, nem participei de comício. Eu não tinha jeito para essas coisas, inclusive os caras de lá “Doutor vamos dar uns tijolos lá para não sei aonde para fazer uma casa”. “Tijolo de quem?”. “Da prefeitura”. “Negativo”. “Não sei o que ‘dar tijolo’, manda o vereador dar o tijolo do bolso dele”. Porque esse negócio você usar negócio da prefeitura para eleger A ou B ou C não tem. E o Valdenir foi muito bem votado, o Moreira Franco ganhou por pouco. Tanto que na eleição seguinte queriam que eu fosse candidato eu digo: “Mas nem morto”. Eu indiquei o Valdenir, não, antes disso, o Faria Lima me chamou disse: “Ronaldo você está lá” [risos], eu já estava na Nuclen, “e eu queria eleger um deputado para defender o meu governo queria que você fosse candidato”. Eu digo: “Eu? Governador, prefeito ainda vai lá, mas candidato a deputado, nem morto”. “E quem você indica?”. “Eu indico o Valdenir”. Está entendendo? E o Valdenir se elegeu deputado assim da primeira vez, com os votos do apoio do Faria Lima e meu. “Eu não quero ser deputado de jeito nenhum”. “Mas eu preciso de um deputado para

defender o meu governo”. “Faria Lima, o Valdenir defende”. E o Valdenir depois que tinha sido candidato para prefeito, foi eleito, tinha sido candidato a deputado se elegeu prefeito fácil, na sucessão do Moreira Franco que queriam que eu fosse candidato, teria sido eleito, mas não estava na minha praia, não é? Bom, aí quando foi em 77, sempre as coisas assim surgiram de repente. Eu recebo o aviso...

M.M. – Aí, novembro de 76, março de 77, o senhor estaria livre.

R.F. – Março de 77 eu acabei, entreguei.

M.M. – Voltando para Furnas.

R.F. – Voltei para Furnas. Entreguei, não antes de voltar para Furnas...

M.M. – Hã?

R.F. – No final de 76, quando já tinha sido eleito o Moreira Franco, etc., e eu estava preparando a minha saída do governo. Eu recebi a visita do Hércules Dutra, filho desse Benedito Dutra.

M.M. – Sim...

R.F. – Que era diretor financeiro da Nuclebrás, junto com o Paulo Nogueira Batista. E que era meu companheiro de Furnas. Ele chegou lá, me contou, disse: “Olha, eu queria que você fosse conversar com o Paulo Nogueira Batista”. Eu digo: “Quem é Paulo Nogueira Batista?”. “Ah, é o presidente da Nuclebrás”. Eu disse: “Ué, Com todo o prazer, não é?”. Aí cheguei lá o Paulo me disse: “Olha, nós estamos criando, nós entramos nesse programa do programa nuclear brasileiro, nós criamos um... Fizemos um acordo com a Alemanha, para uso pacífico da energia nuclear. e dentro desse acordo nós vamos criar uma série de empresas em associação com a KVU, na área de engenharia, na área Nuclep, Nuclen, Nustep, Nuclei etc. E eu queria você para ser diretor superintendente da Nuclen”. Eu digo: “Olha eu estou

felicíssimo com esse convite Dr. Paulo, porque eu estou saindo da prefeitura, que não tem nada a ver comigo. Vinha da área nuclear desde Angra 1 e eu vejo isso como uma oportunidade excelente para mim. Aceito com o maior prazer”. Então quando eu fui em janeiro de 77, que eu estava para sair da prefeitura, eu já estava convidado para ser diretor superintendente da Nuclen, da Nuclebrás Engenharia, que era a empresa encarregada da engenharia e da o que a gente chama EPC, Engineering Project and Construction, da construção da usina de Angra 2 que pertencia a Furnas. Quer dizer, a Nuclen ia ser a empresa que faria o projeto de engenharia e a... Tecnicamente acompanharia a construção da Usina de Angra 2 junto com a Alemanha.

M.M. – Quer dizer, o senhor teria sido... Foi muito bem avaliada a sua atuação, portanto, em Angra 1?

R.F. – Provavelmente. Tinha a prefeitura também, sei lá porque. Eu nunca sei, eu nunca soube por que. A senhora sabe, eu sou uma pessoa, eu digo sempre a minha mulher, super felizado. Porque eu nunca pleiteei cargo nenhum, nunca pedi para ser nada, está entendendo? E sempre fui convidado, assim, de surpresa, está entendendo [risos]? O que me deu sempre uma liberdade fantástica para atuar, porque eu não tinha sido indicado com ninguém, a não ser pelo Heleno Nunes para ser prefeito. Foi depois disso às coisas vieram assim, caíram do céu, está entendendo? E eu pessoalmente, eu nunca tive indicação política nenhuma, então eu não deveria, eu não devia nada a ninguém, quer dizer, eu podia atuar com toda a liberdade, está entendendo? Porque eu tinha sido convidado por pessoas técnicas e que comungavam comigo do mesmo espírito. Foi o caso do Paulo Nogueira Batista, não é?

Então nós começamos aí o acordo com a Alemanha e aí esse acordo foi um acordo, realmente, fora de série. Porque o que aconteceu é o seguinte, com o choque do petróleo, não é, em que o primeiro e o segundo 73, e o segundo petróleo....

M.M. – 79.

R.F. – É, 79. Saiu de dois dólares para trinta, quarenta. O general Geisel, que era um cara muito assim... Projetava muito o futuro, viu que nós iríamos precisar da energia nuclear em grande quantidade, não é? Então fez um acordo... Como nós tínhamos comprado Angra 1, isso vai demorar hein. Como nós tínhamos comprado Angra 1 dos Estados Unidos...

M.M. – Ah, vamos marcar outra...

R.F. – Como nós tínhamos comprado a outra dos Estados Unidos. A nossa tendência era fazer um acordo com os Estados Unidos. E o governo tentou fazer isso, procurou lá o pessoal americano, mas eles transfeririam a tecnologia do combustível, isso para eles era um tabu, como depois até nós viemos a sofrer com isso. E não havia a menor condição ser transferido para o Brasil. E a Alemanha, dos países consultados, foi aquela que se propôs a fazer uma transferência de tecnologia completa, da construção do projeto, da construção da usina nuclear para o Brasil.

M.M. – O senhor chegou a ouvir, por exemplo...

Marcela – Posso pedir uma pausa para trocar a fita?

M.M. – Ah, então é... Porque nós já vamos, seria bom terminar um pouquinho. Só para...

R.F. – A senhora que sabe.

M.M. – Só para fechar isso. O que vocês acham?

R.M. – Eu acho que sim. Que aí a gente fecha isso e aí....

M.M. – Fechava isso e entrava para frente.

R.F. – É que o acordo nuclear tem muita coisa para falar.

M.M. – É?

R.F. – Ah é. Porque é de 77 até 2000 e...

[FINAL DO ARQUIVO 2]

2ª Entrevista: 16/11/2009

M.M. – Então, como nós vínhamos conversando agora há pouco, gostaríamos exatamente de retomar a nossa entrevista pelo acordo nuclear com a Alemanha. Quando o acordo foi assinado, em junho de 1975, o senhor estava na prefeitura de Niterói.

R.F. – Exatamente.

M.M. – O senhor chegou a discutir com alguém, com algum seu colega de Furnas sobre o projeto nuclear, lá na prefeitura de Niterói?

R.F. – Não, absolutamente.

M.M. – O senhor não teve contato nenhum.

R.F. – Nenhum. Por isso eu estou até à vontade para falar sobre esse acordo nuclear, porque eu não participei do conceito, da criação nem da elaboração. Quando eu entrei como diretor superintendente da Nuclen, que era a Nuclebrás Engenharia, quer dizer, era a empresa encarregada da construção das usinas, foi até uma surpresa para mim, quando eu fui convidado. Quer dizer, eu tinha um passado nuclear, mas eu não imaginava que, quando eu saísse da prefeitura, eu receberia o convite do Paulo Nogueira Batista. E eu, então, quando recebi o convite, eu me sentei para verificar o que era aquilo que eu ia começar e fiquei surpreso com a competência das pessoas que montaram o acordo. Porque de todos esses acordos que houve aqui no Brasil, esse é um daqueles que tem princípio, meio e fim. Eles sabiam exatamente o que eles queriam, se prepararam e se instrumentaram para poder levar

a bom termo a tarefa que tinham dado a si próprios e executaram aquilo com uma grande efetividade.

Então, primeiro que tudo, eu soube que houve uma tentativa de acordo com os Estados Unidos. Quer dizer, naquela época, andando um pouco para trás, nós tínhamos tido o primeiro choque do petróleo – nós importávamos, na época, 80% ou mais do petróleo que nós consumíamos –, e o Geisel, dentro daquela ideia de “Brasil Grande” etc. – e a energia nuclear estava explodindo nos Estados Unidos, eles estavam fazendo essas 104 usinas que eles têm hoje, e no mundo inteiro isso estava acontecendo –, o Geisel disse que era a hora de nós entrarmos nessa nova era do projeto nuclear.

Furnas já tinha feito Angra 1, nas circunstâncias em que eu lhe falei, de que o Cotrim [John Reginald Cotrim] quis entrar nessa nova tecnologia, mas o Geisel transformou isso num grande projeto. E a primeira coisa era ter uma tecnologia completa. Porque o que mais se discute no programa nuclear é a questão da fabricação do combustível. É um ciclo que sai do urânio natural, da mina, e vira combustível dentro do reator. O urânio natural, o 238, infelizmente, ele tem um percentual muito pequeno do 235. E é o 235 que é o fissil, quer dizer, aquele que produz a reação nuclear. E na natureza, da ordem de 0,7 a 0,8% do minério é esse minério fissil. O resto é 238, que não é fissil. Então, tem que se aumentar essa proporção do urânio-235 dentro do combustível, para ele poder alimentar um reator. O problema da fissão nuclear é que os nêutrons, ao se chocarem – vocês já analisaram isso com alguém que lhes explicou, com o Gabriel...

M.M. – Com o Gabriel Hargreaves, exatamente.

R.F. – Há uma redução de massa e a massa se transforma em energia, naquela velha equação do Einstein de que a energia é a massa pelo quadrado da velocidade da luz [$E = mc^2$]. Essa pequena massa que ele perde, multiplicado pelo quadrado da velocidade da luz, dá um poder exotérmico fantástico. Quer dizer, é um poder calorífico imenso, sem gerar CO₂ nem efeito estufa, porque ele não queima nada, é uma reação nuclear. Então, havia que enriquecer esse urânio, senão ele não serve como combustível. E essa tecnologia é defendida aí pelos poucos que há tem, por causa da não-proliferação – porque na medida em que a senhora enriquece

4% para botar num reator, pode enriquecer 90% e fazer uma bomba atômica. Então, eles têm uma restrição enorme a isso.

Por isso, quando nós fizemos... quando eles fizeram – eu não estava lá nessa época – uma tentativa de acordo com os Estados Unidos, os Estados Unidos disseram que a tecnologia do combustível, eles não transfeririam.

M.M. – O Congresso, eu acho que não deixa, não é? O Congresso norte-americano, eu acho que tem restrição quanto a esse tipo de transferência de tecnologia muito sensível, não é?

R.F. – Mas é muito relativo, dona Marly, porque a senhora veja como isso varia no tempo e no espaço. Durante muitos anos, a Índia não assinou o Tratado de Não-Proliferação [TNP]. Até hoje não assinou. Então, durante muitos anos, os Estados Unidos foram proibidos de exportar urânio ou qualquer coisa ligada ao nuclear para a Índia. Recentemente, ainda no final do governo Bush, ele propôs e o Congresso aprovou um acordo com a Índia que permite hoje que os Estados Unidos exportem combustíveis para a Índia, desde que esse combustível não seja usado em atividades militares nem em usinas destinadas à área militar. Mas quem diz quais são as usinas que são militares ou não são é a Índia. Então, é uma coisa muito relativa: se ela disser “essa aqui não é militar”, pode receber urânio; “aquela lá é militar”, não pode. Agora, quem decide é ela. Então, o próprio Congresso ficou, durante algum tempo, impedindo que os Estados Unidos assinasse. Mas acabou assinando.

Fato é que fosse pelo Congresso ou fosse pela decisão... Porque nós, diga-se a bem da verdade, na época, também não tínhamos assinado o Tratado de Não-Proliferação, ainda. Então, por isso, houve restrições sérias dos Estados Unidos à transferência de tecnologia. E o governo procurou, então, o governo alemão, que se dispunha a transferir toda essa tecnologia, inclusive a do ciclo do combustível, que nos permitiria ser completamente autônomos.

Então, eles pensaram o seguinte: a senhora ia ter a mineração, para localizar o minério de urânio; depois, o enriquecimento do urânio, para poder utilizá-lo como combustível; a fabricação do combustível, na INB [Indústrias Nucleares do Brasil]; e o reprocessamento,

que é a fase final, quando a senhora pega o combustível irradiado dentro do reator e faz aquele reprocessamento a que eu me referi, retirando mais urânio e plutônio. O plutônio, então, é uma matéria-prima para uma bomba de plutônio, que é uma bomba com um poder destruidor fantástico – precisa de uma temperatura muito elevada, tanto que a espoleta de uma bomba de plutônio é uma bomba de urânio. Então, por isso eles limitaram essa transferência de tecnologia.

Mas no acordo com a Alemanha estava tudo contemplado, quer dizer, eles previram a mineração, o enriquecimento – o enriquecimento em todas as suas etapas – e o reprocessamento final. Tudo isso acordado com a Alemanha. Mas esse problema do enriquecimento – que é o mais sensível, porque pode levar a uma proliferação –, o acordo era com a Urenco, que é uma empresa da Europa que tem como sócios a Holanda, a Alemanha e a Inglaterra. Já estava tudo acertado, mas, segundo me disseram, na hora que ia ser assinado o acordo, a Holanda, por pressão americana, vetou a transferência da tecnologia da Urenco, que era uma tecnologia já aprovada, rentável e tudo isso.

Para não ficar sem o programa completo, a Alemanha se propôs a transferir para o Brasil um processo de enriquecimento que se chamava *jet-nozzle*, que era um processo que estava ainda em elaboração na Alemanha, estava em pesquisa – não era um processo acabado; era um processo em andamento. E esse foi o processo que a Nuclebrás comprou, dentro do pacote geral, com o objetivo de, juntamente com a Alemanha, ir melhorando esse processo para que ele consumisse menos energia. Porque o grande problema do *jet-nozzle* é o consumo de energia.

A senhora tem, hoje, praticamente duas tecnologias de enriquecimento já comprovadamente utilizadas: a ultracentrífuga, que é essa mais moderna, e a difusão gasosa, em que esse aumento do percentual do 235 é feito através de difusão gasosa. De qualquer maneira, para enriquecer, tem que se transformar isso em um hexafluoreto de urânio. Tem que ser transformado em gás para, depois, então, ser enriquecido. No processo de ultracentrífuga, como o urânio 235 é mais leve, quando a senhora roda, a parte mais pesada vai para fora e a parte mais leve, que é o 235...

M.M. – Sobe.

R.F. – ...sobe. Aí, vai-se fazendo, sistematicamente, esse enriquecimento. Na difusão gasosa, também: o gás do 235... é tudo transformado em hexafluoreto de urânio, o gás mais leve sobe, o gás mais pesado fica embaixo e se retira o gás mais leve. Foi o processo que os Estados Unidos usaram durante toda essa Guerra Fria – porque na hora que a senhora está discutindo ogivas nucleares, não importa o custo da eletricidade –, mas não é um processo econômico para gerar combustível para usina. Tanto que agora, nos últimos anos, os Estados Unidos estão entrando na ultracentrifugação – inclusive, a Urenco está montando uma usina de ultracentrifugação nos Estados Unidos –, porque agora o consumo de energia, que era muito grande na difusão gasosa e no *jet-nozzle*, na ultracentrífuga, ele é o menor possível, de todos esses processos.

Bom, então, nós começamos aí a fazer... O primeiro processo nosso era a construção da usina.

M.M. – Eu vou só fazer uma perguntinha. O senhor acha, das conversas que o senhor tinha, o senhor acha que esses receios dos Estados Unidos eram fundados? Eu estou perguntando isso no caso da aplicação dessa tecnologia, no caso brasileiro, para a bomba, para o emprego militar. Havia essa preocupação? O senhor acha que muito dessas alegações dos Estados Unidos, dessa preocupação tinha razões em um certo desejo, talvez, da cúpula militar brasileira de realmente ter a tecnologia para fazer a bomba atômica? Estava no horizonte?

R.F. – Olha, é difícil avaliar isso. Porque o que nós sabemos é que havia, lá em Cachimbo, uma escavação que o Collor mandou fechar e que *seria* para fazer um teste nuclear. Eu nunca consegui saber ao certo se isso era ou não era. Porque acontece o seguinte, nós tínhamos aí dois programas paralelos: nós tínhamos o programa oficial, esse da Nuclebrás, e tínhamos o programa militar, que era da Marinha, onde a Marinha desenvolveu essa tecnologia. E nós não nos falávamos, oficialmente. Porque nós tínhamos uma salvaguarda, quer dizer, todas as nossas etapas eram examinadas pela Agência Internacional de Energia Atômica, e a Marinha não tinha, era um processo autônomo. Então, eu nunca consegui saber exatamente se foi verdade ou se não foi verdade, se nós exportamos urânio para o Irã ou não, como dizem aí. Eu nunca consegui saber exatamente isso, porque havia uma certa barreira entre o programa

oficial e o programa militar da Marinha. Então, eu não sei quais eram as perspectivas. Mas, realmente, todo... Eu acho que todo o conjunto militar tem o desejo de ter a tecnologia de uma bomba atômica, não para usá-la porque ninguém é maluco de usar, pelos problemas, mas para ter um elemento de pressão, de negociação...

M.M. – De dissuasão.

R.F. – ...de dissuasão, de posição no cenário internacional: ele tem a bomba e o outro não tem, não é isso? Eu acho que seria até legítima essa aspiração. Por que não, não é? Desde que os militares tivessem uma aspiração de usar isso como uma arma de dissuasão, perfeito, não é? Porque, repito, ninguém vai explodir uma bomba atômica hoje.

R.M. – Mas o fato de nós sermos... de estarmos vivendo um regime de exceção, regime militar e ditadura, isso daí talvez tenha dificultado esses entendimentos com os Estados Unidos.

R.F. – Tem razão. É possível. É possível porque, na época, era um governo militar e eles podiam partir do princípio de que se quisesse fazer algo nesse sentido de armas atômicas, principalmente pelo fato de nós não termos ainda assinado o Tratado de Não-Proliferação.

M.M. – Talvez se deva a isso a escolha do Paulo Nogueira Batista, um diplomata? Eu estava lendo, em um livro sobre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), que o Geisel afastou os militares das negociações com a Alemanha e colocou mais peso nos setores diplomáticos e científicos. O senhor sabia...? Talvez seja a sua hipótese, os militares ficariam separados...

R.F. – Ficariam no Programa Paralelo.

M.M. – ...talvez, desenvolvendo posteriormente, é isso?

R.F. – É bem provável. Porque, sem dúvida nenhuma, esse pessoal do Itamaraty é muito bem preparado, mas muito bem preparado, mesmo. Primeiro, eles têm um curso de formação de diplomatas extremamente exigente – o sujeito tem que ter um curso superior para entrar no vestibular para o Itamaraty –, e depois, é a tal história, essa questão de servir em vários países do mundo, isso é uma coisa que não tem preço. Eu, que vivi na Inglaterra e que viajei muito, depois, já nessa área nuclear, tudo que nós aprendemos quando viajamos pelo mundo não tem preço. Não há universidade que consiga substituir uma experiência vivida em um país estrangeiro. E os diplomatas vivem circulando aí, desde as repúblicas menorezinhas até França, Inglaterra etc. Então, todos os diplomatas que eu encontrei até agora têm uma formação muito boa, muito nacionalista. Mas nacionalista no bom sentido. Não é aquela visão boba de que tudo que é estrangeiro não serve, nada disso. Talvez tenha sido por isso que escolheram o Paulo Nogueira Batista, que foi um cara excepcional nessa área e foi quem, junto com o pessoal da CBTN [Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear] e, depois, a Eletrobrás, criou esse programa todo.

Mas o principal é o seguinte: então, nós tínhamos aí a prospecção do urânio, tínhamos a construção da usina... Então, eles criaram várias associações com a Alemanha: uma associação para fazer a exploração do urânio, do minério, que era a Nuclam [Nuclebrás Auxiliar de Mineração]; uma outra, a Nuclen, que era para fazer a parte de engenharia e construção das usinas...

M.M. – Que é onde o senhor foi trabalhar.

R.F. – É, onde eu fui trabalhar.

M.M. – Com a KWU/Siemens, que era a associação.

R.F. – A KWU era a sócia, exatamente. Depois, a própria Nuclebrás, ficava com ela a associação com empresas alemãs para fazer a parte da fabricação do combustível, o enriquecimento e, depois, o reprocessamento. O reprocessamento era até um projeto francês, da **Ugine Pechiney Kuhlmann**, que os franceses usam hoje.

Mas eles se prepararam. Porque o essencial, em um programa desses, é o fator humano. Eu até trouxe uns dados aqui que eu vou deixar com a senhora, vou lhe pedir para tirar uma cópia. Foram treinados da ordem de 626 técnicos de nível superior. Aqui tem as curvas mostrando o pessoal que foi treinado, na área técnica, nível médio e nível superior. Foram treinadas mais de mil pessoas, para poder participar desse programa.

M.M. – Eram enviados para a Alemanha? Ou...?

R.F. – Muitos, enviados; outros, treinados aqui.

M.M. – Outros, treinados aqui.

R.F. – Aqui mesmo. Eu vou até lhe dar isso. Gerentes de área tecnológica... Isso tudo foi treinamento tecnológico, o total no exterior e no país. Tem aqui as curvas do aperfeiçoamento. Eu trouxe porque eu achei que isso era interessante. Quando eu digo que esse programa foi muito bem bolado, é porque ele tinha todas essas etapas. Não adianta querer fazer um programa de absorção de tecnologia... É a situação que nós vivemos hoje, porque esse pessoal aí, grande parte se aposentou – porque já se vão 30 anos –, se aposentaram e não tiveram a oportunidade de transferir esse *know-how* para os seus sucessores porque os sucessores não foram admitidos porque o programa não foi para frente. E essa transferência de tecnologia se dá *on-the-job*. Não pode ser através de um relatório, ou de um livro; tem que ser... É trabalhando em um projeto que a pessoa consegue transferir a tecnologia. Isso, aliás, qualquer pessoa de universidade sabe, não é? Você assiste à aula, é jóia. Na hora que vai fazer o exercício...

R.M. – “Como é mesmo?”

M.M. – Na hora de escrever... “Ai, professora!”

R.F. – ...aí é que começam a surgir as dúvidas, não é verdade? Então, nesse treinamento *on-the-job* que foi feito para Angra 2, eu tinha 200 e poucos engenheiros... Não simultaneamente,

mas, em média, eu tinha 50 a 60 engenheiros na Alemanha, permanentes, passando lá um período de dois a dois anos e meio. Aliás, é uma língua horrível, não é? Eu vou lhe contar! Eu cheguei até a estudar alemão, falei um pouquinho, mas já esqueci tudo. É uma língua difícilíssima, porque ela reúne as declinações do latim com uma situação completamente complicada da língua. Então, a nossa...

M.M. – E nós estudamos latim, hem?

R.F. – Nós estudamos latim.

M.M. – No nosso ginásio.

R.F. – É. Eu estudei. E eu era bom aluno de latim, declinação... Inclusive, é curioso, os meus netos, na Itália, eles estudam latim e grego. Grego, eu acho um absurdo estudarem, porque além de ser uma língua... O latim ainda tem a origem do italiano e do português, mas o grego... Eles são obrigados não só a saber aquele alfabeto, mas a fazer dissertação em grego, a senhora imagina?! Não é à toa que os dois têm um professor particular de grego, porque ninguém consegue acompanhar aquilo lá no colégio deles. [riso]

R.M. – Mas voltando um pouquinho atrás, como é que foi o convite para o senhor ir para a Nuclen?

R.F. – Houve uma coisa muito engraçada. O Hércules Dutra, que era o diretor financeiro da Nuclebrás e que me conhecia de Furnas, eu não sei por que, um belo dia, o Hércules Dutra foi lá e disse: “Eu queria conversar com você”. Eu disse: “Pois não. O que é?”. “Vamos almoçar.” Fomos almoçar e ele disse: “Olha, o presidente da Nuclebrás, o dr. Paulo Nogueira Batista, está procurando um diretor superintendente para a Nuclen, para essa empresa que vai construir as usinas nucleares. Bom, como você participou de Angra 1, estudou lá na Alemanha essa história, fez vários cursos em negócio de nuclear, eu o lembrei que você... E como estou sabendo que você está saindo da prefeitura agora, dei a ideia para ele e ele, então, queria conversar com você”. Aí, me chamou lá para uma entrevista. Eu conversei com ele

com essa abertura e franqueza que eu estou conversando aqui, e ele, eu acho que gostou e me convidou, então, para diretor superintendente da Nuclen. Para mim foi uma surpresa. Eu nem imaginava que isso fosse acontecer.

M.M. – O senhor não achava muito grande a dimensão do acordo, oito usinas em 15 anos? É isso mesmo? Está correto?

R.F. – Exatamente. Eu acho que isso aí foi um excesso de otimismo ou, talvez, uma precaução na... Naquela época, como a senhora lembra, havia aquela ideia do “Brasil Grande”, da ferrovia Norte-Sul, daquela história toda, e isso tudo não se faz sem energia. E a questão do petróleo, que era o grosso do combustível da usina térmica, estava se tornando insuportável, porque logo depois veio o segundo choque, em 1979, e o preço aumentou de uma maneira bárbara – primeiro, foi de um dólar para 14; depois, de 14 para 20 e tanto.

Aliás, tem um fato curioso: em uma das minhas viagens à Alemanha... Naquela época... Sabe que esse pessoal do Itamaraty se trata muito bem, não é? Então, os diretores viajavam de primeira classe; não era nem executiva. É um troço que nunca mais eu vou ver na minha vida. Ganhava até chinelinho da Varig. Mas então, eu estava viajando para a Alemanha e sentou-se do lado uma senhora muito simpática, falando em inglês comigo, e eu dizendo: “Pois é, a senhora imagina que coisa, essa história do petróleo passar de um dólar para 14! Como é que pode um negócio desses?!”. Ela disse: “É, doutor, mas o senhor sabe, enquanto os países aqui do Ocidente usavam o petróleo a um dólar o barril”, a mulher era iraniana, [risos] “nós, lá no Irã, não tínhamos universidade, não tínhamos isso, não tínhamos aquilo etc., porque vendíamos o nosso produto básico, a nossa matéria-prima a preços irrisórios”. Eu disse: “A senhora é de onde?” Ela disse: “Eu sou do Irã”. “Ah!” Mas, realmente, naquele momento eu me dei conta de que, realmente, o mundo todo explorava aquele pessoal do Oriente, com petróleo de um dólar o barril, que era um absurdo! Para nós era ótimo, mas para o país exportador... Eu me coloquei na posição dela. Inclusive, na época, o xá estava dando uma modernização no Irã: as meninas não precisavam mais usar aquele xador, iam estudar nos Estados Unidos... Depois, com aquela revolução estúpida, vieram aqueles aiatolás e voltaram cem anos para trás. Mas, naquela época, o xá estava tentando modernizar. Então eu achei, no final das contas, quando acabou a nossa viagem... Eu disse: “A senhora sabe, eu não tinha

analisado isso sob esse ponto de vista, a senhora tem alguma razão”. Porque se fôssemos nós que estivéssemos naquela posição, talvez tivéssemos feito a mesma coisa, não é?

R.M. – Por muito menos o governo do Rio está reclamando da redução dos *royalties*, não é?

R.F. – É. Não pensa nos outros estados, na situação de miséria que esse país vive, em como em tudo quanto é canto...

M.M. – Ah, mas farinha pouca... O senhor sabe o resto do ditado, não é? [risos]

R.F. – É. Mas não vai ser pouca, com o pré-sal, se realmente isso se realizar.

M.M. – É, pelo jeito... Mas além da diferença da língua, que é o alemão, quais as outras diferenças que o senhor enfrentou, na comparação com Angra 1 e a Westinghouse? Qual foi a diferença...?

R.F. – Ah, enorme, enorme. Bom, primeiro, para completar essa história do alemão, nós pusemos esse pessoal que ia viajar, durante seis meses, aqui, em um curso intensivo de alemão, e eles chegaram lá... E era para fazer, durante 30 dias, um curso lá na Alemanha. Não adiantou. Precisaram mais seis meses na Alemanha, num curso intensivo em que o sujeito dormia em um lugar em que só se falava alemão, tomava café em alemão, via televisão em alemão, para poderem ter condição. Porque, realmente, a senhora, para discutir tecnicamente um problema, precisa conhecer a língua profundamente. Então, nós verificamos que seis meses era pouco e fizemos seis meses aqui e seis meses lá. E aí o pessoal, realmente, aprendeu a falar alemão.

Mas é uma coisa muito curiosa. O alemão, o pessoal, brincando, costuma dizer que o alemão é um português que deu certo. [risos] Isso é o nosso pessoal que dizia. Porque o português tem uma lógica muito direta, não é? A senhora pergunta uma coisa, ele responde aquilo que a senhora perguntou, e mais nada. Eu não sei se eu lhe dei algum exemplo disso, de pessoas que me contam... A Odebrecht, por exemplo, comprou uma empresa na Alemanha, a Bento Pedrosa, e os engenheiros que voltam de lá morrem de rir contando. Eu tive uma experiência

pessoal nessa área. Eu estava num seminário sobre turbina, em Portugal, com a minha esposa, e terminou numa sexta-feira e nós ficamos até o domingo, e a Mary disse: “Vamos fazer umas compras aqui”. A senhora conhece Lisboa? Tem o Shopping das Amoreiras...

M.M. – Sim, das Amoreiras.

R.F. – Das Amoreiras. Então, ela disse: “Vamos fazer umas compras no shopping”. Eu digo: “Mas agora? Não, vamos amanhã de manhã”. Aí, cheguei lá na portaria... “Escuta aqui, meu amigo, o Shopping das Amoreiras fecha amanhã?”. Ele disse: “Não, senhor”. Eu digo: “Está vendo, Mary, em vez de nós fazermos compras, vamos fazer amanhã”. E ele: “Perdão, não fecha porque não abre”. [risos] Quer dizer, eu deveria ter perguntado: “O shopping abre?”, não é verdade? Mas, não, aquilo é assim, é metódico. Um outro, um amigo meu, ele entrou num barzinho daqueles – ele adora cerveja – e tinham uns caras tomando cerveja com um cachorro do lado, e ele gosta muito de cachorro, ele perguntou: “Escuta aqui, meu amigo, o seu cachorro morde?”. O cara disse: “Não, senhor”. Ele foi fazer uma festa, o cachorro mordeu... “Mas o senhor não disse que o seu cachorro não mordia?!”. “Mas esse não é o meu cachorro.” [risos] A primeira coisa que ele devia ter perguntado é o seguinte: “Esse cachorro é seu?”. Bom, então, voltando ao que eu ia dizer, o brasileiro...

R.M. – O senhor ia contar um caso da Odebrecht lá na Alemanha.

R.F. – Esses casos... Não, da Odebrecht... Esses casos de Portugal, o pessoal da Odebrecht é que me contava, as experiências que eles tiveram lá, de coisas assim. Aliás, eu tive essa experiência, mas eles contavam. A senhora encontra uma pessoa na rua e diz assim: “Sabe onde é o Largo do Rocio?”. Ele diz: “Sei sim, senhor”, e vai embora.

M.M. – Essa experiência, eu tive.

R.F. – Mas se a senhora perguntar: “Quer me dizer aonde é?”, ele leva a senhora lá. É um povo afável, gentil, mas eles têm uma lógica própria. O alemão tem uma lógica própria. Ele é muito bitolado. Ele foi criado... Por isso que o Hitler conseguiu fazer o que ele conseguiu:

o pessoal é superdisciplinado. A senhora acredita que aqui, depois de anos, quando eu entrava na sala dos diretores, os alemães se levantavam para me receber? É uma coisa impressionante. É uma disciplina férrea. Eles fazem aquilo exatamente, não têm a flexibilidade e a criatividade do brasileiro. O brasileiro leva uma vantagem enorme: como ele foi criado sempre improvisando, as coisas nunca são como você programa, nunca são como dizem, então, o sujeito tem que desenvolver uma capacidade criativa muito grande. Então, isso eu notava a diferença, a rigidez do alemão e a flexibilidade brasileira. E eles ficaram mais disciplinados, nesse contato... Esse pessoal ficou dois anos ou três anos na Alemanha. Eles ficaram mais disciplinados e os alemães, um pouco mais flexíveis. Quer dizer, houve um intercâmbio de experiência muito positivo.

M.M. – E o ritmo do trabalho? Havia diferença em relação à sua experiência em Angra 1, com a Westinghouse e os...?

R.F. – Não, a primeira coisa é o seguinte: os alemães que vieram para cá, todos aprenderam português. E os americanos da Westinghouse nunca aprenderam português. O americano fala em inglês e acha que você tem a obrigação de entender. Ele não pergunta “*Do you speak english?*”. Ele vai logo falando em inglês. Ele parte do princípio de que todo mundo fala inglês. Afinal de contas, são eles que mandam no mundo, o dólar é a moeda... Por que eles vão perguntar se você fala inglês? Eles vão logo falando em inglês. Os alemães, todos que vieram para cá aprenderam português. Todos eles, sem exceção. Quer dizer, eles se adaptam mais ao lugar para onde eles estão indo. Eles não têm aquela ideia de... não sei, talvez, de serem mais competentes, ou mais... Isso eles não têm. Eles são, até certo ponto, humildes nisso. Agora, são de uma disciplina fantástica. Na Alemanha, a senhora é convidada para um coquetel, vem um convite: “De sete às nove”. Fica todo mundo na rua esperando dar sete horas, e quando dá sete horas, toca a campainha e entra todo mundo. Quando dá dez para as nove, os donos da casa vão para a porta e ficam ali esperando o pessoal sair. Sai todo mundo e, às nove horas, acabou. Aqui, marca às sete e todo mundo chega às oito; é para acabar às nove e sai às dez, e todo mundo sai e fica conversando no *hall* do elevador mais uma meia hora.

Quer dizer, essa história criou lá, com o nosso pessoal, umas experiências gozadíssimas. Essa mania que o brasileiro tem de dizer “aparece lá em casa”, mas nem ele acha que o cara vai aparecer nem o cara pensa que vai aparecer, mas lá aconteceu muito de os brasileiros dizerem “aparece lá em casa” e, no domingo, aparecia. O cara estava dormindo depois do almoço e aparecia o alemão lá na tua casa. “Você disse para eu aparecer”. O cara ficava surpreso. Quer dizer, esse choque, digamos assim, de experiência e de culturas, é evidente que aconteceu.

Mas na área técnica, foram muito positivos. Tanto que, com os atrasos sucessivos de Angra 2, por questões financeiras, permitiram que uma série de sistemas que seriam feitos totalmente na Alemanha fossem transferidos e completados no Brasil, com os engenheiros que tinham estado lá trabalhando – é tal história da transferência *on-the-job* –, que estavam trabalhando naquele sistema e que voltavam para o Brasil e traziam com eles o sistema, para acabar aqui no Brasil – inclusive, com a assessoria dos alemães que estavam aqui.

Olha, foi um processo magnífico. Às vezes, você lê no jornal aí que não houve transferência de tecnologia alguma. Não é verdade. Houve uma transferência de tecnologia superefetiva em todos os setores em que houve essa conjunção.

M.M. – Até nesses mais sensíveis, do enriquecimento de urânio...? Até nesses, também?

R.F. – Até nesses. Só que esse foi um verdadeiro tiro na água. Esse processo *jet-nozzle*, para a senhora ter uma ideia, nós chegamos a gastar 450 milhões de dólares no desenvolvimento desse processo – ele estava previsto, a usina de enriquecimento por *jet-nozzle*, para custar 500 milhões de dólares – e quando faltavam 50 milhões para terminar, a Marinha, em paralelo, tinha desenvolvido o sistema da ultracentrifugação e nós simplesmente paramos o *jet-nozzle*, desmanchamos a fábrica etc.

M.M. – Isso foi em que ano, dr. Fabrício, o senhor lembra? Foi em que governo? Foi depois, obviamente. Foi Figueiredo ou Sarney?

R.F. – Isso foi depois.

M.M. – Depois do Geisel, certamente.

R.F. – Deixa eu pensar aqui quando é que aconteceu essa parada. Eu estava já na Nuclen, pela segunda vez. Deve ter sido em 1993.

M.M. – O senhor, na Nuclen, pelo que está aqui, o senhor ficou de 1983 a 1986, diretor da Nuclebrás junto com o cargo de superintendente da Nuclen, o que significa Figueiredo ou Sarney. Ah, o senhor voltou em 1995 [e ficou de 1995] a 1997?

R.F. – É, voltei. Mas a primeira vez, eu fiquei na Nuclen de 1977...

M.M. – [Ficou de 1977] a 1986, direto.

R.F. – É, [de 1977] a 1986. Foram nove anos.

M.M. – É, direto.

R.F. – Mas foi em 1990 e pouco. Eu não me lembro exatamente quando que houve uma decisão de paralisar essa história e desenvolver o processo da Marinha. Nesse meio tempo, nós já tínhamos assinado o tratado. Mas depois eu volto a esse assunto.

Então, voltando aqui, houve uma transferência de tecnologia muito positiva, nessa história. Na área do enriquecimento, nós continuamos tentando esse processo, que era um processo experimental e que consumia muita energia. Ele funcionava, ele enriquecia o urânio, mas à custa de um consumo de energia muito elevado. A questão do reprocessamento, nós nem começamos, que era pegar o combustível usado e reprocessar, e a construção do combustível foi totalmente construída e hoje...

M.M. – Transferida.

R.F. – ...e hoje é a INB que constrói, faz o combustível todo, completo etc., até para os reatores da Westinghouse, por uma razão que eu vou lhe explicar em seguida. Então, foi uma

transferência de tecnologia completa. E o programa previa exatamente isso aqui, que é fundamental, que é criar as pessoas. A senhora não consegue fazer nada ir para frente sem ter gente competente para tratar disso, nessa área, e foi o que o programa criou, o Pronuclear. E isso, inclusive, eu acho que se nós não tomarmos providências muito sérias, a área tecnológica, no Brasil, vai por água abaixo, e vou lhe explicar por quê. Porque, normalmente, qualquer empresa privada recruta através do estagiário, faz um concurso para estagiário, ou uma prova ou qualquer coisa, e os estagiários melhores são aproveitados e admitidos na empresa. Só que as empresas estatais não podem fazer isso. Eu, quando terminou Angra 2, porque eu achava que Angra 3 se seguiria logo imediatamente, eu tentei fazer isso e comecei a fazer um concurso para estagiários, para depois escolher os melhores estagiários e transformá-los em engenheiros. Aí, fui falar com o Dest [Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais??], que é o departamento que cuida disso... “Ah, não pode”. “Mas não pode por quê? Eles não estão entrando por um concurso público?” “Mas eles estão fazendo concurso para estagiário e não para engenheiro.” “Mas meu amigo, todas as empresas do mundo recrutam assim. Não pode ser de outra forma. Agora, com essa generalização que vocês fizeram, de que nós não podemos criar condições no concurso público, eu não posso admitir uma pessoa experiente. Porque se eu disser que precisa ter 15 anos de experiência, vão dizer que é discriminatório, porque o cara que tinha dez não pôde entrar, o que tinha oito não pôde entrar.”

R.M. – Ou que está conduzindo o processo de seleção, não é?

R.F. – Ou que estou conduzindo. Mas isso é uma coisa que, se não for mudada, nós não temos condição de... As empresas privadas continuam fazendo isso, mas as empresas estatais não podem. Quem é a pessoa que vai entrar para um estágio sem a perspectiva de depois ser contratado? Está na cabeça de qualquer estagiário. Você entra numa empresa porque você sabe que, se você for bem, você, no futuro, vai ser contratado. Agora, quando você não pode contratar, como é que você vai administrar essas empresas estatais? Isso é um problema sério que tem que ser resolvido de alguma forma. Não há outra forma. E como o governo ainda tem grande parte da produção do país nas suas mãos... Porque nos Estados Unidos, o governo é muito de regulação, ele é muito de controle, de fiscalização. Mas o Brasil não. Ele tinha,

como tinha na telefonia, na Vale etc... Ele era o produtor da industrialização. E não pode ter restrição. Não pode porque você, para administrar qualquer coisa, você tem que ter a capacidade de admitir, demitir e premiar. São as três coisas fundamentais. Do momento que você não pode demitir, porque o sindicato não deixa; não pode admitir, porque tem concurso público; e não pode premiar, porque os salários fazem parte de uma tabela e, se melhorar um, o outro vai lá na Justiça do Trabalho e pede equiparação, porque ele trabalha no mesmo lugar, no mesmo horário etc... Essas coisas estão matando esse país. Por isso que eu sou partidário da privatização.

Agora mesmo, nós estamos, lá na associação, lutando para permitir a participação privada na construção de usinas nucleares. Estamos trabalhando seriamente nessa história. Porque nós achamos que o governo não tem recurso para fazer essas usinas todas, e não tem mesmo, e a iniciativa privada quer entrar. E nós precisamos é de energia, não é?

Bom, então, voltando ao caso, nós tivemos um bom sucesso nessa história da transferência de tecnologia e aí começamos a construir... Aí, houve um conflito de interesses que atrasou tremendamente Angra 2. Porque nós, na Nuclen, éramos o que nós chamávamos naquela época *architect engineer*, quer dizer, o sujeito que projeta, especifica o equipamento que tem que ser comprado e acompanha tecnicamente a montagem. Chama-se *architect engineer*. E acontece o seguinte, nós fazíamos a proposta de compra de equipamentos que eram urgentes etc. e Furnas, que era a proprietária da obra e que, como proprietária da obra, era uma empresa pública, não colocava as encomendas na época necessária – porque, inclusive, as prioridades de Furnas eram outras.

M.M. – Por que ficou dividido assim, Furnas e Nuclen? Por que é que houve essa divisão? Porque pelo que eu estava lendo, e gostaria que o senhor confirmasse, a Nuclen ficou com a construção das seis usinas restantes do acordo e Furnas ficou com Angra 2 e 3.

R.F. – Exatamente.

M.M. – Por que foi essa a decisão? Por que não deixou tudo com a Nuclen?

R.F. – Porque acontece o seguinte, quem tinha os recursos para fazer a usina era Furnas. A Nuclen era uma empresa de engenharia, quer dizer, ela não tinha recursos suficientes para bancar a construção de uma usina nuclear. E Furnas tinha uma série de usinas hidrelétricas e uma arrecadação enorme. Então, por isso foi feita essa história, que, eu vou lhe dizer, que não deu certo.

M.M. – É lógico.

R.F. – Mas eu vou lhe dizer depois por quê.

R.M. – Ficaria mais fácil ela até contratar a Nuclen para fazer isso, se fosse o caso.

R.F. – Mas era assim. A Nuclen tinha um contrato com Furnas para fazer a parte de engenharia e acompanhar o cronograma etc. Só que a prioridade de Furnas era hidrelétrica. Furnas estava fazendo uma série de usinas ao mesmo tempo, coisa que, quando eu assumi a presidência de Furnas – eu vou depois, em seguida –, eu verifiquei que era uma coisa inaceitável. Então, eles não davam prioridade à nuclear; eles davam prioridade às usinas hidrelétricas.

R.M. – É a época de Itaipu, não é?

R.F. – E o que acontece? Quando nós pedíamos a encomenda lá, Furnas não encomendava, ela encomendava equipamentos para as usinas hidrelétricas. E isso chegou a uma situação insustentável – eu era o presidente da Nuclen –, porque nós não conseguíamos cumprir o cronograma da construção da usina porque faltava... Há equipamentos que têm que entrar antes do concreto e nós não conseguíamos que Furnas comprasse esses equipamentos; nós queríamos fazer a concorrência, fazíamos a concorrência, mas mandávamos para Furnas analisar e ela, para analisar, levava um tempo enorme e, às vezes, modificava, mandava alterar e voltava para nós. Era um inferno!

M.M. – Mas esse inferno responde a interesses concretos de alguém que tomou a decisão de fazer esse tipo de divisão, não? Havia um debate? Por exemplo, o embaixador Paulo Nogueira Batista, da Nuclebrás...

R.F. – Eu vou lhe dizer o que aconteceu.

M.M. – O que acontecia, para uma incompetência assim, generalizada?

R.F. – A essa altura, nós já estávamos em 1980 e poucos, eu já era bastante experiente nos dois setores – eu tinha vindo de um para o outro – e eu aí, uma vez, cheguei... Porque eu fui conversar com o Licínio [Licínio Marcelo Seabra], que era o presidente de Furnas, e disse: “Licínio, deixa nós comprarmos isso”. E ele disse: “Olha, eu não vou dar para você um cheque em branco. O dinheiro é meu, Furnas é a dona da usina, eu não vou dar um cheque em branco para a Nuclen, para a Nuclen comprar ao preço que ela achar com as concorrências que ela fizer”. E tem razão, não é verdade? O dono do dinheiro não vai entregar a uma terceira pessoa a gestão do dinheiro dele. Nós, para colocarmos num fundo, já ficamos meio receosos; agora, imagina uma empresa! [riso]

M.M. – Mas e a decisão de cima? Eu estou pensando, assim, no Geisel, que era uma presidência imperial, não é?

R.F. – Mas espera aí, eu vou lhe dizer o que aconteceu. Quando chegou num certo ponto, eu parei. Eu disse: “Bom, eu vou fazer o seguinte...”. Listei todos os interesses da Nuclen, que era o cronograma etc., e listei todos os interesses de Furnas. Aí, conversei com o Paulo Nogueira – o Paulo Nogueira tinha um acesso muito grande ao chefe da Casa Militar do Figueiredo na época, aquele...

M.M. – Leitão de Abreu.

R.F. – Não, não. Esse é da Casa Civil. O da Casa Militar era um que até diziam que ia ser o sucessor do Figueiredo.

R.M. – O Medeiros? [No governo Figueiredo, Octávio Aguiar de Medeiros foi chefe do SNI.]

R.F. – O Medeiros. O Paulo tinha uma ligação muito boa com o Medeiros e com o Serviço Nacional de Informações (SNI). Então, eu mostrei para o Paulo: “Paulo, está aqui. Eu, para fazer essa usina, preciso, isso, isso e isso. São os meus conceitos. E esses são os conceitos de Furnas. Agora, veja você, se você analisar sob o ponto de vista da Nuclen, absolutamente correto; se você analisar sob o ponto de vista de Furnas, absolutamente correto. Mas não dá. As coisas não cruzam”. Ele aí marcou uma reunião no SNI, lá em Brasília. Eu fui, e já sabendo que ia dar um problema danado, porque estava Furnas, estava a Nuclen, estava todo mundo lá nessa reunião. E eu até brinquei com ele, disse: “Olha, coronel, eu vou fazer uma apresentação aqui, mas agora eu vou contar uma...”. Eu não sei se a senhora sabe a história de um rapaz que estava para receber a visita da sogra. A mulher avisou que vinha a sogra e ele disse: “Olha, corta o rabo do cachorro porque eu não quero nenhuma demonstração de alegria aqui”. [risos] Eu disse: “Eu vou fazer o seguinte, e não espero nenhuma demonstração de alegria...” Mas era óbvio. Aí, eu botei de um lado, botei do outro e disse: “O senhor veja o seguinte, se o senhor analisar do ponto de vista de Furnas, está correto; se analisar do ponto de vista da Nuclen, está correto. Mas não fecha. O senhor não vai fazer essa usina nunca”. Ele aí pensou, disse: “E como é que nós vamos fazer?”. Eu disse: “Bom, só tem uma maneira de nós fazermos, nós vamos fazer um *turn key*, um contrato com Furnas de que nós entregamos a usina pronta. Aí, Furnas não tem o que reclamar. Vai pagar...”.

M.M. – O Medeiros que bateu o martelo? Foi o Medeiros?

R.F. – Foi. Não foi ele na hora. Ele não estava lá. Mas estava lá um coronel que era ligado diretamente a ele. “E nós vamos fazer um contrato, um *turn key* com Furnas por um preço fixo, porque senão essa usina não vai ser feita nunca. E ficamos dessa forma aqui, Furnas vai pagar conforme o cronograma e nós temos liberdade de encomendar, comprar etc., para poder fazer a usina.” O Paulo achou a ideia excelente e nós assinamos esse contrato. Chegou a ser assinado um contrato de *turn key* com Furnas.

R.M. – Isso quando foi?

R.F. – Isso foi em 1984, eu acho. Foi em 1984, esse contrato lá com... Aí, o que aconteceu? O dinheiro passou a vir para a Nuclebrás. Quer dizer, as verbas do governo que eram de Furnas, naquele ano mesmo... No Orçamento do ano seguinte, foi criada a rubrica Nuclebrás e o dinheiro do Tesouro veio para a Nuclebrás. Quando aconteceu isso, foi um horror em Furnas. Disseram que tinham roubado o dinheiro de Furnas, porque tiraram do orçamento de Furnas para botar na Nuclebrás etc. Mas foi feito. Foi feito assim. E aí nós começamos a receber as verbas do governo. E com o prestígio que o Paulo tinha junto ao Medeiros, o dinheiro começou a fluir normalmente, chegava a tempo e a hora etc.

M.M. – Mas vamos um pouco lá para o início da construção. Se o acordo foi assinado em 1975 e, em 1977...

R.F. – [Em 1977], eu fui para lá.

M.M. – ...o senhor foi para lá e começou a viabilização da construção de Angra 2. Então, só aí temos sete anos, até a coisa engatar um pouco mais.

R.F. – Em 1982, que começou Angra 2 – e eu fui para lá em 1977 –, cinco anos depois.

M.M. – E nesses cinco anos, por exemplo, como é que foram aplicados...? Foi por problema de fundação...?

R.F. – Ah, sim, teve...

R.M. – Compra de material...?

M.M. – Compra de material...? Como é que esses cinco anos foram investidos?

R.F. – Por que atrasou isso, não é? Realmente, eu pulei esse pedaço aí. Porque é o seguinte: havia um certo desentendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Nuclebrás. Naquela época, o Paulo Nogueira era o presidente da Nuclebrás e era uma pessoa bastante autocrata, e o Hervásio de Carvalho era o presidente da Cnen, bastante autocrata, também. Não sei se vocês chegaram a ter alguma entrevista com ele. Todos os dois, profundamente inteligentes, mas ambos autocratas, gostavam de controlar as coisas.

R.M. – Pegava fogo.

R.F. – E acontece o seguinte, quando nós fizemos a fundação de Angra 1... Angra 1 era apoiada em rocha, diretamente, e Angra 2 era apoiada em estacas. E a usina nuclear tem que ser dimensionada para um terremoto, porque se houver um terremoto, ela tem que resistir ao terremoto. Embora o Brasil não seja uma área sísmica, não tenha nenhuma notícia de terremoto, nós temos que calcular para esse terremoto. E como é que nós fazemos isso? Nós fazemos algumas explosões no subsolo e verificamos como é que essas vibrações se transmitem, as vibrações da explosão, porque a explosão é um tremor, e se faz, então, um cálculo geológico de qual deve ser a aceleração da gravidade, transformamos isso em percentual da aceleração da gravidade. E esse cálculo todo, que foi feito para Angra 1, dava que essa aceleração devia ser 0,05 da gravidade. E fez-se Angra 1, em cima de rocha etc.

Quando nós fomos fazer Angra 2, Angra 2 era apoiada em estaca, e o que acontece com estaca é o seguinte: se a senhora tem uma vibração aqui, a estaca aqui em cima vibra muito mais. Quer dizer, uma vibração aqui...

M.M. – Uma vibração pequena embaixo...

R.F. – [Uma vibração pequena embaixo] repercute enorme lá em cima. Isso nós sabemos de olhar e ver. Esse lápis mostra isso. Mas quando nós fizemos Angra 1, que chegamos a 0,05 g como aceleração do local... Mas havia uma norma americana que mandava o seguinte, que nós tínhamos que tomar como mínimo, para efeito de cálculo de terremoto, 0,10 g. Isso era uma determinação da norma americana. Então, embora nós tivéssemos achado que o local lá

não teria uma aceleração maior do que 0,05, nós tomamos 0,10, porque a norma americana mandava.

Quando chegou na hora de Angra 2, o que os alemães que calculavam isso lá fizeram? Eles partiram aqui do 0,05, que era o valor sísmico do local, e calcularam como é que ficaria isso aqui em cima, e fizemos todo o projeto baseado nessa história: a armação, a vibração que se transmite aos equipamentos e esse troço todo. Bom, quando isso foi para a Cnen, o Hervásio disse: “Mas se nós tomamos 0,10 para Furnas, eu não posso ter, no mesmo sítio, duas usinas que partem de valores básicos diferentes. Não pode ser 0,05; tem que ser 0,10. Tem que fazer o cálculo de Angra 2 com 0,10”. Veja bem, isso é um problema delicadíssimo. Eu estudei isso profundamente. Inclusive, eu tinha tido escritório de concreto, eu dimensionava bem. Eu fui contra essa história. Mas fui voto vencido.

M.M. – O senhor foi contra que história?

R.F. – [Fui contra a história] de tomar 0,10 cá embaixo. Se o sísmico do local era 0,05...

M.M. – O senhor queria manter isso, 0,05.

R.F. – Manter 0,05. E com a estaca ia dar 0,20 e poucos lá em cima. Mas era o valor real do *site*. Nós adotamos 0,10 não porque o sítio exigisse, mas porque uma norma americana exigia.

T.C. – Na Cnen, era um conselho que tomava essa decisão de ser 0,10? Ou o senhor acha que foi uma [decisão] do Hervásio, foi centralizado nele?

R.F. – Eu não sei se o Hervásio influenciou sobre isso, mas era o pessoal da área de licenciamento lá que... Talvez o pessoal do licenciamento tenha levado para ele e ele aí ficou inflexível: “É 0,10 e não tem *perhaps*”. Aí vem a teimosia dos alemães. Os alemães pegaram o 0,10 aqui embaixo, em vez do 0,05, calcularam a reprodução lá para cima e disseram: “Não tem problema, não. Pode ser. Não tem que mexer em nada. Pode tomar 0,10, pelo seguinte, porque quando vier o primeiro terremoto, a areia adensa em volta e faz pressão aqui. A areia

segura”. Quer dizer, mesmo que você tivesse uma vibração maior lá em cima, a contenção da areia impediria problemas. Não precisava mexer em nada. E nós estamos cravando estacas, não é? Estacas de um metro e meio a dois metros de diâmetro, já cravadas etc., com bate-estacas especiais que vinham da Alemanha etc.

Mas aí os alemães, em vez de reestudarem esse problema ou discutirem o que eu quis discutir, que era a origem, que não era 0,10, era 0,05, o valor sísmico do local, eles quiseram sair para essa história. “Não, isso aí não tem problema porque a areia contém e vai dar na mesma coisa lá em cima.”

Aí, Furnas contratou três especialistas em geologia: um veio do Japão, o outro veio da Universidade da Califórnia, que é um lugar sísmico, e o outro veio da Índia, eu acho. Três caras lá. E se debruçaram em cima do negócio. E a discussão nunca foi para o 0,05 ou o 0,10. Foi para o seguinte: se você tomasse 0,10 aqui, podia manter a armação como estava, sem mexer em nada, como diziam os alemães. Mas aí os americanos lá disseram o seguinte: “Está muito bem. Os alemães dizem que, no terremoto, o primeiro tremor, a areia segura. Mas quando vier o segundo tremor, a areia vai afastar. Se vierem dois tremores em seguida, a areia vai afastar, e aí a estaca fica sozinha e ela tem que resistir ao 0,10 de origem”. E aí mandaram que nós pegássemos todas aquelas estacas que já estavam cravadas, cortássemos todas elas... Porque o problema é o seguinte... Me dá um outro papel, por favor. Como vocês são meio técnicos...

M.M. – Mais ou menos. [risos] Ao final do projeto, eu vou mudar de carreira.

R.M. – Só não estaremos falando em alemão.

R.F. – Esse problema aqui... Isso se chama cisalhamento. Cisalhamento é quando a senhora tem uma... É o fio da tesoura, que corta assim, não é? Bom, ao cisalhamento, o concreto não resiste, quem resiste é o ferro. O concreto resiste à pressão, mas não resiste ao cisalhamento. Então, na realidade, essas estacas todas tiveram que ser cortadas cá embaixo e reforçada a armação delas aqui, completamente, com o ferro totalmente... de diâmetro maior etc. Isso levou dois anos e custou 200 milhões de dólares. Isso atrasou a usina, então, de 1982 a 1984.

Foi exatamente o que eu tinha pulado. Às vezes, nós estamos... Ainda bem que a senhora me faz voltar e eu explico o que aconteceu. Bom, isso custou 200 milhões de dólares e levou dois anos e atrasou a usina completamente.

Aí aconteceu o pior. Depois desses dois anos, no início de 1985, quando nós retomamos essa história, o Paulo tinha se desentendido lá com o Medeiros, não sei por que razão, e foi demitido da Nuclebrás e foi ser embaixador, eu acho que na Suíça, em Genebra. Inclusive, eu estive na casa dele, que era uma casa belíssima – tinha um jardim que tinha 11 jardineiros tomando conta –, lá em Genebra.

M.M. – Onze jardineiros suíços?

R.F. – É. Era um negócio espetacular! Esses diplomatas se tratam muito bem, viu? Eles são competentes etc., mas têm um tratamento que eles se dão a si próprios magnífico. Bom, aí, o que aconteceu? Nós ficamos na mão do Orçamento. Porque na hora que nós fizemos um contrato *turn key* com Furnas, Furnas só pagava de acordo com o andamento do cronograma, e nós tínhamos que construir de acordo com as verbas federais. E numa usina nuclear, o caminho crítico passa pela montagem, porque é uma montagem extremamente delicada e extremamente complexa, com milhares de tubulações e de cabos de energia e tudo isso. Então, o caminho crítico grande é o da montagem. Quer dizer, enquanto a senhora não começa a montagem, faltam cinco anos para acabar a usina, porque a parte de concreto vai rápida. Depois, nos projetos que andaram rápido, quando tem um ano ou dois anos, começa a montar. Então, quando acabam os cinco anos e meio, está pronta. Mas nós ficamos parados.

Porque acontece o seguinte: nós tínhamos... Esse equipamento estava, todo encaixotado, lá em Angra, na praia, em frente do mar etc. Uma vez por ano, nós abríamos aqueles caixotes todos, aplicávamos o equipamento contra umidade e fazíamos um exame... Vinham os técnicos da Alemanha para dizer se estava ok. E estava. Tanto estava que entrou. Angra 2 funcionou maravilhosamente bem. Mas nós não podíamos começar a montagem sem termos certeza de que tínhamos dinheiro para continuar. Porque uma usina nuclear não pode parar no meio do caminho, no meio da montagem – Cuba tem um exemplo desses –, o equipamento

que a senhora desencanaixotou ficar sujeito às intempéries e não prosseguir. Então, nós precisávamos ter recursos suficientes para começar e acabar a montagem. E foi a minha luta.

Nessa época, eu acumulava a presidência da Nuclen com diretor de Centrais Nucleares da Nuclebrás, de 1984 a 1986. O presidente era o Licínio Seabra, que tinha vindo como presidente de Furnas – uma excelente pessoa, muito meu amigo etc. –, e eu disse para ele: “Licínio, o problema é o seguinte, enquanto nós não começarmos a montagem nós não vamos acabar essa usina. Não tem condição. Nós temos que começar essa montagem agora, em 1986, no mais tardar. Vamos pegar o ano de 1985 para fazer a concorrência, escolher os montadores e dar a ordem de serviço para eles comecem em 1986”. Ele disse: “Perfeitamente. É o que tem que ser feito”. Nós fizemos a concorrência em 1985 e venceu um grupo que na época era o melhor do Brasil, que era a EBE, Tenenge e Montreal, que eram as melhores empresas de montagem que tinha no Brasil. E nós precisávamos, no ano de 1986, de 200 milhões de dólares... o equivalente a 200 milhões de dólares, para começar a montagem, e depois, então, ter recursos em 1987 etc.

Aí, conversei com o Licínio... Porque o que acontece é o seguinte: esse Orçamento da União é uma colcha de retalhos: tem emenda dos parlamentares, tem não sei o quê. Aquilo tudo sobe lá para o governo, para o Ministério da Fazenda, e tem mais pedido do que o dinheiro dá para atender, então, começam a cortar, contingenciamento... O contingenciamento, normalmente, é na hora de aplicação do Orçamento. Mas, antes do contingenciamento, já cortam logo, para equilibrar a despesa e a receita. É uma regra normal. Então, eu disse: “Licínio, nós precisamos ter a garantia de ter o equivalente a 200 milhões de dólares aqui, para poder começar essa montagem o ano que vem”. “Perfeitamente.” Eu disse: “Olha, se você me autoriza, como eu já estou cansado de tratar desse assunto”, porque eu vinha tratando há dez anos, “eu vou a Brasília tratar desse negócio lá”. E o ministro era o Aureliano Chaves, muito amigo do Licínio. “Eu vou a Brasília. Você liga para o Aureliano, diz que eu procurá-lo lá em seu nome e se ele nos ajuda a obter esses recursos. Depois, eu vou lá no Ministério do Planejamento, no Ministério da Fazenda etc.” Fui lá, falei com o Aureliano e expliquei para ele a situação toda. Ele é engenheiro, entendeu perfeitamente. Eu disse: “Ministro, o problema é o seguinte, eu vou agora lá no Planejamento, vou lá na Fazenda...” E eu corri aquele troço todo e todo mundo disse: “Está tudo bem. Ok. Nós vamos botar 200 milhões aí.

Mas o seu ministro precisa ficar atento, porque quando chega na hora final, um cara puxa para lá, outro puxa para cá, e se não tiver alguém ali defendendo esses 200 milhões para vocês, não vão sair”. Aí eu voltei ao Aureliano e disse: “Ministro, olha, aconteceu isso, isso e isso”. “Pode deixar que eu vou tomar conta dessa história.” Eu voltei entusiasmado para o Rio e disse ao Licínio: “Licínio, resolvido! Nós já estamos aí com a montagem... Podemos começar a negociar o contrato e começar essa montagem em janeiro de 1986 porque o ministro disse que pode deixar que ele garante”. O Licínio: “Perfeito!”. Quando chegou o Orçamento de 1986, em vez de 200 milhões de dólares, o equivalente a isso, nós tínhamos o equivalente a 200 milhões de qualquer coisa, não sei se era cruzeiro novo ou cruzeiro – aquela moeda da época, que eu já nem sei mais qual era...

M.M. – Cruzado.

R.F. – ...que não dava nem para começar a montagem. Aí eu fiz uma carta, que tenho até hoje, uma carta longa para o Licínio dizendo: “Olha, dr. Licínio, eu estou aqui nessa história desde 1977, para montar essa usina. São nove anos tentando fazer essa usina. Desse jeito que essa história está, essa usina vai acabar sabe quando? Nunca”.

M.M. – O senhor quase acertou, hem?

R.F. – Pois é. “E nós vamos ser acusados...” Eu tenho essa carta até hoje, porque ela é histórica. Eu guardo comigo. “Nós vamos ser acusados de ser incompetentes, de desperdiçar dinheiro, essa usina vai custar dez vezes mais do que custaria e não vai acabar tão cedo. Então, você me desculpe, mas eu vou-me embora”. Aí, pedi demissão, em 1986, e fui trabalhar na área privada.

M.M. – Não, mas antes tem um...

[FINAL DO ARQUIVO_RONALDO_FABRICIO_16.11.2009_01]

R.F. – Isso explica o que aconteceu.

M.M. – É, isso é importante.

R.F. – Explica, tranquilamente.

M.M. – O dr. Fabrício estava falando e até indicando as dificuldades de financiamento e estava explicando, exatamente, o esquema de financiamento do setor elétrico.

R.F. – O setor elétrico, durante anos, e todas essas usinas, Furnas, Porto Colômbia, Marimbondo etc. foram feitas baseadas em um tripé financeiro: empréstimo compulsório da Eletrobrás – a senhora lembra que, na conta de energia, tinha um percentual que era o empréstimo compulsório –, tarifa das empresas e empréstimos externos, BID e Bird [Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento]. Pois bem, com a história da inflação desenfreada do governo Sarney, a tarifa foi congelada; o empréstimo compulsório, com a Constituição redentora do Ulysses, de 1988, foi extinto, acabaram todos os empréstimos; e a moratória do Sarney acabou com o empréstimo externo. Então, de repente, o setor perdeu as três fontes de dinheiro que tinha. Então, todas as obras... Porto Primavera levou 15 anos, Serra da Mesa levou 12 anos, Angra levou 10 anos. Não podia ser diferente, pois, de uma hora para outra... Porque coincidiu a Constituição de 1988 com a moratória de 1989, no final do governo Sarney, quando entrou o Collor, e o congelamento de tarifa, por conta da inflação. Então, as empresas ficaram absolutamente amarradas, todas elas: Cesp, Eletropaulo, Furnas, Chesf... As obras, que vinham sendo feitas a tempo e a hora, como Furnas, Porto Colômbia, Marimbondo, as obras de Furnas, de repente, se eternizaram, porque não tinha recurso. E aí, cada ano fazia um pouquinho e a coisa não andava para frente.

M.M. – Mas a minha pergunta é mais no sentido do bê-á-bá. Por exemplo, em 1977, o senhor foi lá para a Nuclen, com exatamente a incumbência da construção de Angra 2. Quais são as etapas iniciais, exatamente? Porque como esse projeto é para um público mais amplo e leigo, então, eu acho que é interessante dar uma informação sobre quais são as etapas, passo a passo – do senhor, que era o diretor –, de construção de uma usina nuclear. Porque essa, o senhor

acompanhou toda. Porque Angra 1, não, o senhor já pegou... Mas essa o senhor pegou... Então, era bom o senhor dar essa visão mais geral.

R.F. – Primeiro é o projeto da usina. Porque cada usina depende do sítio onde ela é construída, por causa das fundações, esse terremoto a que eu me referi à senhora, etc. Os sistemas todos têm que ser projetados. Eu fui em 1977, e ela era para começar em 1978 e acabar em 1983. É o tempo que levava uma usina na Alemanha, em que as coisas todas andam *pari passu*. Acontece que nós começamos... Primeiro, levou um tempo porque nós treinamos esse pessoal todo. Porque nós queríamos a transferência de tecnologia. Nós não queríamos, como aconteceu com Angra 1, que os alemães fizessem a usina, como a Westinghouse fez, e nos mandassem a usina pronta. Nós queríamos participar desde o início. Por isso, treinamos os brasileiros aqui, como eu vou lhe mostrar aqui, ensinamos alemão, mandamos eles para lá etc. Isso levou um período de adaptação para projeto.

Quando ela estava a plena carga, em 1982, já atrasada, veio o problema das fundações, e quando acabou o problema das fundações, veio o problema do dinheiro. Quer dizer, aí a coisa foi catastrófica. Foi quando, em 1986, eu saí da área, desisti daquele negócio e fui para outro lugar, trabalhar numa empresa privada. O que, para mim, foi muito útil, porque eu tinha uma experiência, digamos assim, social e econômica, da prefeitura de Niterói... Primeiro, tinha aquela formação técnica, de tecnocrata, abrandada pela minha passagem política pela prefeitura de Niterói e, depois, melhorada pela minha participação na área privada.

Porque quando eu saí da... Eu fui convidado para essa **Cenose**, que deve estar aí no meu currículo, que era uma empresa brasileiro-alemã especializada em automação e robotização, quer dizer, uma coisa completamente fora. Mas eu estava desesperançado da área nuclear, porque nunca vinha o dinheiro para nós fazermos. Aí, mudei para São Paulo, aonde eu era presidente dessa empresa brasileiro-alemã. Foi aí que eu aprendi alemão – e já esqueci –, porque o dono da empresa não falava inglês, só falava alemão, e a esposa dele falava inglês, então, no princípio, eu falava com ele através dela, no fim, depois, eu tive que aprender alemão. E fiquei dois anos, em São Paulo, tentando fazer essa empresa, quando, em 1989, veio aquele problema do Collor, aquele sequestro de recursos. Não lembra? Foi em 1989.

M.M. – É inesquecível.

R.M. – Mas eu gostaria, antes de o senhor entrar nisso, eu gostaria de voltar um pouquinho mais atrás. Mais ou menos na época em que o senhor está como superintendente da Nuclen, tem a CPI da Energia Nuclear.

R.F. – Ah, isso é ótimo! Fizeram dezenas de CPIs e todas elas concluíram o seguinte: é importante, deve ser feito, deve continuar. Eu acho que nenhum programa foi tão auditado e tão cepeizado quanto esse da área nuclear.

R.M. – Agora, essa CPI não implicou em nenhum atraso, além dos que já existiam?

R.F. – Não, não. Foi feito em paralelo e, no fim, concluiu que o programa estava correto, que deveria ser feito, deveria ser intensificado etc. O que também não adiantava nada, porque a CPI recomendava e o Orçamento não vinha com recursos suficientes para fazê-lo, não é?

M.M. – Por que o senhor acumulou o cargo de superintendente da Nuclen e da Nuclep [Nuclebrás Equipamentos Pesados]?

R.F. – Não, da Nuclebrás.

M.M. – Não, aqui eu tenho uma informação do senhor na Nuclep. Não, não é?

R.F. – Não. Na Nuclep, eu nunca estive. Eu era diretor de Centrais da Nuclebrás.

M.M. – Tudo bem. É só para consertar...

R.F. – Era exatamente pelo seguinte, para não ter conflito entre o diretor da Nuclebrás e o presidente da Nuclen, porque senão ia repetir o exemplo de Furnas, que tem uma pessoa pensando de um jeito e outra, a responsável pela obra, pensando de outro. Então, quando o Paulo Nogueira saiu e o Licínio assumiu e me convidou para continuar, eu disse: “Eu só fico

se eu acumular as duas diretorias. Porque senão eu vou ficar de novo dependendo que a Nuclebrás, que é a dona do dinheiro, autorize a compra de equipamento, a concorrência etc. Vou ficar na situação que eu tinha com Furnas e isso eu não quero repetir”. Ele então concordou e me trouxe para a área nuclear, me trouxe para diretor da Nuclebrás.

Eu saí e fui para essa empresa...

M.M. – **Cenose** Indústria e Comércio, que era essa Brasil-Alemanha.

R.F. – Brasil-Alemanha. Foi ótima essa experiência, porque enquanto no serviço público você dá muito pouca importância, infelizmente, aos custos, nessas empresas privadas tinha que fazer um relatório... Um lápis que eu comprasse, tinha que comunicar. E ele me mandava dinheiro da Alemanha, para nós podermos fazer aqueles projetos todos.

M.M. – Quais eram os clientes da **Cenose**?

R.F. – Eram empresas industriais, principalmente, que queriam acelerar processos de automação e robotização. Até, às vezes, algumas empresas como, por exemplo, a C&A. Uma coisa simples. A C&A vende blusas, paletós etc. e o cara vai tirando o cabide e jogando lá. No fim do dia, aquela cabidada toda está uma intrincada na outra – isso é um exemplo simples –, e aquilo, para desintricar aqueles cabides, é um negócio infernal! Então, você tem que estudar certos processos, para que não aconteçam essas coisas. Depois tinha, por exemplo, um campo de prova da Volkswagen, aqueles campos de prova que o carro vai contra uma muralha de concreto com um boneco dentro, para verificar como é que funciona o cinto de segurança, como é que funciona aquela... Nós também fizemos um projeto desses. Mas a maioria era de processos de automação: melhorar a velocidade da produção, que era a especialização.

M.M. – Que era chamado de reengenharia.

R.F. – Reengenharia. O nome da companhia era reengenharia, empresa de reengenharia, exatamente isso. A reengenharia era, exatamente...

M.M. – Nessa virada dos 80 para os 90...

R.F. – Exatamente. Era a reengenharia de todos os processos produtivos, para que se conseguisse maior produtividade.

M.M. – E o senhor gostou da experiência? Foi uma grande diferença, ir para a iniciativa privada? O senhor está dizendo: “Ah, tem que dizer que comprei um lápis”. Mas não é só isso, há outros procedimentos, há...

R.F. – Há outros. O que é mais importante é o seguinte, é a autonomia que o presidente de uma empresa privada tem. Hoje, eu sou do Conselho de Administração de Jirau, e a autonomia que nós temos no conselho é fantástica. Esse foi o maior choque cultural que eu recebi. Porque lá eu decidia e acabava: contratava a pessoa, comprava, fazia o que eu queria, desde que eu prestasse contas ao dono da empresa lá. Mas eu tinha a responsabilidade pelo resultado daquele negócio. No serviço público, o sujeito não é responsável por resultado nenhum, então, fica essa divisão, essa diluição de autoridade e responsabilidade que nós temos, agravada mais ainda, nos últimos anos. Foi uma experiência muito positiva.

M.M. – O senhor ficou só dois anos.

R.F. – Pois é. Porque quando eu estava...

M.M. – Por quê?

R.F. – Por causa do...

M.M. – [Por causa] do Collor?

R.F. – Por causa do confisco. Porque acontece o seguinte: ele me mandava dinheiro da Alemanha e eu mantinha uma conta no banco aqui, pagava o pessoal e prestava contas

mensalmente. De repente, o dinheiro do banco foi congelado. Aí, eu fiz um e-mail para ele lá pedindo o dinheiro para pagar o pessoal. Ele disse: “Ué! E as nossas reservas?”. Eu digo: “As nossas reservas foram congeladas”. Ele disse: “Mas teve uma revolução?” Eu digo: “Não. Teve a primeira eleição democrática”. [risos] O alemão nunca entendeu isso.

M.M. – Nem nós. Nem nós.

R.F. – Ele não conseguiu nunca entender como... Eu disse: “O nosso dinheiro está congelado”, falei mais com ela, que falava inglês, “está congelado”. “Mas como congelado?!” “Está congelado. Agora, cada um ficou com 50 mil reais [em 1990, 50 mil cruzeiros]”. Ele disse: “Poxa, mas isso só foi feito depois da Segunda Guerra, quando cada alemão começou com 50 marcos! Aí teve uma revolução?”. Eu digo: “Não, não teve. Pelo contrário, teve a primeira eleição democrática”.

R.M. – Nem revolução nem guerra.

R.F. – “Mas como é que, em uma democracia, podem congelar o dinheiro das pessoas e dizer que cada um começa com 50 mil?” “É, a democracia aqui é diferente, sr. **Schaeller**”. Ele até é falecido hoje. E ele fechou. Mandou pagar tudo e mandou fechar a empresa. Porque a senhora imagina, uma pessoa, lá na Alemanha, tem uma empresa com o dinheiro, o capital de giro no banco e, de repente, recebe uma notícia de que o dinheiro dele foi congelado e vai ser devolvido, não sei quantos anos depois, com uma correção que nós não sabíamos qual era. O cara... “Esse país é de bugre. Não vou investir mais nada lá”.

M.M. – Do ponto de vista administrativo, o senhor pediu licença da Nuclebrás? O senhor era funcionário?

R.F. – Eu era funcionário de Furnas.

M.M. – O senhor pediu licença? Ou [estava] aposentado?

R.F. – Não. Eu tinha sido colocado à disposição da Nuclebrás. A essa altura, eu já estava aposentado.

M.M. – Ah, então, o senhor estava aposentado...

R.F. – Estava podendo ir para onde eu queria.

M.M. – ...podendo ir para onde...

R.F. – Podendo ir para onde eu queria.

M.M. – Antes de avançar, eu queria voltar um pouquinho sobre Angra 1. Desse conjunto de análises que o senhor fez sobre os atrasos de Angra 2, o senhor fez vários tipos de análise, porém, o senhor não acha que as dificuldades de Angra 1, que apresentaram...?

T.C. – Os geradores de vapor e todo o problema da troca de geradores.

M.M. – É, vários problemas...

R.M. – Principalmente com os equipamentos da Westinghouse.

R.F. – De início, houve um problema sério com os geradores de vapor. Porque dentro da usina... Vocês já viram isso aí. Em um reator pressurizado, a água é mantida sob pressão. Porque a água ferve a cem graus, nas condições normais de temperatura e pressão, e quando se aumenta a pressão, ela ferve numa temperatura mais alta, e nós precisamos dessa temperatura mais alta para gerar vapor em maior quantidade, para gerar energia. Esses geradores de vapor tinham uma deficiência de nascença que não eram suficientemente equacionados, e Furnas entrou na Justiça contra a Westinghouse, justamente para poder resolver esse problema, pedindo uma indenização ou a troca dos geradores de vapor etc. Mas segundo... Isso eu também não acompanhei, porque eu não estava lá, eu estava na Nuclen nessa época. A Westinghouse contratou lá aqueles... os melhores advogados dos Estados

Unidos, aquele que ganha dois milhões de dólares. Furnas também pagou um milhão de dólares lá para o cara e nós perdemos a ação. Depois de não sei quantos anos lá nos tribunais americanos, nós perdemos a ação e a Westinghouse acabou não indenizando nada. Esses geradores tinham um erro, tinham um problema de nascimento, tanto que em uma outra usina, na Coréia, deu um problema semelhante.

Agora, na realidade... Isso eu vou dizer quando eu chegar depois... quando eu voltei a Furnas. A área nuclear, em Furnas, sempre foi o patinho feio. O patinho bonito era a hidrelétrica. Furnas não tinha térmica. A única térmica que ela teve, a de Santa Cruz, foi herdada com a extinção da Chevap [Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba]. Como eu falei aqui, o Lacerda tinha feito a Chevap e, quando extinguiu, veio para Furnas. Eu fiquei com Funil e outras pessoas ficaram com Santa Cruz. Mas Furnas não tinha a menor experiência térmica e via com maus olhos esse negócio... Ou via com bons olhos a parte hidrelétrica e não dava muita importância para essa área nuclear. Foi mais como uma experiência que o Cotrim quis fazer de um novo tipo de geração de energia. Quer dizer, Furnas, como tinha uma série de usinas com uma potência muito grande, não dava muita importância a isso, o que eu vi quando voltei, com a presidência de Furnas, que eu vou lhe dizer depois como é que aconteceu.

Mas aí, de repente, ele chegou e disse: “Muito obrigado etc. Eu vou fechar essa empresa, porque eu não vou investir dinheiro num país que, depois de uma eleição democrática, toma o dinheiro de todo mundo”.

R.M. – Mas eu queria voltar à Westinghouse.

R.F. – Pois não.

R.M. – Agora eu já não me lembro mais em que fonte que eu tive essa informação, mas o que eu li foi que parte dos problemas apresentados pelos equipamentos da Westinghouse tinha sido por conta de pequenas adaptações feitas ao longo do projeto inicial de Angra 1. Isso...?

R.F. – O problema era o seguinte... O que era um problema grande em Angra 1 era o seguinte: quando nós fizemos essa concorrência – eu ainda estava lá – para comprar Angra 1, nós fizemos uma concorrência internacional para comprar uma usina mais barata. Foi pelo preço... Primeiro, a tecnologia, e foi escolhido o PWR [Pressurized Water Reactor], que é o reator pressurizado, porque 80% dos reatores do mundo são desse tipo e, como eu contei outro dia aqui, quem começou com isso foi a Westinghouse e a GE, depois do negócio do submarino. Quer dizer ficaram sendo as duas usinas mundialmente conhecidas, e transferiram para a Alemanha, para a França e tudo isso. Então, ela é uma usina muito compacta. Porque para economizar... Com a quantidade de tubulações e cabos que tem... É bom que vocês visitem um dia Angra 2 e Angra 1 para ver.

M.M. – Nós fomos já.

R.F. – Então, já conhecem. Vocês viram aquela tubulação, aquela...?

M.M. – Vimos.

R.F. – Eles fizeram uma coisa muito condensada, para gastar menos tubulação, menos cabo, menos controle. É uma usina econômica. E isso talvez tenha criado alguns problemas na operação. O pessoal, também, não tinha muita experiência – era *the first of a kind*, a primeira que eles faziam etc. Por isso deu alguns problemas.

R.M. – Com relação a esses problemas, nós vemos: em 1983, os testes com Angra apresentaram problemas; depois, em 1984, ela voltou a ser desligada, por conta de um vazamento de óleo. Esse tipo de desligamento é uma coisa comum de acontecer?

R.F. – Eu vou lhe explicar. Na maioria das vezes, Angra 1 foi desligada por questão de segurança. Eu vou lhe dar um exemplo. Ao contrário das outras usinas todas, quando a senhora desliga a usina, aqui no vaso do reator está acontecendo uma reação exotérmica. Quer dizer, a fissão nuclear gera calor. Numa caldeira comum, quando a senhora desliga o combustível, o carvão ou o gás, acabou. Desligou, parou de esquentar. Aqui não. Aqui,

quando a senhora cessa a reação nuclear, continua havendo ainda alguns nêutrons que ainda estão se fissionando, e isso gera calor. Então, tem que ser refrigerado. Agora os reatores modernos já não são assim, mas esses da época têm bombas potentíssimas aqui que, quando desliga o reator, bombeiam a água fria para refrigerar esse reator. Essas bombas, evidentemente, precisam de energia, então, a senhora tem que ter duas fontes externas, e têm alguns geradores diesel – são seis –, que têm que entrar em funcionamento em décimos de segundo, para alimentar essas bombas para refrigerar o reator. Então, quando um desses [geradores] diesel dá problema – esses diesel são sistematicamente postos a trabalhar –, tem que parar a usina. Então, cada coisa dessas, cada dispositivo de segurança desses que tem que ser testado permanentemente, quando ele tem algum probleminha, desliga a usina. Então, isso aconteceu um cem número de vezes. Esses diesel deram problema – eu acho que esses diesel foram feitos aqui no Brasil, chegaram a ser feitos aqui. –, esses diesel deram problema inicialmente. Então, a usina era chamada até de “vaga-lume”, porque ela entrava e saía, entrava e saía. Mas ela saía por questões de segurança. E os problemas maiores que aconteceram não foram na área nuclear; foram na área convencional, na turbina, nos... os transformadores queimaram etc., e deram esses problemas todos.

M.M. – Mas o fato de ser nuclear causava exatamente esse tipo especial de preocupações.

R.F. – Claro! Porque se parar uma usina hidrelétrica porque queimou o transformador, ninguém vai estar preocupado com isso, mas se parar uma nuclear... Graças a Deus, nunca teve nenhum acidente na área nuclear. Foi sempre na área convencional, que é uma área mais fácil de ter problema – o gerador, a turbina, a excitatriz... Não dá mais problema porque há um gerador fantástico. Imagine a senhora, no caso de Furnas, de Angra 1, tem 600 MW num gerador só; Angra 2 são 1.200 MW num gerador só. São os maiores geradores do mundo – na área convencional, que gera eletricidade. Então, eles dão mais problema do que a área nuclear propriamente dita, que é uma simples reação que gera calor, não tem grandes peças móveis. Só têm aqueles que servem para refrigerar o reator. Então, ela foi chamada de “vaga-lume” por causa disso, porque era desligada. Mas a maior parte das vezes, felizmente, não foi por problema nuclear.

M.M. – Mas talvez em função exatamente desse relativo insucesso de Angra 1, foi criada uma Comissão de Avaliação do Programa Nuclear [Brasileiro], chefiada pelo Israel Vargas. O senhor lembra dessa...?

R.F. – Lembro. Esse relatório do Israel foi absolutamente favorável. Tem até lá na Eletronuclear. Eles podem lhe dar. O relatório do Israel... O Israel é um sujeito extremamente competente e fez um relatório supercompetente, mostrando que estava... que o nuclear era correto. Vocês deviam pedir esse relatório do Israel Vargas. A Eletronuclear tem. É altamente elogioso.

M.M. – Então, não teve nenhuma consequência sobre o andamento futuro do Programa Nuclear Brasileiro.

R.F. – Não. Todas essas CPIs e todas essas análises que foram feitas – por exemplo, do Israel Vargas – foram sempre positivas. Nenhuma delas sugeriu que se parasse ou se alterasse ou coisa dessas. Nenhuma delas.

M.M. – Bom, o senhor ficou, pelo que nós temos de informação, o senhor ficou de 1987 a 1989 na **Cenose**, aí veio o Collor e o empresário alemão resolveu sair desse país tão excêntrico.

R.F. – [Resolveu] fechar a empresa. Sair em definitivo.

M.M. – E aí, aqui está que o senhor foi ser consultor na área de energia e reengenharia.

R.F. – É. E, simultaneamente, eu era dessa Abdan [Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares], já na época. Eu fui ser presidente da Abdan. Eu acho que isso eu nem botei aí.

M.M. – Nós temos aqui a partir de 2003.

R.F. – Aí foi a segunda vez, quando eu voltei.

M.M. – Ah! Então, aqui o senhor já vai, em 1993... O senhor lembra quando o senhor foi para a Abdan?

R.F. – Eu saí em 1989 e... Em 1993, eu já estava voltando para Furnas.

M.M. – Exatamente. Então, nós estamos querendo 1989, 1990, 1991 e 1992.

R.F. – Em 1991 e 1992, eu estava na... O governo Sarney acabou em que...?

M.M. – Acabou em março de 1990, o governo Sarney.

R.F. – Então, em 1990, eu era presidente da Abdan. Eu não botei aí.

M.M. – Não.

R.F. – Eu vou lhe dizer por que eu lembro disso.

M.M. – Ah, então, foi para a Abdan. Mas antes, na sua volta para as instituições governamentais, nós temos aqui que o senhor foi presidente da LAS/ANS (Latin American Section/American Nuclear Society).

R.F. – A Latin American Society é uma associação semelhante à Abdan: não tem nenhuma função executiva. É uma associação que promove a energia... A American Nuclear Society, que é uma associação mundial que promove a energia nuclear, tem algumas seções em alguns países do mundo, e a Latin American Section abrange: México, Argentina e Brasil.

M.M. – E o senhor era o presidente, o *chair*?

R.F. – Eu fui presidente lá. Mas é uma associação apenas... de pouca... Não tem nem a representatividade que tem a Abdan, por exemplo. Mas nessa altura, quando eu...

M.M. – Então, em 1990, na Abdan, como foi o convite? Por que o senhor resolveu ir para essa área de Associação Brasileira...?

R.F. – Quem estava nessa época na Abdan... Eu não lembro quem... Era o Paulino Cícero. Eu substituí...

M.M. – Que foi ministro das Minas e Energia do Itamar.

R.F. – Pois é. Eu vou explicar. O Paulino Cícero era... Foi o Paulino Cícero que me convidou para substituí-lo como presidente. Ele era presidente...

M.M. – O senhor o conhecia? Sim, conhecia, porque Minas está sempre perto de Furnas e sempre perto de energia, não é?

R.F. – Eu conhecia o Paulino Cícero. Não tinha intimidade com ele, mas conhecia. Depois, é a tal história, eu fiquei sendo uma das poucas pessoas que tinha atravessado toda essa história nuclear. Então, quando o cara dizia: “Mas quem é que eu vou chamar?” “Ah, esse cara aqui não conseguiu fazer usina nenhuma, mas está há 30 anos tentando. Quem sabe ele consegue fazer agora?”. [risos] Sei lá, qualquer coisa dessa área. E eu lembro disso bem porque foi... Quando eu voltei... Eu substituí o Paulino Cícero... Depois, é importante porque eu voltei para Furnas a convite dele...

M.M. – A convite dele, que era ministro.

R.F. – ...que era ministro. Eu fui ser presidente lá e aí eu procurei... Eu tinha saído, tinha me afastado desde 1986, não é? “Como é que está esse negócio aí?” “Está tudo na mesma: atrasado, parado, não tem dinheiro...” Porque, justamente, em 1990 foi a moratória e aquele negócio todo, e a Nuclebrás não tinha mais dinheiro porque a influência do Paulo Nogueira

tinha acabado. Infelizmente, aqui nesse país, a influência dos presidentes da empresa é muito importante, porque na hora de mexer no Orçamento, ele vai lá e mexe, não é? Aí nós tivemos uma atitude muito interessante: eu era presidente e estava com o Thompson Motta, que vocês talvez conheçam daqui, e um outro engenheiro lá, que foi presidente da Cemig, e nós fomos conversar com o Bayma Denys, que era o chefe da Casa Militar do Sarney, e dissemos: “Ministro, acontece o seguinte, o negócio nuclear está todo parado porque a Nuclebrás não tem dinheiro. Quando chega na hora... Todos os outros órgãos têm uma porção de empresas. A Nuclebrás só tem a construção de usinas de Angra. Quando chega na hora de cortar o Orçamento, todo mundo corta, não sobra nada para ela. Então, Angra 2 está praticamente parada, só mantendo a Nuclen vegetativa. E nós precisamos fazer o seguinte, nós precisamos fazer isso voltar para Furnas”.

Veja como é a realidade das coisas, não é? Nós tínhamos tirado de Furnas, quando fizemos aquele contrato de *turn key*, e nessa situação em que a Nuclebrás não tinha dinheiro, e nós achávamos que não ia ter, nós fomos ao Bayma Denys e dissemos: “Ministro, não dá para continuar assim”. E os militares sempre tiveram interesse na área nuclear, por uma série de circunstâncias, não é? “Nós precisamos que isso volte para Furnas.” Ele disse: “Como é que isso pode ser feito?”. Eu disse: “Isso tem que ser feito extinguindo a Nuclebrás”. O coitado do Licínio nem sabia. Aí, ele analisou, é lógico – ele não resolveu aquilo na hora –, nós demos uma porção de argumentos para ele, levamos uma porção de coisas mostrando que não tinha dinheiro há muito tempo, que o orçamento da Nuclebrás estava cada dia menor, só dava para manter pessoal, não dava para gastar nada na usina. Ele conversou com o Sarney e, não sei como, fez um decreto extinguindo a Nuclebrás e retornando para Furnas a construção da usina, e ela aí começou a ter um novo impulso. Mas acontece o seguinte, o presidente da Cemig [não seria presidente de Furnas??] na época era o nosso amigo que foi ministro da Indústria e Comércio e presidente da Cemig, de Minas Gerais... [Mais adiante, o entrevistado lembra ser João Camilo Penna.]

M.M. – Foi ministro da Indústria e Comércio do Sarney?

R.F. – Foi ministro da Indústria e Comércio do Collor. [confundindo-se]

M.M. – Ah, aí eu não me lembro. Do Collor, eu não me lembro.

R.F. – Ele foi presidente da Cemig. Daqui a pouco eu lembro o nome dele. Ele foi presidente da Cemig durante muitos anos. É um sujeito fantástico da área de energia etc. [O Camilo Penna] disse: “Eu não recebo essas usinas de volta de jeito nenhum! Esse negócio aqui já deu muito prejuízo para Furnas, é um negócio complicado...”

M.M. – Eliseu Resende?

R.F. – Não. O Eliseu Resende foi presidente da Eletrobrás.

M.M. – [Foi presidente] de Furnas, é o que nós temos aqui, em 1990 e 1991. Não era o Eliseu Resende, não? O Eliseu Resende era de Minas Gerais.

R.F. – Não, mas ele foi presidente de Furnas mais tarde.

M.M. – Luiz Laércio Simões Machado?

R.F. – Não. Esse foi quem me substituiu em Furnas. Era um cara da Cemig conhecido. Ele foi ministro da Indústria e Comércio do Figueiredo, aliás.

M.M. – Aí, não lembro. Aí, nós temos que ver.

R.F. – Mas eu lembro daqui a pouco. E ele disse: “Eu não recebo isso de jeito nenhum! Isso aí já deu problema etc.”. Mas aí o Sarney fez o decreto, o Bayma Denys levou e ele teve que engolir. Engoliu mas não deglutiou, ficou preso na garganta. Então, mais uma vez, virou o patinho feio de Furnas, porque ele não queria receber de jeito nenhum. Recebeu obrigado por um decreto do presidente e refugou aquele negócio e o troço ficou outra vez em compasso de espera.

M.M. – Ou seja, na verdade, nós estamos fazendo um histórico da energia nuclear como um patinho feio, não é?

R.F. – Sempre foi. Agora é que ela está...

M.M. – E Chernobyl? Teve um impacto, aquele acidente de Chernobyl em 1986? Também não teve um impacto?

R.F. – Chernobyl teve um impacto em outros países, sobre a questão...

M.M. – Aqui não?

R.F. – Não, aqui...

M.M. – De atrasar a usina nuclear.

R.F. – O reator de Chernobyl é um reator completamente diferente daqui. Era um telhado comum, não tinha um envoltório, como nós temos, um envoltório de concreto e mais o envoltório de aço aqui dentro, que agora as usinas têm. Era um telhado comum. O moderador não era água; era grafite, e grafite pega fogo, por isso é que deu aquele incêndio. Então, o problema que aconteceu em Chernobyl não foi o que prejudicou grande parte a área nuclear no mundo. Foi o problema de Three Mile Island, que é um acidente que aconteceu nos Estados Unidos semelhante a esse aqui, mas em que não aconteceu nenhuma transferência de radiação porque era um projeto moderno, mas que deu um prejuízo bárbaro para a empresa americana, porque ela perdeu o reator. E o americano é muito *money-minded*, quer dizer, um negócio que deu um prejuízo desses... Deu um recuo na construção de novas usinas.

R.M. – Mas esse incidente de Three Mile foi em 1979, não é?

R.F. – Foi. É por isso que eu digo que não foi o de Chernobyl que influenciou. O de Three Mile Island já tinha dado um recuo, por problemas econômicos. E Chernobyl afetou mais o

problema do Greenpeace, populações. Mas, efetivamente, a construção... Tanto que o Japão continuou, a França continuou, a Rússia continuou...

M.M. – Mas a Alemanha parou. A Alemanha praticamente tirou fora toda e qualquer atividade nuclear no território alemão.

R.F. – Não, não. Mas ela tirou depois que o Kohl [Helmut Kohl] assumiu, mas por questões... Porque ele, para poder governar a Alemanha, ele fez uma...

M.M. – A aliança com os verdes?

R.F. – ...ele fez uma aliança com os verdes, e a condição da aliança era que... E agora eles estão voltando atrás, porque, justamente, se fecharem as usinas, a Alemanha vai trazer essa energia de onde? Carvão? Óleo? Petróleo? Para poluir e ter mais CO₂? Está todo mundo preocupado, haja vista esse filme *2012* aí. [riso]

M.M. – Há um *revival* claro da energia nuclear, não é?

R.F. – No mundo inteiro, por causa dos problemas ambientais.

M.M. – O patinho feio está virando cisne.

R.F. – Está virando cisne, é verdade.

M.M. – Mas vamos voltar... Podemos voltar para o Paulino Cícero?

R.F. – Podemos.

M.M. – E, portanto, a sua volta...

R.F. – Foi a convite do Paulino.

M.M. – Primeiro ele lhe chamou para a Abdan.

R.F. – Foi.

M.M. – O senhor o substituiu?

R.F. – Eu o substituí como presidente, na Abdan. Nessa Abdan, nós fomos lá e conseguimos voltar para Furnas. Camilo Penna era o nome que eu queria me lembrar.

M.M. – Pronto. É isso mesmo, João Camilo Penna.

R.F. – O presidente [de Furnas na época] era o Camilo Penna, que foi ministro da Indústria e Comércio do Figueiredo, não é?

M.M. – Sim, exatamente. É isso mesmo. Foi presidente de Furnas de 1985 a 1989. Ele ficou quatro anos em Furnas.

R.F. – Exatamente. Ele era nessa época aí, em 1989.

M.M. – Furnas era um pouco um feudo mineiro, não é?

R.F. – Furnas sempre foi um feudo mineiro.

M.M. – Minas sempre gostou dessa área e de banco, não é?

R.F. – Minas sempre comandou. O Eliseu...

M.M. – O Eliseu Resende, também.

R.F. – O Licínio era de Minas. A usina é em Minas, em Passos, e foi o Juscelino que criou. Ela sempre teve um...

M.M. – Pois é. O Lucas Lopes... Tudo mineiro, por uma coincidência enorme.

R.F. – Tudo mineiro.

M.M. – E banco, também.

R.F. – O Camilo Penna era mineiro.

M.M. – O Paulino Cícero...

R.F. – E o Camilo Penna disse: “Eu não aceito essa usina de jeito nenhum”, mas veio o decreto e ele teve que engolir. Aí, manteve lá congelado. Alimentava a Nuclen, pagando o pessoal etc., mas não mexia na usina propriamente dita.

R.M. – Agora, é mais ou menos nessa época que nós temos um Programa Nuclear Autônomo. O que é isso, exatamente?

M.M. – Bom, isso foi o seguinte: o Programa Nuclear Autônomo era o programa da Marinha. Esse programa era um programa que não dependia de tecnologia, teoricamente.

R.M. – Então, é como uma continuação ao Programa Paralelo?

R.F. – O Programa Paralelo continuou durante muito tempo, até recentemente, quando eles concluíram as centrífugas. E aí, eu estava na Abdan e fazendo também... Porque nós sempre temos umas consultorias: o cara que tem um probleminha, quer montar uma usina não sei aonde... Quando o Paulino Cícero me chamou e disse: “Eu queria te convidar para ser o diretor de Produção Termonuclear de Furnas”. Eu digo: “Mas Paulino, é para acabar a usina? Porque eu estou desde 1977 tentando fazer essa usina. Já tirei isso da minha biografia. Eu

pergunto a você, é para acabar a usina?”. “É para acabar. Você sabe que eu fui o primeiro presidente da Abdan, você vai ter todo o apoio lá para acabar a usina.” Eu digo: “É *pra* valer? Então eu aceito”. Aí assumi, em 1993, a Diretoria de Produção Termonuclear de Furnas.

Aí, para a senhora ter uma ideia, para surpresa minha, eu encontrei Angra 1 parada há 18 meses, totalmente parada, porque não tinha combustível. Nós tínhamos um contrato com a Westinghouse que garantia o combustível para a vida toda da usina, mas o Jimmy Carter, quando assumiu lá, que era complicadíssimo etc., baixou lá uma resolução qualquer que quem não tinha assinado o Tratado de Não-Proliferação, e nós não tínhamos assinado, não podia receber nada da área nuclear, nada, nada, nada. Então, a usina estava parada há um ano e meio, imagine a senhora, com aquele pessoal todo lá sendo sustentado por Furnas, sem gerar um quilowatt. Mas como Furnas tinha todas aquelas hidrelétricas, tinha uma potência enorme, 600 MW não eram problema. Para qualquer empresa privada seria. Você não vai gastar uma fortuna numa usina e mantê-la parada durante um ano e meio porque você tem outras usinas. Não é possível, não é?

E eu, já com o meu espírito de empresa privada, logo que assumi lá, eu vi o seguinte, que não era possível continuar dessa maneira. Como nós tínhamos assinado esse acordo com a Alemanha, eu chamei o pessoal lá, os diretores – nós tínhamos um bom relacionamento –, e disse: “Olha, você vai me projetar um combustível para Angra 1. É uma usina Westinghouse, mas vocês são... Afinal de contas, a Siemens e a KWU têm *know-how* dessa história, têm o projeto aí, vocês vão me projetar um combustível para eu botar em Angra 1 e Angra 1 voltar a funcionar”. Inclusive porque o pessoal dizia lá que enquanto Angra 1 não voltasse, não iam gastar dinheiro em Angra 2. Com razão, não é?

E aí, eu fui à Alemanha, conversei com os caras, programei... E ainda passei um Natal e um Ano Novo lá na Alemanha – a sorte é que a minha filha morava em Roma e eu ia para lá. E nós resolvemos fazer um combustível Siemens para uma usina Westinghouse. Fizemos e a usina voltou a funcionar, acho que em 1994, até numa situação muito melhor do que ela funcionava antes. Se você verificar a performance de Angra 1 de para e vai, depois de 1994, ela começou a gerar praticamente o ano todo. E eu tentando comprar uma carga Westinghouse, porque nunca é a mesma coisa, não é? O combustível, na hora que nós

trocávamos, dava uns probleminhas, o combustível Siemens, porque era uma adaptação, não era um combustível original. E os Estados Unidos brecando: “Não pode”. Eu queria... O combustível é um tubo com umas *pellets* dentro que é colocado numa grade, e os problemas aconteciam porque o combustível vibrava dentro da grade e, naquele ponto em que ele vibrava dentro da grade, acabava dando uma mozza ali e, na hora que nós íamos trocar o combustível, tinha problema. Porque a parte hidráulica, da água que passa ali para receber o calor, era uma adaptação alemã, não era o original. E eu quis importar as grades, porque grade é grade, não tem nada de urânio dentro, mas nem as grades eles deixavam que nós importássemos. Os americanos são tão liberais, dizem que não se pode jogar fora acordos etc...

R.M. – Mas, inclusive, nessa época do Jimmy Carter, estava a pressão pelos direitos humanos, não é? Ele estava pressionando o governo brasileiro.

R.F. – Os direitos humanos e tudo. O Irã tinha feito reféns os caras na embaixada americana, lembra? O Carter mandou uma missão lá que foi um fracasso, bateu um helicóptero no outro na hora do... Uma vergonha! Um negócio fantástico! Os americanos choravam de pensar nisso. Lembra-se dessa história?

M.M. – Perfeitamente.

R.F. – Foi um grupo... Enquanto os israelenses tinham ido lá e feito um resgate sem dar um tiro, os americanos foram lá, não conseguiram resgatar os americanos e, ainda, na hora de levantar, bateu um helicóptero no outro. Um vexame! Eu me lembro que fui a um coquetel na embaixada americana e estava todo mundo encabulado com aquele negócio do Carter.

Bom, nessa história, então, eu consegui fazer voltar Angra 1 e comecei a trabalhar em Angra 2.

M.M. – Mas conseguiu, afinal, adaptar o combustível?

R.F. – Eu vou contar em seguida. Esse combustível começou a funcionar, em 1993 e 1994, mas ele dava esses probleminhas. Nessa altura, o Clinton veio ao Brasil fazer uma visita. E nesse meio tempo, nós tínhamos assinado o Tratado de Não-Proliferação – o Congresso tinha aprovado e nós tínhamos assinado. O Ronaldo Sardenberg, que era o ministro de Assuntos Estratégicos, me ajudou demais, nesse aspecto. É uma pessoa excepcional. Ele hoje é presidente da Aneel. [Ronaldo Sardenberg é presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).]

M.M. – Mas o senhor passou de diretor de Produção Termonuclear para presidente de Furnas.

R.F. – Passei. Aí foi na segunda etapa. Ainda como diretor de Produção Nuclear, eu conversei com o ministro Sardenberg, disse: “Ministro, agora... O que os americanos alegavam para nós não importarmos era que nós não tínhamos assinado o Tratado de Não-Proliferação. Agora, nós já assinamos, o senhor aproveita aí essa visita do Carter, com os diplomatas que vêm com ele...”

M.M. – [Visita] do Clinton.

R.F. – “...do Clinton, com o Departamento de Estado, e vê se o senhor consegue que o Departamento de Estado autorize a Westinghouse a exportar para nós uma carga completa de Angra 1 com a tecnologia deles etc.”. E ele aí conversou com o Clinton e o Clinton autorizou. Aí o pessoal da INB (Indústrias Nucleares do Brasil), na hora de negociar o contrato com a Westinghouse, fez uma condição: eles queriam a transferência de tecnologia da fabricação do combustível Westinghouse, como eles tinham tido da Siemens, já que quando a Siemens quis fazer, não ficou tão bom assim. E conseguiram. Assinaram com a Westinghouse um acordo de transferência de tecnologia para a fabricação de combustível Westinghouse. E desde aí, se a senhora pegar o recorde aí, Angra 1 funcionou perfeitamente. Só parou agora, para trocar esses geradores de vapor que tinham problema de nascimento.

R.M. – Esse acordo com a Westinghouse foi em que ano?

R.F. – A primeira carga Westinghouse?

R.M. – É.

R.F. – Foi em 1983.

M.M. – Não, mas esse que o senhor está falando agora, com o Clinton.

R.F. – Não, desculpe, foi em 1993, quando o Clinton veio aqui. Foi em 1993. Bom, aí, quando... E eu, evidentemente, estando na Diretoria de Produção Termonuclear, eu estava preocupado com as usinas nucleares, das quais eu vinha cuidando há 30 anos. Aí, quando eu fui promovido para presidente...

M.M. – Aí o senhor inverteu. Agora, quem estava mandando em Furnas era...

R.F. – Era eu.

M.M. – ...era a nuclear.

R.F. – Ah! Pois é.

M.M. – Pela primeira vez na história.

R.F. – Mas o pessoal dizia: “Esse presidente é nuclear, então, agora, tudo vai para Angra 2”. O que não deixou de acontecer, como é óbvio, não é? Mas aí eu tive a maior surpresa da minha vida. Porque enquanto eu estava na minha diretoria, eu estava lá discutindo os meus orçamentos etc., e quando eu assumi a presidência, eu fiquei com a visão geral. Furnas tinha dado prejuízos de balanço no ano anterior. Aí, eu descobri o seguinte, que Furnas vinha tentando fazer, simultaneamente: Angra 2, Serra da Mesa, Corumbá, o terceiro circuito de Itaipu e linhas de transmissão para Brasília. Ela colocava 500 milhões de dólares, 100 milhões em cada uma dessas obras e nenhuma delas entrava no caminho crítico, porque o

dinheiro era insuficiente. Serra da Mesa vinha se estendendo há mais de 10 anos; o terceiro circuito de Itaipu não era um problema de Furnas...

Eu tenho que fazer aí um parêntese para explicar uma coisa. Até o Eliseu Resende fazer uma legislação, quando ele era presidente da Eletrobrás, a tarifa de energia era pelo custo. Então, o que nós investíamos, a tarifa dava 10% sobre o investimento. Então, nós tínhamos a garantia da tarifa. Porque a senhora podia investir – investir mal, se fosse o caso – porque tinha uma garantia de tarifa. E pior: quanto menos eficiente fosse a diretoria da empresa e mais gastasse, mais ela tinha a garantia da tarifa. Acabou essa história e ficou sendo a tarifa através do custo comprovado junto à Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] etc. Mas aquele pessoal antigo de Furnas ainda tinha aquele conceito de que pode fazer tudo quanto for obra porque a tarifa é garantida. E já não era mais.

Então, quando eu assumi lá, na primeira reunião de diretoria, eu chamei o pessoal do planejamento e disse: “Escuta uma coisa aqui, como é que vocês estão aí há cinco anos gastando 100 milhões por ano e nenhuma dessas obras aqui anda? Não dá. Cem milhões para cada uma dessas obras não dá... Quem diz [que Furnas deve construir] o terceiro circuito de Itaipu?”. Aí, o pessoal do planejamento lá: “Não, doutor, isso aqui é um circuito de garantia. E o senhor tem que entender que isso aqui é um sistema de Primeiro Mundo e que...” Eu digo: “Escuta uma coisa, a energia de Itaipu está toda vendida. Eu não vou vender um quilowatt-hora a mais com esse terceiro circuito que vai custar um bilhão de dólares. De onde você acha que eu vou tirar o dinheiro para pagar esse circuito?”. “Ah, isso aí é uma questão de segurança.” Eu digo: “Espera aí, meu amigo. Isso aí é uma questão de segurança é o seguinte: se eu fosse multado pela interrupção de energia ou pela baixa de frequência, aí eu fazia um cálculo de um seguro, e talvez fosse melhor eu fazer o terceiro circuito, para me garantir, do que pagar um caminhão de seguro. Mas não é o caso. Eu não vou vender um quilowatt-hora a mais. Isso é um problema da Eletrobrás. Porque esse circuito... Itaipu não é para Furnas, é para o Brasil inteiro. Eu não posso assumir uma responsabilidade por um terceiro circuito que vai atender ao sistema energético brasileiro, não a Furnas”.

Aí, fui conversar com o Alquéres [José Luiz Alquéres], que é um sujeito profundamente inteligente, que era o presidente da Eletrobrás. Eu digo: “Alquéres, é óbvio”. Ele disse: “Você

tem toda a razão, isso é um problema da Eletrobrás”. Eu digo: “Você assume esse terceiro circuito de Itaipu, eu transfiro para você o que nós já compramos, cabo, torre...”. O pessoal saía comprando – era uma coisa de louco! –, sem se preocupar com o retorno daquele investimento. Saiu o terceiro circuito de Itaipu, que era um peso desgraçado, não é?

E linhas de transmissão, estavam fazendo linhas de transmissão para a Cesp, que nos devia um bilhão de reais, de energia que eles não pagavam. E quando o Camilo Penna foi reclamar do Quércia [Orestes Quércia] e disse que ia interromper a energia, o Quércia disse que botava a Polícia Militar lá, e o Camilo Penna voltou e pediu demissão de Furnas. Quando eu assumi a presidência – eu conheço o Camilo há muito tempo –, ele me telefonou e disse: “Ronaldo, eu estou lhe ligando para lhe dar os pêsames”. [risos] Eu disse: “Por quê?”. “Você assumiu a presidência da empresa mais complicada do mundo, porque não recebe dinheiro da Cesp...”. E, na época dele, houve uma série de greves, vaiaram ele, foi uma coisa horrorosa.

Depois, eu digo: “E essa linha aqui?”. “Isso é um *bay*” – um *bay* é uma entrada que nós fazemos na subestação – “um *bay* para a linha da Cesp.” Eu digo: “Mas, escuta, a linha da Cesp já chegou lá?”. “Ah, não sei.” Quer dizer, eles faziam um planejamento setorizado. “Ah, isso aqui é uma empresa de...” “É de Primeiro Mundo coisa nenhuma. Vocês vão acabar falindo.” Aí, parei essas usinas todas. E eu disse: “Enquanto a Cesp não pagar, não faço *bay* nenhum para a Cesp”. Parei as usinas e parei o terceiro circuito e transferi para a Eletrobrás.

Ainda agora, eu liguei para o Pedro [Pedro Figueiredo??] para saber se, nesse apagão aí, se Angra 1 e Angra 2 tinham saído... Porque eu tinha pedido ao Mario Santos que ilhasse aqui essa área e deixasse... Aí, liguei para o Pedro. Eu digo: “Pedro, Angra 1 e 2 saíram?”. “Saíram.” “Mas Pedro, nós não combinamos com o Mario Santos, há 10 anos atrás...?”.

M.M. – Mas o Mario Santos não está mais lá.

R.F. – Mas estava lá naquela época que eu combinei. “[Não combinamos] de ilhar o sistema Rio-São Paulo?” “Ah, é. Mas dependia da Light e da Ampla, e acabaram não chegando a um acordo, ia sair muito caro, e não ilharam nada.” Quer dizer, cada vez que cai Itaipu, pula

Angra 1... Não adianta você ter uma usina próxima da carga se, quando cai lá, a sua usina também cai. Bom, mas isso é um problema técnico.

E o terceiro circuito passou para a [Eletrobrás]. Até, quando eu liguei para o Pedro, o Pedro... “Pois é, aquele seu terceiro circuito, você lembra?” Eu digo: “Lembro”. “Caiu também.” Foram os três circuitos. Eu digo: “Bom, pelo menos, não fomos nós que fizemos, em Furnas”.

Então, parei as usinas e fiquei com Serra da Mesa, Corumbá e Angra 2, que também...

M.M. – As linhas de transmissão, o senhor passou para quem?

R.F. – Eu suspendi simplesmente. Por ser uma linha de transmissão...

M.M. – Suspendeu. Suspendeu as linhas de transmissão e passou o terceiro circuito...

R.F. – E passei o terceiro circuito de Itaipu para...

M.M. – Então, ficou com Serra da Mesa, Corumbá e Angra?

R.F. – Fiquei com Serra da Mesa, Corumbá e Angra.

R.M. – Com isso, sobraram 200 milhões.

R.F. – Sobraram 200 milhões.

M.M. – Então, pronto, cada um ganhou um pedacinho.

R.F. – Mas também não dava para tocar as três usinas. Aí, eu digo: “Bom, eu vou fazer o seguinte, eu vou privatizar Serra da Mesa”. Ah! Foi um caos dentro da empresa. “Esse presidente é maluco! Nós temos a concessão!” Eu disse: “De que adianta você ter uma concessão, estar sentado em cima dela e não conseguir fazer a usina? Qual é a vantagem de você ser o concessionário e não fazer a sua concessão funcionar?”.

M.M. – Quando o senhor foi convidado para Furnas, havia já uma orientação da futura privatização de Furnas, que acabou não se efetivando?

R.F. – Havia. Quando eu criei a Eletronuclear, havia.

M.M. – O senhor já foi convidado um pouco para encaminhar esse processo de privatização, não é?

R.F. – Porque acontece o seguinte: no governo Fernando Henrique, o Raimundo Brito, que era o ministro da Energia, ele veio com a missão de acabar todas essas obras que estavam pendentes.

M.M. – Para privatizar, depois que acabasse esse...

R.F. – Ou privatizar ou, pelo menos, acabar, continuar. Porque estava Serra da Mesa; estava aquela usina de São Paulo, da Cesp, Porto Primavera, que vinha há 21 anos sendo feita, com custos astronômicos; Angra 2, com custos astronômicos; Serra da Mesa, com custos astronômicos. Porque qualquer usina que pode ser feita em cinco e é feita em 15, só o juro durante a construção eleva isso de uma maneira bárbara. Aí, vieram lá os Cavaleiros do Apocalipse e disseram: “Você está louco! Aquilo é uma barragem de terra...”.

M.M. – Quem são os Cavaleiros do Apocalipse? São setores organizados internos?

R.F. – Não. Você conhece a história do Apocalipse. É o fim do mundo, não é?

M.M. – Sim, pois é. Mas quem são esses?

R.F. – Não, eu era incluído como Cavaleiro do Apocalipse, ao querer privatizar Serra da Mesa. Imagine você, isso...

M.M. – Quem são os outros? Só o senhor?

R.F. – Não, eu e a diretoria. Porque a minha...

M.M. – Toda a diretoria.

R.F. – Ah! A diretoria, na minha época, era toda oriunda de Furnas. Não tinha ninguém do PTB, do PMB, do PRB, nada disso. Era gente que veio comigo, de engenheiro, de superintendente. A única pessoa de fora era o diretor de Administração, um cara fantástico de Porto Alegre, mas um sujeito...

M.M. – O senhor trouxe a sua equipe? Quer dizer, o senhor, quando veio para Furnas, trouxe a sua equipe ou escolheu entre os que já estavam lá?

R.F. – Não, [escolhi] entre os que já estavam. O pessoal já estava lá.

M.M. – Os Cavaleiros do Apocalipse.

R.F. – É, nós éramos os Cavaleiros do Apocalipse porque queríamos privatizar Serra da Mesa. Nós queríamos viabilizar a empresa. “Não pode porque a barragem é uma barragem de terra e está no meio da construção. Como é que o senhor vai privatizar essa história? Como é que vai passar para a iniciativa privada?” A Camargo Corrêa era a empreiteira do local. Aí, eu reuni com o pessoal da diretoria e nós discutimos como é que nós íamos fazer essa privatização. Na época, não tinha o decreto que criava os consórcios. Não existia ainda. Aí o meu diretor financeiro deu uma ideia muito boa: “Vamos fazer o seguinte, vamos fazer uma concorrência da seguinte forma, quem acabar a usina e der para Furnas o maior percentual de energia, ganha a concorrência”. Eu disse: “É uma ideia excelente”. “O privado vai lá, analisa e diz: ‘Eu dou 50% para Furnas’. Quem der o maior percentual para Furnas, acaba a usina e nós ficamos com...”

M.M. – Tipo o leilão.

R.F. – É, tipo o leilão. Aí, chamei o pessoal da Camargo e disse: “Olha, acontece o seguinte, eu vou fazer aqui uma...” Era o Rosa o presidente. “Eu vou fazer uma concorrência e vou privatizar a usina que vocês estão fazendo”. “Ah! Mas isso aí não pode acontecer, porque a Camargo Corrêa nunca saiu de um canteiro e nós não vamos largar a usina pelo meio.” “Eu não estou dizendo a você que eu quero que você saia; eu estou dizendo que não tenho dinheiro para te pagar. Se você quiser continuar a usina sem receber, perfeitamente, você está à vontade.” “Ah...” “Eu estou dizendo a você o seguinte, eu não tenho dinheiro para fazer Serra da Mesa, Corumbá e Angra 2 e eu vou priorizar Angra 2, porque eu estou há 30 anos tentando fazer essa usina. Agora que eu tenho autoridade para isso, você não vai querer que eu pare Angra 2 para fazer Serra da Mesa, não é?! Não vai. Ou, se vai, pode mudar de ideia porque eu não vou fazer.” Depois virou meu grande amigo, o Rosa. “Agora, o problema é o seguinte... Eu não estou querendo tirar você de lá, não. Acontece o seguinte, você vai me dar uma carta dizendo o seguinte, que você vai transferir o meu contrato para a empresa que ganhar a concorrência. Qual é o problema? Vai ganhar uma empresa privada, você é uma empresa privada, vocês se entendem, não é? Não acredito que vocês não se entendam. Se uma empresa privada ganhar a concorrência, você é uma construtora privada, você não vai chegar a um acordo? Sei lá se você vai diminuir o seu contrato, se vai aumentar o preço, não sei, isso é problema de vocês, mas a condição que eu vou colocar na concorrência é que quem ganhar tem que assumir o contrato da Camargo Corrêa. Não estou querendo tirar vocês da obra.” Aí ele entendeu melhor a coisa.

M.M. – Que jeito?

R.F. – E nós fizemos a concorrência. Não tinha outra... E eu disse para ele: “Não, você quer ir lá continuar? Eu só não vou te pagar”. Porque uma coisa que eu aprendi na área privada, dona Marly, e que é muito comum na área do governo é o sujeito achar que pode mandar fazer uma coisa e não ter a obrigação de pagar. É a pior coisa que tem. Mas todo mundo que trabalha para o governo entra nessa. Por isso que eles aumentam tanto os preços. O sujeito acha que o privado não precisa receber o dinheiro. Não pode ter lucro. Quem viveu toda a vida numa empresa estatal acha que o privado é palavrão, que o lucro é um absurdo. Mas não

é. Qualquer gestão tem que fazer isso, tem que viver. Uma empresa privada não pode falir. A empresa estatal não [vai à falência], mas a privada vai à falência. Então, não dá para fazer.

Aí, fizemos essa concorrência aqui. E o pessoal de Furnas todo era contrário, porque nós íamos abrir mão de uma concessão, uma concessão que não acabava nunca. Aí, criei uma equipe lá, do pessoal de Furnas mesmo, para estudar o edital da concorrência, como é que ia ser, como é que ia ser preço e tudo isso, e fizemos essa concorrência. E venceu a Nacional Energética, que era uma empresa que pertencia ao Banco Nacional. Ganhou a concorrência, fez o contrato com a Camargo, que eu nem sei como foi feito, nem me preocupei com isso. Aí me deparei com o seguinte problema...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

M.M. – Então, o senhor estava contando a sua saga em Furnas.

R.F. – Em Furnas. Mas a minha **saga** lá foi muito positiva para mim e acho que para a empresa, também, como eu vou dizer depois. Então, a Nacional Energética ganhou essa concorrência. Mas ela, evidentemente, queria uma concessão de 30 anos, porque eles iam investir para concluir a usina. A concessão de Furnas já vinha de antes, porque quem começou a construir Serra da Mesa foi a Celg (Centrais Elétricas de Goiás), mas como era uma empresa estadual de pouco poder financeiro, não podia tocar o negócio, então, Furnas assumiu. Então, a concessão já tinha uns 15 anos. Quer dizer, como naquela época as concessões eram de 30 anos, faltavam 15 anos para terminar, e a Nacional Energética não ia concluir uma usina para ter apenas 15 anos de operação. Então, eu precisava de uma circular do ministro, que era...

M.M. – Era o Paulino Cícero.

R.F. – Não, mas ele tinha saído para ser candidato e assumiu lá o que hoje é senador pelo Mato Grosso, o Delcídio [Delcídio Amaral].

M.M. – É, fatalmente.

R.F. – É, o Delcídio tinha assumido. [Delcídio Amaral foi ministro interino após a saída de Alexis Stepanenko em 1994.]

M.M. – Ele falou que tinha sido ministro. Eu falei: “Meu Deus! Ele foi ministro?”. Eu não lembrei dele. É, ele é ministro aqui.

R.F. – Foi. Quando o Paulino se desincompatibilizou para ser candidato a deputado, o Delcídio assumiu o ministério. O Delcídio é meu conhecido de muito tempo. E eu queria que eles fizessem a tal portaria do ministro para autorizar a concessão de 30 anos para a vencedora da concorrência. E ele tinha lá um pessoal do jurídico que estava estudando o decreto do consórcio – que depois só entrou em vigor no ano seguinte – que não queria fazer nenhuma privatização fora daquele esquema que eles tinham. Porque o meu esquema era um esquema maluco.

Aliás, eu não contei em detalhe como é que ficou. Eu ia fazer, com a empresa que ganhasse, um comodato por 30 anos, de maneira que ela... Porque só estava a barragem. Ela fazia a usina toda e ficava comodataria até acabar a concessão. Quando acabasse a concessão, ela me devolvia a usina pronta. Eu estava fazendo um comodato. Era uma coisa inteiramente nova nessa área de construção de usina nuclear [não seria hidrelétrica??]. E o pessoal do jurídico lá não queria estabelecer isso, que era um monstro, dentro do que eles consideravam, que fizeram depois um decreto, que era o tal consórcio público-privado, que estava ainda em elaboração e não tinha sido aprovado. Então, ficou aquela história de... O Delcídio, com a pressão do jurídico, o negócio foi para lá... E a Nacional Energética não quis assinar o contrato enquanto não tivesse a garantia da concessão, é óbvio. E ficou um impasse nessa história. E eu ia lá e o Delcídio... “Não, mas o jurídico...”. É claro, o sujeito fica... Se o jurídico diz que não pode... Poder, podia. Era uma coisa nova, mas não tinha nada que impedisse. Mas eles queriam que a privatização no setor começasse com a figura do consórcio público-privado, que depois foi feito em vários outros locais.

Aí eu fui conversar com o Eliseu Resende, que tinha sido presidente de Furnas, tinha sido presidente da Eletrobrás, é um cara extremamente esclarecido, é competentíssimo...

M.M. – Tinha passado pelo Ministério da Fazenda do Itamar, rapidamente...

R.F. – Tinha passado pelo Ministério da Fazenda. E, inclusive, se não tivesse saído, ele ia ser o presidente que o Fernando Henrique foi, porque ele teria feito o Plano Collor.

M.M. – O Plano Real.

R.F. – O Plano Real [corrigindo-se]. E ele é um sujeito muito mais... Porque ele é um matemático.

M.M. – O senhor acha que ele aglutinaria aqueles economistas que o Fernando Henrique aglutinou?

R.F. – O Fernando Henrique não aglutinou. O pessoal foi conduzindo... O Fernando Henrique seguiu a orientação deles. O Eliseu Resende é um matemático fantástico, foi professor de matemática, é inteligentíssimo. Talvez, para o Plano Real, ele até... São essas circunstâncias da vida. Por uma bobagem de um hotel lá que a Odebrecht pagou para ele, ele... Aquela tolice do Itamar de ser super-rígido, não é?

M.M. – Aí, o senhor foi falar com o Eliseu...

R.F. – Eu fui falar. Eu disse: “Eliseu, eu fiz esse troço todo, você esteve na Eletrobrás, esteve em Furnas, reconhece...”. “Você tem toda a razão. Está certíssimo.” Eu digo: “É, mas não dá, porque a circular do ministério não sai. A não ser que nós fizéssemos um decreto do presidente. Você falaria com o Itamar?”. Ele disse: “É uma coisa justa. Deixa comigo”. E foi uma das poucas concessões que foi dada por decreto do Itamar. Foi dada no dia 28 de dezembro. Um pouquinho antes de o Itamar sair do governo, o Eliseu levou o decreto lá e ele assinou.

M.M. – É, na véspera.

R.F. – É, nas vésperas. O Eliseu levou o decreto, ele assinou, deu a concessão e nós fechamos o negócio com a Nacional Energética. E depois, inclusive, o Banco Nacional faliu e...

M.M. – Faliu.

R.F. – E eu me lembro, houve uma coisa curiosa nessa época aí. Havia uma proibição... Aliás, ainda há até hoje. O BNDES, eu acho que no governo Sarney, foi proibido de financiar empresa estatal – não sei se a senhora lembra disso –, por uma decisão, na época, do Conselho Monetário Nacional (CMN). E para poder o BNDES financiar qualquer empreendimento de empresa estatal, precisava uma autorização específica do Conselho Monetário Nacional, que até hoje só foi dada para a Petrobras.

M.M. – Agora.

R.F. – É. Então, nós ficamos naquela história. Tanto que no dia que eu fechei a concorrência, fiz uma reunião lá e convidei todo mundo, e estava presente o presidente do BNDES e ele ofereceu à empresa privada que ganhou a concorrência o financiamento que ele negara a Furnas. Negara a Furnas pouco antes. Porque se eu tivesse o financiamento, teria feito Furnas mesmo. Mas era proibido. Por questão do déficit público, houve um decreto não sei de quem que proibiu o BNDES de financiar empresas públicas, a não ser...

M.M. – Ficava o dinheiro ali dentro, não é?

R.F. – É. A não ser que o Conselho Monetário Nacional abrisse uma... que só tinha aberto para a Petrobras. Já tinha aberto há algum tempo atrás. Aí, ele foi lá oferecer... Eu digo: “É engraçado, não é? Furnas é uma empresa estatal, pertence ao governo, e você vem aqui oferecer financiamento a uma empresa privada, e a mim, que sou dono do negócio, não podia dar”. Mas era a circunstância do momento.

Então, o pessoal da Nacional Energética foi buscar o financiamento no BNDES. A Elena Landau, que você conhece, era a diretora financeira lá. E eu e o Victor Paranhos, não sei se

you know, that today is Jirau and he even invited me to the Board of Administration, fruit of our friendship, we went to talk with Elena Landau and Elena Landau... It was a *project finance* and she wanted to do TR but I don't know how much, and I said: "Elena, this is a project to be financed in 30 years, it can't be... You have to create a *project finance*", and she created this tax that exists today for long term...

M.M. – TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

R.F. – TJLP. The TJLP was created because of Serra da Mesa. So much that on the day that we signed the contract of Serra da Mesa, Elena Landau went there to Furnas to congratulate me for the initiative that we had taken, the creation of the Long Term Interest Tax (TJLP). Because a project that costs billions and that will run for 30 years, you can't finance it with TR but I don't know how much because the price of the plant will be astronomical and the tariff corresponding will be absurd. Then, another day, I was talking with Victor, he said: "Victor, this team doesn't know what we need, because it's me; you, Victor; and Elena Landau who created the TJLP".

M.M. – E Angra 2? Porque o senhor gastou a sua energia toda...

[FINAL DO ARQUIVO_RONALDO_FABRICIO_16.11.2009_02]

R.F. – Então, aí nós ficamos numa situação excelente lá em Furnas, porque nós tínhamos: Angra 2 e Corumbá. Só ficamos com essas duas usinas.

M.M. – O senhor tirou os três de cena.

R.F. – É. E fiquei com duas. Serra da Mesa foi concluída em um prazo menor e por um preço menor do que nós tínhamos estudado, porque foi feito pela empresa privada. Ele e a Camargo Corrêa se entenderam lá, não sei de que forma – baixaram o preço, sei lá. Eu sei que a usina ficou pronta. E eu então me dediquei à Angra 2 e à Corumbá, para as quais nós tínhamos dinheiro suficiente.

M.M. – Aqueles 500 milhões, que acabaram ficando...

R.F. – Acabaram ficando com duas usinas: Corumbá e Angra 2. E aí nós começamos a tocar Angra 2 num ritmo razoável, até que veio a questão de privatizar Furnas. Na época, se imaginava que ia privatizar Furnas. Isso foi em 1996.

M.M. – Pelo que eu tenho aqui, o senhor saiu de Furnas em 1995, quando o Fernando Henrique assume. E aí, boa parte desse setor elétrico foi para os baianos, foi para o ACM [Antonio Carlos Magalhães]...

R.F. – Não, mas eu fiquei lá, com o Raimundo Brito, até... Ah, eu fiquei em Furnas até 1995.

M.M. – Aqui está: 1994 e 1995, o senhor como presidente de Furnas.

R.F. – É. Depois eu fui para a Nuclen.

M.M. – Depois o senhor voltou para a Nuclen.

R.F. – É. Mas aí eu vou lhe explicar as circunstâncias em que eu voltei. Acontece o seguinte, a ideia do Raimundo Brito era privatizar. Furnas ia ser privatizada – entrou naquele decreto de privatização etc. – e havia o problema da área nuclear, porque a área nuclear, por ser um monopólio estatal...

M.M. – Foi tirada.

R.F. – ...não poderia ser privatizada. Então, o ministro Raimundo Brito, que, aliás, também foi um excelente ministro, na minha opinião, me chamou lá para conversar, disse: “Ronaldo, vamos criar uma empresa para levar a área nuclear”. Eu digo: “Ministro, não tem sentido criar uma empresa quando já existe a Nuclen. Vamos fazer o seguinte, vamos pegar a área nuclear de Furnas, a diretoria, juntar com a Nuclen e criar uma empresa nova”, que foi a

Eletronuclear. Ele disse: “É, a ideia é lógica”. Eu digo: “É, faz sentido, não é? Porque para que nós vamos criar uma nova empresa estatal? Nós temos a propriedade da usina Angra 1 em Furnas e temos toda a tecnologia na Nuclen. Vamos juntar a Diretoria de Produção Termonuclear com a Nuclen e vamos criar uma empresa.”.

M.M. – Então, esse desenho institucional, foi o senhor que fez?

R.F. – Fui eu que fiz e fui o fundador e o primeiro presidente da Eletronuclear, como você vai ver aí que, em 1995, eu já fui para a Nuclen. Bom, aí começamos aquela história de fazer a fusão. Olha, vou lhe contar! O pessoal de Furnas reagia violentamente, porque, poxa, eram empregados de uma empresa com 30 anos de existência, como Furnas, para entrar numa empresa nova, a Nuclen, que, inclusive, tinha diretores estrangeiros – porque o diretor técnico era alemão. Para dar a garantia do funcionamento da usina, no acordo da criação da Nuclen, a Siemens tinha exigido que o diretor técnico fosse um cara da Siemens, para ele garantir o funcionamento da usina, dar a garantia de performance. Então, ele era o diretor técnico, o alemão. E depois, os salários de Furnas eram maiores que os salários da Nuclen. E nós resolvemos fazer uma assembléia, em 1997, para fazer a fusão das duas empresas. Aí, o que entrou...

M.M. – Então, o senhor foi para a Nuclen, basicamente, para construir essa...

R.F. – [Fui para criar] a Eletronuclear. Eu fui com esse objetivo para lá. Ele me levou para lá para eu criar essa nova empresa. Aí começaram as ações na Justiça – o sindicato, os empregados –, liminares, uma atrás da outra, impedindo a fusão, e começaram a se criar obstáculos cada vez maiores para a fusão. Inclusive, tinha um obstáculo muito grande que era a questão do lucro inflacionário. O lucro inflacionário era diferido ao longo dos anos, mas tinha uma lei que dizia o seguinte: quando uma empresa for fundida ou dividida, tem que pagar... antes da fusão ou da divisão, o lucro inflacionário tem que ser pago imediatamente. Antes de cindir ou de fundir, tinha que quitar com o governo o lucro inflacionário. Esse lucro inflacionário vinha sendo diferido no balanço ao longo dos anos. Era uma quimera. Porque era uma inflação altíssima e você tinha um lucro que, na realidade, não representava um

ativo. Era um lucro inflacionário, como dizia o próprio nome. E Furnas tinha que pagar 100 milhões. Só para sair esse pedaço da Diretoria Nuclear, Furnas tinha que pagar 100 milhões de imposto de renda sobre o lucro inflacionário.

Aí o pessoal ficou felicíssimo. “Furnas não tem o dinheiro, não vai pagar os 100 milhões, não pode fazer a fusão.” Aí, eu fui para casa pensando nessa história, liguei para o David Zylbersztajn – o David Zylbersztajn era o secretário de Energia do Mário Covas e se dava muito bem com o pessoal da Casa Civil do Fernando Henrique...

M.M. – Era genro do Fernando Henrique, até se separar da mulher.

R.F. – Era genro do Fernando Henrique. E estava na Casa Civil aquele que foi depois o gestor do racionamento...

M.M. – Pedro Parente.

R.F. – ...Pedro Parente, com quem eu me dava muito bem e que também é um cara...

M.M. – Ele parece bem competente.

R.F. – Muito. É extremamente competente. Tanto que o Fernando Henrique entregou a ele a gestão do racionamento. Aí eu liguei para o David, disse: “David, vocês estão, no governo Covas, vocês estão pensando aí em privatizar a Cesp, a Eletropaulo etc. Nós vamos enfrentar um problema, nós dois, por causa dessa lei que diz que quando se faz fusão, tem que pagar o lucro inflacionário, que vem de anos. Você vai ter esse problema na Eletropaulo, na... Você não vai conseguir fazer nenhuma privatização, por causa disso. Eu vou fazer o seguinte, eu vou conversar com o Pedro Parente e ver se ele não tem um jeito, sei lá, uma medida provisória ou um troço qualquer para acabar com esse negócio”. Aí, liguei para ele – e eles estavam minutando o projeto de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – e disse: “Pedro, não dá para você incluir aí um artigo qualquer que diga que esse negócio...”. Não, desculpe, antes disso, eu contratei... Eu procurei vários advogados e acabei contratando um amigo meu que

tinha sido ministro do Supremo Tribunal, o Célio Borja, que é amigo meu e foi um dos que me ajudou lá em Niterói...

M.M. – Nós fizemos entrevista com ele, uma longa entrevista.

R.F. – Eu digo: “Célio, como é essa história...?”

M.M. – Ele foi advogado da Light.

R.F. – Foi. É um cara brilhante, também. Olha, eu aprendi muito com essa gente. Você vê que todo mundo... Eu tive contato com pessoas de altíssimo nível que me ensinaram muito. Eu digo: “Célio, tem esse problema aqui. Tem essa lei e tem que pagar esse imposto, o pessoal não tem dinheiro para pagar e nós queremos fazer a privatização, como é que vai ser?”. Ele aí pensou, pensou e me deu uma minuta da lei que tinha que ser feita para poder permitir isso. A lei dizia o seguinte, que quando for feita uma fusão ou cessão para privatização, o lucro inflacionário das empresas anteriores será transferido para a empresa nova e diferido da mesma forma. Pode ser pago em 20 anos, não sei o quê. Quer dizer, em vez daquela obrigação do pagamento imediato, que inviabilizaria toda e qualquer privatização, porque ninguém tinha o dinheiro para... Aquilo era um lucro inflacionário que vinha de anos e ninguém estava contando em pagar imposto de renda sobre isso. E o governo fez bem feito, porque ele queria impedir que você fracionasse a empresa de várias maneiras e não pagasse o imposto. Cada uma ficava devendo um pouquinho e nenhuma... Quer dizer, tudo tinha a sua razão de ser. Não era um absurdo, era uma coisa lógica, mas era impeditivo da nossa operação. Eu digo: “Pedro, você não pode botar aí um item qualquer que diga isso que o nosso amigo Célio recomendou?”. Ele aí disse: “Não dá, Ronaldo. A lei está pronta para ir para o Congresso”. Eu digo: “Bota na exposição provisória”. “Não pode! Você não entende disso! A exposição provisória não pode ser um negócio desses. A exposição provisória é provisória, não pode mexer com imposto de renda”. Eu digo: “É, então, você dá um jeito”. Eu sei que se você pegar a lei do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, está lá, no artigo 90 e tantos, que não tinha nada a ver com isso, que diz o seguinte: “no caso de fusão ou cisão para efeito de privatização”, que era o modelo do Fernando Henrique, “o imposto de renda

sobre o lucro inflacionário será transferido para a empresa resultante da cisão ou fusão e diferido no mesmo prazo das empresas que antecederam a cisão ou fusão”.

M.M. – São os penduricalhos, como dizem, das medidas provisórias.

R.F. – Mas não era uma medida provisória, não. Ele conseguiu incluir...

M.M. – Era projeto.

R.F. – Era lei. Ele conseguiu incluir na lei. E naquela época, o Congresso aprovava qualquer lei, não é?

M.M. – Mais ou menos. Mais ou menos. O Fernando Henrique sofreu um pouquinho.

R.F. – Eu sei que passou lá. E, evidentemente, eu tinha a meu favor: o Covas, o David Zylbersztajn, que queria privatizar e ia ter o mesmo problema em São Paulo. Todo mundo ia ter esse problema. A telefônica, todo mundo ia ter. Mas ninguém tinha se dado conta porque não tinha acontecido com ninguém o que tinha acontecido comigo. Eu fui o pioneiro. Aí, descobri essa história, que os caras que eram contra é que inventavam, diziam: “Não pode fazer a fusão... não pode fazer a privatização porque tem pagar um imposto e não tem dinheiro”. E nós então começamos. Fizemos a primeira assembléia para criar a Eletronuclear e não conseguíamos terminar nunca, porque cada dia tinha uma nova...

M.M. – Como uma estatal, obviamente... Aí, sim...

R.F. – Para impedir. Os caras entravam na Justiça. O sindicato dos empregados entrou, o sindicato não sei de quem entrou, todo mundo entrava na Justiça, e os juízes davam liminares impedindo a cisão... a fusão das duas. O que era um absurdo. Aliás, é um absurdo que prevalece nesse país, porque as liminares não têm prazos de vigência. Quer dizer, o sujeito dá uma liminar que fica cinco anos. Devia ter um prazo: se a ação não for julgada em 60 dias,

cai a liminar. Porque não é possível! O que se tem de coisas aí com liminares... O sujeito faz uma lei para organizar alguma coisa, o cara entra [na Justiça] e o juiz dá uma liminar.

R.M. – E é uma liminar atrás da outra.

R.F. – É uma atrás da outra. O cara resolve derrubar um prédio ilegal, o cara vai lá, pede uma liminar, o juiz dá uma liminar e a prefeitura não pode demolir o prédio ilegal. O cara quer fazer um negócio qualquer de trânsito, o cara pede uma liminar, ele não consegue. Quer dizer, tem um decreto, tem uma lei e o juiz dá uma liminar que permite ao sujeito não cumprir aquela lei nem aquele decreto. Isso é uma aberração.

M.M. – Quanto tempo levou, dr. Ronaldo, esse...?

R.F. – Ah, levou um ano e pouco.

M.M. – Um ano e pouco?

R.F. – É. Em 1997, em agosto, nós conseguimos derrubar a última liminar.

M.M. – Ah, então, a lei mesmo é em agosto de 1997, que cria a Eletronuclear?

R.F. – Foi quando nós conseguimos derrubar a última liminar e criamos, então, a Eletronuclear.

M.M. – E que aí o senhor foi presidir.

R.F. – Aí eu fui presidir. Porque eu tinha ido para a Nuclen com esse objetivo. Foi a última liminar. E para derrubar essa liminar, eu tive que ir com o Firmino Sampaio, que era o presidente da Eletrobrás, para falar com o presidente do Supremo, para poder derrubar essa liminar.

M.M. – Quem era o presidente do Supremo nesse...? Eu não me lembro.

R.F. – É aquele que deu o *habeas corpus* para o Maluf [Paulo Maluf]. Transferiu o *habeas corpus* do filho do Maluf para o Maluf, quando o Maluf estava preso. Agora me falta. É um de cabelos brancos.

M.M. – Carlos Velloso.

R.F. – É. Ele deu... Lembra disso?

M.M. – Lembro, lembro.

R.F. – O Maluf e o filho estavam presos...

M.M. – É, ficaram presos.

R.F. – Aí ele deu uma liminar... O filho do Maluf pediu uma liminar e ele aí estendeu, por razões humanitárias, para o Maluf, e até hoje eu não entendi isso e, também, não procurei entender por que ele fez isso. Mas conosco ele foi superbacana. Eu fui com o Firmino lá e nós explicamos, de uma maneira resumida, essa história toda que eu estou lhe explicando, dissemos: “Mas não é possível! Nós estamos numa situação... Eu quero acabar a usina, continuar a usina e ficamos nesse negócio. Nós estamos perdendo mais tempo discutindo esse assunto do que tratando da empresa”.

M.M. – E aí o senhor acabou Angra 2. Ou não?

R.F. – Aí acabei Angra 2. Acabei, botei em funcionamento...

M.M. – Como é que o senhor encontrou Angra 2?

R.F. – Quando eu voltei para Furnas, eu encontrei Angra 2 na mesma maneira que eu deixara em 1986. Quer dizer, aquilo que eu botei na minha carta, que não ia andar... Porque não começava a montagem e entrava no caminho crítico porque nunca tinha o dinheiro para começar.

R.M. – Agora, essa falta de dinheiro também se refletia, por exemplo... não davam andamento aos estudos já para a construção de Angra 3 ou das outras usinas que estavam pelo menos especificadas...?

R.F. – Não. Estava tudo parado.

R.M. – Quer dizer, parava tudo.

R.F. – Ficou a Nuclen sendo sustentada de uma maneira artificial por Furnas: para manter o seu custo de operação, e mais nada. Quer dizer, nós não conseguíamos...

M.M. – E como é que o senhor... Bom, muito bem, vai terminar Angra 2. E como é que o senhor colocou isso em execução, efetivamente? Quais eram as providências para, de fato, terminar?

R.F. – A primeira coisa era recurso.

M.M. – Eu estou pensando já no apagão que vai vir logo depois.

R.F. – Era recurso. O principal problema que eu tinha enfrentado, desde 1977, era recurso. Aí, conversei com o Firmino, o Firmino era um cara excepcional e estava disposto a terminar esse troço, ele me disse: “A Eletrobrás financia até o final, para você construir a acabar Angra 2”. E criamos a Eletronuclear – eu era o presidente –, e começamos com um problema complicadíssimo que eu já tinha enfrentado na fusão, o de juntar duas empresas com salários diferentes, benefícios diferentes, valores diferentes etc. Mas eu já tinha aprendido isso na fusão, não é? Fomos fazendo lentamente, com problema com os sindicatos e tudo mais, e

fomos conseguindo... Evidentemente, nós equipamos por cima – quer dizer, o pessoal da Nuclen ficou felicíssimo, porque passou a ganhar igual a Furnas.

M.M. – Liberdade de montar a equipe?

R.F. – Total e completa. O Raimundo Brito, que era o ministro das Minas, e o Firmino nunca me pediram nada, absolutamente nada, nem para nomear um contínuo. Nada. Nenhuma influência política, nenhum pedido, nenhuma influência em coleta ou em concorrência. Absolutamente nada. Eu pude...

M.M. – Porque essa área de energia, sempre se fala muito do vazamento dela por indicações políticas. Não é de agora. Agora nós estamos discutindo isso, mas mesmo no governo do Fernando Henrique era muito forte...

R.F. – É claro que teve. Era a Bahia.

M.M. – ... da Bahia.

R.F. – Mas acontece que o Antonio Carlos Magalhães tinha... Eu não sou favorável ao Antonio Carlos Magalhães, mas ele tinha uma coisa muito importante – ele fez a Bahia, justiça seja feita –, os auxiliares dele, todos eram competentes. Ele nomeava, mas nomeava pessoas competentes: o Raimundo Brito era um sujeito que tinha sido presidente do Polo Petroquímico da Bahia; o Firmino tinha sido presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba). Era só gente competente. Por isso é que ele foi tão bem-sucedido na Bahia e tudo mais. Ele só trazia... O diretor financeiro na época era um cara que veio a ser depois presidente do BNDES. Ele só trazia para o *staff* dele pessoas competentes. Indicadas por ele, mas competentes.

M.M. – Por exemplo, que não aparelhavam, nesse sentido mais rasteiro que nós imaginamos aí.

R.F. – Que vemos hoje. Exatamente.

M.M. – Eu não sei. [riso]

R.F. – Que, infelizmente, *eu* vejo hoje.

M.M. – Não vamos avaliar. Deixa o senhor avaliar.

R.F. – Depois nós editamos isso. [risos]

M.M. – Ah, é.

R.F. – Mas liberdade completa e total. Então, eu terminei Angra 2, quer dizer, botei ela crítica, funcionando etc. E aí eu tive um atrito imenso com o nosso ministro Tourinho [Rodolpho Tourinho Neto], que era da Bahia...

M.M. – É o que nós temos aqui.

R.F. – ...e vinha também por indicação do Antonio Carlos.

M.M. – E que levou um puxão de orelha porque não avisou ao presidente do apagão.

R.F. – É. Porque ele era um sujeito autossuficiente e dono da verdade. Não adiantava discutir com ele porque ele não tinha o menor... Ele pode ter sido um ótimo secretário de Fazenda da Bahia – porque parece que foi –, mas ele não tinha... ele não era... Sabe aquela pessoa que diz: “Não me venha com argumentos porque eu já estou com o meu ponto de vista pronto. Não me venha com fatos porque eu já tenho o meu ponto de vista firmado.” O primeiro atrito grande que nós tivemos foi o seguinte, quando terminou Angra 2, eu fui conversar com ele e disse: “Ministro, nós temos que fazer uma quantidade grande de demissões, porque a usina acabou e aquele pessoal que trabalhava na construção, muita gente vai ter que ser dispensada. Como essa questão de dispensa sempre cria algum problema político, eu queria combinar

com o senhor para o senhor ver como é que nós vamos fazer isso”. Ele disse: “Ah, você não vai dispensar”. Eu disse: “Eu vou dispensar. A não ser que o senhor não deixe. Agora, eu vou dispensar. Eu não vou presidir uma empresa com pessoas que não têm o que fazer, porque a usina acabou”. “Não, então, você cria um programa de incentivo”. Eu digo: “Ministro, eu não posso criar um programa de incentivo, porque o meu advogado já me disse o seguinte, o programa de incentivo tem que ser geral, para a empresa toda. Eu não posso criar um programa de incentivo para A, B ou C, tem que ser para todo mundo. E o setor nuclear, ministro, é um setor complexo. O sujeito, para ser operador aqui, ele tem cinco anos de treinamento. Furnas, antes de eu vir para cá, já fez isso há alguns anos atrás e teve que recontratar todos os operadores outra vez, através de uma empresa terceirizada, porque não deu tempo de formar pessoal. Então, aqui é diferente. Eu não posso fazer um programa de incentivo, porque é a tal história, os melhores é que vão querer sair. Se eu fizer um programa geral, os medíocres não vão [aderir], eles preferem ficar aqui, acobertados pela empresa estatal. Agora, os bons vão sair, para montar o seu negócio, para trabalhar na Petrobras... E eu não posso chegar para um cara e dizer ‘não, você é muito bom, você não vai ter incentivo’, ou ‘você, que não vale nada, eu te dou um salário a mais’. Isso é um absurdo!”. Eu insisti e, inclusive, eu comecei a levantar a voz, e até o diretor técnico, que estava do lado, o Pedro Figueiredo, me... “Não, vamos embora”.

Ele chegou em Brasília e fez uma carta para mim determinando que eu criasse o incentivo. Depois de todos os argumentos que eu dei, de toda a discussão, ele fez uma carta determinando. “Conforme determinação, crie um incentivo para a dispensa”, mais um salário por ano e aquele troço todo. Aí, eu peguei aquilo e escrevi uma carta para ele: “Ministro, perfeitamente, vamos atender à sua determinação. Agora, acontece o seguinte, eu quero um período de transição. Quer dizer, para alguns, eu vou dar o incentivo de imediato; para outros, daqui a três anos. Quer dizer, eu combino com o cara o seguinte, que ele vai ter mais um salário, o salário que na época ele estiver ganhando. Mas eu vou fazer um incentivo... Porque aí eu mando ver quem são aqueles que são essenciais e, nesses três anos, eu formo outras pessoas para substituir”. Isso ele concordou. Ele concordou e eu fiz esse incentivo. Contra a vontade, mas fiz, porque... É um absurdo, você... Esse pessoal que tem incentivo é quem já pode se aposentar. Pede demissão, poxa! Se aposenta e levanta o Fundo. Numa estatal, para que você vai dar incentivo? Para o sujeito, além do Fundo, receber mais um salário por ano?

A troca de quê? Essa benesse é só com o governo federal, com o dinheiro do governo. Qual é a empresa privada que vai dar? Porque se o sujeito se aposenta, ele levanta o Fundo, mas você não tem que pagar 40% de multa, acrescido dos 10% que surgiram recentemente. É o que eu digo, ele pode ter sido um bom secretário da Bahia, mas não tem o mínimo de conceito de o que seja administrar uma empresa privada e de o que seja você jogar dinheiro fora.

Bom, passou e nós continuamos... Isso aí foi logo... Angra 2 não estava ainda em operação. Foi em 1999 – e eu saí de lá em 2000. Bom, depois, no ano seguinte, nós tivemos um outro atrito, um pouco maior ainda, que foi o seguinte: Angra 1 deu um problema qualquer e nós precisávamos importar determinados componentes da Westinghouse. E, nessa altura, teve uma greve no cais do porto. O cais do porto estava em greve. O material já estava no porto, mas eles não liberavam, aquela liberação que precisa dar. E, ainda por cima, tinha havido um problema aí de um fungo que tinha vindo num material de madeira, de maneira que, para liberar o material, precisava o Ministério da Fazenda, através do fiscal, e o Ministério da Agricultura, porque tinha que liberar a embalagem. E eu estava precisando dessa história com urgência, não é? Aí, eu fui lá conversar com os caras. Poxa, não é que eu encontrei um ex-engenheiro de Furnas que era o chefe da fiscalização? “Você aqui rapaz?! Eu estou com um problema seriíssimo. Eu preciso liberar isso, por isso e isso”. Ele conhecia o caso. Ele disse: “Ronaldo, tem o seguinte, nós só estamos liberando aqui às terças e quintas”. Tudo no Brasil tem um jeito, não é? “Às terças e quintas à tarde, nós liberamos. Então, vamos fazer o seguinte, eu vou liberar isso aqui na terça, e na quinta eu libero o resto.” Esse espírito do brasileiro, não tem como você encontrar na Alemanha, de o cara que está em greve... Isso, à revelia do Ministério de Agricultura. Quer dizer, não ia examinar... Porque precisava um ok da Agricultura de que o troço não tinha fungos e mais a liberação da Fazenda. E esse fiscal, que era engenheiro de Furnas e conhecia o troço todo, ele combinou comigo: “Eu vou liberar”. E liberou.

Mas antes de ele liberar, uns dias antes, o ministro vem ao Rio e convoca uma reunião com o Firmino, eu e mais os outros presidentes para tratar do problema de Angra 1, o problema da Alfândega. Eu digo: “Ministro, tem um problema aí” – e expliquei para ele o que tinha acontecido –, “tem uma greve e tem uma circular do Ministério da Agricultura dizendo que não pode liberar sem examinar a madeira, por causa de fungo”. “Não quero saber de fungos!”

Eu disse: “Ministro, eu também não quero saber de fungos”. “Por que você não me falou? Eu teria falado com o Malan.” Eu disse: “Ministro, o senhor me desculpe, mas se tem um pessoal em greve que tem na mão um papel do Ministério da Agricultura de que ele só pode liberar com o ministério dando o aval, o senhor acha que ele ia atender uma ordem do Ministério da Fazenda? Ele tinha na mão um papel do Ministério da Agricultura que exigia que ele fizesse aquilo e tinha, ainda, a greve. Não ia liberar. O senhor me desculpe, mas falar com o senhor não ia adiantar, porque se o Malan desse uma ordem...”. Mas é uma questão de bom senso. Me diga o seguinte, a senhora acha que uma pessoa que está em greve, que tem uma razão forte para não liberar e dar mais força à greve, vai liberar porque o Malan ligou para ele e disse: “Libera”? Ele ia dizer: “Então, o senhor me dê por escrito”, não é lógico? Eu faria isso. E o Malan não ia dar por escrito.

Então, essa sensibilidade, ele não... Aí, esse atrito nosso foi quase para quebrar, não é? Aí, eu disse para ele: “Ministro...”. Eu contei para ele: “Eu encontrei um cara de Furnas, ele vai liberar na quinta-feira”. Na quinta-feira, ele liberou, eu passei um e-mail para ele: “Ministro, foi liberado hoje, conforme informado, o equipamento de Angra 1”. Aí ele ficou pê da vida, não é? A coisa foi esquentando entre nós dois.

E o terceiro e último atrito foi o seguinte: para poder a usina de Angra 2 funcionar, tem que ter o ok da Cnen... Depois que está tudo pronto, a Comissão Nacional de Energia Nuclear examina aquele relatório e libera a operação da usina, a criticalidade, quer dizer, a fissão nuclear começar a funcionar. Bom, e aí, quando foi isso para a Cnen... O Evaldo [Evaldo César de Oliveira] e o Pedro Figueiredo, meus dois diretores, eles são engenheiros nucleares, coisa que eu não sou. Então, eu fui lá ao chefe-de-gabinete dele e disse: “Olha aqui, o nosso processo está na Cnen e agora os engenheiros nucleares, o Pedro e o Evaldo, é que vão discutir com o pessoal da Cnen. Porque o pessoal da Cnen é engenheiro nuclear, e eu não sou engenheiro nuclear, não é? Então, eu já conversei com eles e eles dois, na minha ausência, porque eu vou...”. A minha filha mora em Roma, e eu tinha combinado com ela e com o meu cunhado e com a minha irmã de fazer um *tour* lá pela Itália. E como eu não podia fazer nada... Porque a Cnen não aceita pressão. O fiscal é independente. Aliás, é próprio do fiscal não aceitar pressão. “Então, não adianta eu ficar aqui. E eu não vou discutir... Os problemas que eles tiverem, eles vão resolver com o Evaldo e com o Pedro, que são os dois engenheiros

nucleares. Porque eu não vou discutir isso.” Falei com o chefe-de-gabinete dele e fui para a Itália e passei 12 ou 13 dias, não sei.

Aí, quando eu voltei, o chefe-de-gabinete veio... “Ah, o ministro está muito aborrecido com você”. Eu digo: “Por quê?” “Porque você saiu daqui numa hora crítica. Isso é uma irresponsabilidade!” Eu digo: “Espera aí. Eu falei a você que eu não ia ficar aqui porque não sou eu que vou discutir com a Cnen. Eu tenho gente que me substitui. Ou você acha que as coisas só funcionam quando tem... Que espécie de empresa é essa, que se não tem o presidente, nada acontece?”. “Ah, não, mas ele diz que isso é uma irresponsabilidade.” Eu digo: “Olha, isso aí é a gota d’água, você me chamar de irresponsável depois de eu passar 30 anos tentando fazer essa usina, pular todos esses obstáculos... Olha, eu vou dizer a você o seguinte, no dia que essa usina ficar crítica, no dia seguinte eu vou pedir a minha demissão e o ministro põe lá quem ele quiser”.

M.M. – Ficar crítica quer dizer...?

R.F. – Quer dizer o seguinte: a reação nuclear começa quando o nêutron se parte e saem dois nêutrons. Esses dois nêutrons vão fazer a fusão em outros dois. Quando isso fica estável, ela está crítica. Quer dizer, quando a totalidade do núcleo já deflagrou todos esses nêutrons e botou a temperatura ideal e está pronto para funcionar, a usina está crítica. Aí nós acionamos as turbinas.

R.M. – É diferente do sentido que nós...

M.M. – Sim. Está crítica, vai explodir. [risos]

R.F. – Isso se chama criticalidade nuclear. E assim foi feito. No dia... Foi em 2000, acho que em julho de 2000, que a usina entrou. Eu estava lá no canteiro, me fizeram uma...

M.M. – Foi em julho de 2000.

R.F. – ...me fizeram uma demonstração lá que me deixou até emocionado, o Ronaldo Sardenberg me telefonou para me dar os parabéns e aquele troço todo e tudo mais. Ah, não, teve mais um outro ainda, que eu vou lhe contar, só para encerrar, um outro atrito.

M.M. – Um outro entrevero?

R.F. – Ah, mas esse também foi... Eu tinha entendido o seguinte...

M.M. – Mas ele foi castigado. Ele acabou sendo castigado, não é?

R.F. – Acabou.

M.M. – Porque virou o ministro do apagão.

R.F. – Bem feito.

M.M. – Bem feito, é? [risos]

R.F. – Acontece o seguinte: eu achava que Angra 3 devia começar imediatamente. Porque naquela época nós tínhamos a empresa montadora, que era um consórcio enorme, competentíssimo, e os engenheiros estavam todos na ponta dos cascos, porque tinham acabado de fazer uma usina. Era a hora de fazer Angra 3. Mas nessa altura, em 2000, os alemães já tinham descontinuado lá, pelo acordo do Kohl com os verdes, o programa nuclear. E nós precisávamos de um financiamento externo para a parte importada, que era dado pelo Deutsche Bank e pelo KfW, que é um banco que pertence ao governo, e o governo não deixava mais o KfW financiar nenhuma usina nuclear no mundo. Mas aí, Angra 3, eu achava que devia continuar logo e, para isso, eu precisava do financiamento alemão, para a parte importada. Aí, eu procurei o Abdenur [Roberto Abdenur], que era o nosso...

M.M. – O embaixador.

R.F. – ...que era o nosso embaixador em Bonn e que era ministro quando o Geisel assinou o acordo com a Alemanha – ele era ministro em Bonn e conhecia o programa intimamente. E eu liguei para ele e disse: “Abdenur, vamos ver o seguinte, o Fernando Henrique está indo aí numa visita ao Kohl. Você não podia botar na agenda dele discutir o empréstimo de Angra 3? Pela seguinte razão, no Acordo Brasil-Alemanha está escrito que a Alemanha vai financiar Angra 2 e Angra 3. Então, é um acordo de governo a governo; não é um acordo entre dois presidentes. Quer dizer, eu acho que há motivo para o Kohl manter esse empréstimo, porque é uma coisa assumida no governo anterior e que o governo seguinte dá sequência. Isso, eu não sou diplomata, mas é uma coisa óbvia”. E o Abdenur disse: “É, você tem toda a razão”. Eu digo: “Então, você faz o seguinte, se o chanceler alemão concordar, você coloca na agenda do Fernando Henrique conversar com o Kohl sobre a possibilidade de financiar Angra 3”. Isso foi um pouquinho antes de Angra 2 estar crítica e de eu sair da empresa. Ele disse: “Ah, está muito bem. Eu vou fazer isso”. E aí me passou um e-mail dizendo: “Olha, está colocado”. Eu falei com o Sardenberg e o Sardenberg colocou aqui, na agenda daqui. Porque as duas agendas têm que ser iguais, não é? Era para ser discutido Angra 3. Pois não é que na véspera o Tourinho liga para o Abdenur e diz que o Ministério das Minas não tem nenhum interesse na construção de Angra 3? Ele chegou a proibir o Firmino, que era o presidente da Eletrobrás, de falar em Angra 3, eu não sei por que razão. Eu digo: “É, realmente, esse cara veio aí para atrapalhar”.

M.M. – E aí o senhor entregou a carta de demissão?

R.F. – [Entreguei] a carta de demissão em julho de 2000 e fui trabalhar numa empresa americana...

R.M. – Que funciona.

R.F. – ...chamada **ISA** International. Não sei nem se eu botei isso aí.

M.M. – Acho que botou, sim.

R.F. – [É uma empresa] de automação e robotização, também.

M.M. – E voltou para a Abdan, da qual o senhor é vice-presidente.

R.F. – Sou vice-presidente executivo, até hoje.

M.M. – Até hoje. E, também, o senhor colocou aqui que o senhor voltou para Niterói.

R.F. – Não, não voltei.

M.M. – “Nomeado coordenador da Secretaria...”.

R.F. – Ah, mas isso... Eu não voltei. Isso foi o seguinte: eu tinha um amigo lá...

M.M. – Com o Godofredo [Godofredo Pinto], é isso?

R.F. – É. O Godofredo é o final da picada. É completamente imbecil.

M.M. – Ah, é?

R.F. – Desculpe, eu vou ter que editar isso.

M.M. – É. [risos]

R.F. – Ele tinha como vice-prefeito o Comte Bittencourt, que é um amigo meu de anos, que era candidato a vice-prefeito. E como eu tinha sido prefeito de Niterói e conhecia bem os problemas da cidade, o Comte me disse: “Você não podia fazer para nós um programa de governo de coisas que você considera importantes para nós botarmos na eleição... na campanha?”. Eu digo: “Claro que posso, Comte!”.

M.M. – [A eleição] de 2004.

R.F. – É. Aí, fui lá conversar com o Godofredo, e disse: “Olha, eu tenho hoje uma empresa de consultoria...”. Isso eu não posso gravar, não.

M.M. – Pode desligar.

R.F. – Pode desligar.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

R.F. – ...*as I can, as I know*. Eu terminei aqui um longo depoimento com uma história enorme. Agora, perguntas.

R.M. – É, uma perguntinha. Entre a sua passagem – essa segunda passagem. – da Nuclen para a Eletronuclear, nós temos aqui que o Brasil assinou o Tratado de Não-Proliferação, em 1998.

R.F. – Foi quando eu consegui importar o combustível para Angra 1.

R.M. – [O combustível] da Westinghouse?

R.F. – É, da Westinghouse.

L.N. – Essa data é que não está batendo, porque em 1998... Eu não sei se o senhor lembra exatamente como é que foi. Porque em 1993 tem o combustível que vocês acertam de a KWU produzir...

R.F. – Alemão.

L.N. – E 1995, o senhor tinha dito que foi quando vocês conseguem que a Westinghouse...

R.F. – Não. Então, eu me enganei. A data é 1998, mesmo.

R.M. – Foi em 1998.

M.M. – É, nós assinamos o TNP... A Argentina assina um pouquinho antes, [em 1995], e nós assinamos um pouquinho depois, [em 1998].

R.F. – Eu acho que deve ser em 1997 ou 1998, que nós assinamos.

M.M. – O TNP foi em 1998.

R.F. – Eu sei que foi condição *sine qua non* para o Departamento de Estado autorizar a Westinghouse a exportar. Pode ter algumas incongruências, porque eu estou falando de memória, não é?

M.M. – Não, mas a entrevista vai voltar para o senhor, não tem problema.

R.F. – Pode ter algum problema de data, sim, porque eu estou falando isso tudo de memória. Mas aí a senhora tem a minha odisséia na área nuclear, que começou em 1977 e acabou em 2000. E não acabou, porque agora eu estou, lá na Abdan, tentando fazer uma proposta de emenda constitucional (PEC) para permitir a participação privada na construção de usina nuclear.

R.M. – É isso que eu queria saber um pouquinho mais, quer dizer, como o senhor vê a retomada do programa nuclear hoje.

R.F. – Só pode ser com participação privada. A senhora veja bem, o governo não tem dinheiro para fazer essas usinas todas. Não tem para fazer Jirau e Santo Antônio, em que está uma participação privada. Inclusive, eu sou do Conselho de Administração de Jirau, porque o Victor Paranhos, que negociou comigo a privatização de Serra da Mesa, ele é o presidente e me convidou para o conselho. É uma amizade daquela época.

M.M. – Mas eu queria até uma avaliação mais ampla, quer dizer, para além da retomada do Programa Nuclear Brasileiro. Eu acho que talvez fosse um bom fechamento da sua entrevista uma análise mais ampla sobre a volta da energia nuclear. Depois de muitos anos sendo o patinho feio, ela está galgando um lugar... E agora, a COP15 e coisa tal. Como é que o senhor vê isso?

R.F. – Ela está voltando exatamente pelos problemas ambientais, que se tornaram críticos ultimamente. Porque sempre se falou que havia problema e que o nuclear não gerava CO₂ nem gases de efeito estufa. Mas acontece que isso era uma teoria. E agora a prática está demonstrando, com o degelo daquelas geleiras lá do polo e o aumento do nível do mar, essas tempestades malucas e esses troços todos, está demonstrando que, realmente, a saturação dessa poluição do mundo está ficando gravíssima e seriíssima. Inclusive, eles estimam que se não se fizer coisas daqui para frente, em 2020 vão ser necessários bilhões para se criar essa história.

Então, primeiro veio essa questão do problema ambiental, e depois, a questão seguinte, enquanto que o Brasil ainda dispõe de muita fonte hidrelétrica, os outros países não dispõem dessa capacidade que só a natureza dá, então, precisam ter... A China e os Estados Unidos têm milhares de megawatts de geração térmica em carvão, que é superpoluente. E essas medidas de você fazer captura de carbono e enterrar o carbono etc. são muito caras, oneram muito a energia. De maneira que [a energia nuclear] está surgindo como uma opção que não é poluente e que tem a vantagem de poder ser colocada próxima da carga, para permitir esse ilhamento, quando houver problemas com as linhas de transmissão. Na Rússia, estão usando para dessalinizar a água do mar. Porque essa temperatura enorme, você evapora a água e, quando condensa, o sal ficou do outro lado. Para o Nordeste, por exemplo, naquelas áreas secas, isso seria uma grande solução.

Então, é um problema... Há necessidade de energia, porque está aumentando o consumo barbaramente. Inclusive, um programa que começou no governo do Fernando Henrique, que é o Luz para Todos – e que agora o Lula continuou, como se tivesse sido uma iniciativa dele, mas começou no governo anterior –, que é um dinheiro que a Eletrobrás dá a fundo perdido

para que as concessionárias estaduais levem energia a todo mundo, mesmo que seja antieconômico. Porque é impressionante, como eu disse outro dia, um posto de saúde não pode ter uma geladeira para guardar uma vacina, se ele não tiver energia elétrica. Isso está aumentando muito o consumo, porque todo mundo está passando a ter energia. E depois que tem, aumenta o consumo tremendamente: põe uma geladeira, uma refrigeração e mais isso, mais aquilo e mais aquilo outro e aumenta o consumo tremendamente.

Então, há várias estimativas aí de que a população mundial, em 2050, vai ser não sei quantos bilhões. Fazendo uma extrapolação do consumo por habitante/ano, de quilowatt-hora por habitante/ano, extrapolando para lá, dá um consumo que vai precisar triplicar o que existe hoje de geração no país. Se isso for triplicado com combustíveis fósseis, o problema ambiental vai ser insuportável. Então se prevê centenas de usinas nucleares até o ano de 2050. E depois, acabou um pouco aquele tabu. A senhora vê, o Japão, onde explodiram as bombas, tem 50 usinas nucleares hoje. Em Paris, tem usina lá. A senhora está lá perto do Sena, está lá a usina, as torres de refrigeração. A Itália, que era contra, mas recebia energia da França, do outro lado da fronteira, o que era uma bobagem, porque se acontecesse um acidente lá, ia atingir a Itália, agora, o Berlusconi, num dos momentos de folga dele aí, [risos] resolveu retomar – pelo que dizem, não é? – resolveu retomar a energia nuclear. Até na Itália. Inclusive, a Enel que é a empresa italiana, ela já entrou para sócia de algumas usinas nucleares em outros países, como Dinamarca etc.

M.M. – Então, o patinho feio vai virar mesmo...

R.F. – Está virando cisne. E para virar aqui no Brasil, eu acho fundamental a participação da iniciativa privada, por questões, primeiro, de recursos, e depois, de gestão. A gestão pública deixa muito a desejar.

M.M. – Só para encerrar: essa gestão privada inclui, certamente, portanto, a ideia da não-militarização do projeto nuclear, não é?

R.F. – Sem dúvida.

M.M. – Isso aí, então, no caso...

R.F. – O submarino não é, como eu lhe contei outro dia como é que nasceu o negócio do submarino, não é uma arma nuclear, a não ser que ele tivesse um torpedo com uma ogiva nuclear. Ele é mais para poder ficar submerso e poder... tem uma velocidade seis vezes a velocidade do convencional, e com essas costas que nós temos aí, de quilômetros e quilômetros, poder analisar isso. Não é só para o pré-sal, que ainda é um sonho para o futuro, mas até a entrada de narcóticos e de armas etc. Para poder policiar essa costa imensa de oito mil quilômetros que nós temos, não é com uma lanchinha da Polícia Federal que a senhora vai conseguir fiscalizar. Quer dizer, eu acho que o empenho das Forças Armadas nessa questão de evitar a importação de armamentos tem que ser mais efetiva, porque não tem... Essa briga aqui não acaba nunca.

R.M. – Ou seja, se hoje em dia – eu estou tentando recuperar um pouco – uma das críticas que se faz à energia nuclear foi o elevado ou o elevadíssimo custo que representou no total, a participação privada seria um caminho de baratear os projetos futuros?

R.F. – Sem dúvida. Porque é como eu digo, enquanto o governo não tem dinheiro e leva 15 anos para fazer uma usina, o particular faz em seis. E o juro durante a construção aumenta o custo astronomicamente. Então, eu acho que sem a participação privada esse programa não vai para frente. Primeiro, porque o governo não tem dinheiro, e segundo, porque a gestão pública... Não pode ser. O governo tem que ser um fiscalizador efficientíssimo, cobrando e tudo, mas ele não pode ser o executor. Pela própria forma como a coisa é feita politicamente...

M.M. – Vai precisar de emenda constitucional?

R.F. – Vai. Nós consultamos três advogados e um diz que não precisa, o outro diz que talvez e o terceiro, que é o David Waltenberg, diz que há necessidade, por uma razão muito simples, poderia até ser discutido, mas nenhum privado vai entrar num projeto de sete bilhões...

R.M. – Sem ter certeza.

R.F. – ...para, de repente, o Ministério Público entrar e dizer: “Ah, não. Não pode porque a Constituição não deixa”.

R.M. – E aí, como o senhor veria o papel da Cnen?

R.F. – Não, a Cnen, inclusive, está sendo desdobrada agora, criando uma agência fiscalizadora. Mas uma das garantias de que a iniciativa privada construindo usina nuclear não vai prejudicar a segurança é o papel da Cnen.

R.M. – De reguladora, não é?

R.F. – De reguladora. Essa é fundamental, essencial. Em qualquer país do mundo ela existe. Empresas privadas fazem usinas na Alemanha, no Japão e tudo, com a fiscalização da agência deles lá. Essa agência é fundamental, porque senão o privado tende a exagerar em algumas coisas. Embora a nuclear tenha um programa de garantia da qualidade, que eu expliquei outro dia para a senhora como é que funciona, para garantir que a qualidade vai existir, precisa sempre de um fiscal para estar ali verificando que tudo aquilo é atingido. Porque é uma coisa que pode dar problema, não é?

M.M. – E também, já que... Uma coisa puxa a outra. Já que puxou a fiscalização, há um caráter também muito particular na atividade nuclear, no programa nuclear, que é a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o poder que ela tem. Agora, há uns três ou quatro anos atrás, nós ficamos muito zangados...

R.F. – Porque eles queriam [**inaudível**].

M.M. – ...quando o ElBaradei quis ver Resende e tal.

R.F. – Não, mas eles têm lá câmaras que monitoram, permanentemente, o nosso enriquecimento em Resende, para ver que a quantidade de urânio que entrou é a mesma

quantidade de urânio que saiu e que no meio do caminho nós não desviamos para fazer qualquer coisa.

M.M. – Pois é, então, tem ainda...

R.F. – Tem.

M.M. – Acrescenta esse tipo de fiscalização.

R.F. – E que só é aceito por quem assina o Tratado de Não-Proliferação. Eles só podem fazer isso autorizados pelos países que concordam com esse negócio.

M.M. – Acabamos?

R.F. – Por mim, se a senhora não tem outra pergunta...

[FINAL DO DEPOIMENTO]